MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Projeto de Lei

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO

Projeto de Lei nº. 6279/2024

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil; na Constituição do Estado do Paraná; na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e na Lei Orgânica do Município de Palmeira, as seguintes diretrizes gerais:

I -prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
II -estrutura e organização dos orçamentos;
III -diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV -metas fiscais;
V -orçamento fiscal;
VI -fundos especiais;
VII -disposições relativas à dívida Pública Municipal;
VIII -disposições relativas às despesas do Município, com pessoal e encargos sociais;
IX -diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
X -disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
XI -disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I - Demonstrativo das obras em andamento;
II - Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
III - Estrutura Orçamentária;
IV - Metas Fiscais;
V - Riscos Fiscais;
VI - Relatório de Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos servidores do Município de Palmeira, ano de 2023.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O Município de Palmeira executará, no exercício de 2025, as ações contidas no anexo I desta Lei, priorizando:

I - as políticas de inclusão;
II - os investimentos nas áreas sociais;
III - a austeridade na gestão dos recursos públicos;
IV - a modernização na ação governamental, com ênfase ao princípio da transparência e participação popular;
V - o princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
VI - a promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
VII - a geração de emprego, renda e qualificação de mão de obra;
VIII - ao fomento à atividade agropecuária, bem como fortalecimento da pequena propriedade;
IX - as obras em andamento, a preservação e conservação do patrimônio público frente a projetos novos;
X - a transparência na Gestão Fiscal.

Art. 3º O Anexo de Metas Fiscais, elaborado de acordo com o §1º do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, abrangerá os órgãos e autarquias que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual para 2025 compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do programa de governo;

II - Função: O maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III - Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV - Programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos.

V - Ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;

VI - Operações Especiais: são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, estão atreladas à codificação da ação;

VII - Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resultam um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo;

IX - Unidade Orçamentária: é o mesmo nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos como o de maior nível de classificação institucional;

X - Concedente: é o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XI - Convenente: são as entidades da Administração Pública Municipal e as entidades privadas, que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.

§ 1º A classificação funcional programática, será composta por funções, subfunções, programas e ações, identificadas por um código, composto por treze dígitos vinculados entre si.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor

nível, com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa.

§1º A Reserva de Contingência prevista no art. 9º desta Lei, será identificada pelo dígito nove, no que se refere ao grupo natureza de despesa.

§2º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, conforme a sua aplicação.

§3º Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I- transferências à União – 20;
II- transferências a Estados e ao Distrito Federal – 30;
III- transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos – 50;
IV- transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos – 60;
V- transferências a Instituições multi governamentais – 70;
VI- aplicações diretas – 90;
VII- aplicação direta decorrente de operações entre Órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social – 91.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2025 e em seus créditos adicionais.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual para 2025 conterá a destinação de recursos, classificados pelas respectivas fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos referentes à destinação de recursos e fontes de recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2025 e em seus créditos adicionais.

§ 2º O Poder Executivo poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2025, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo Orçamento Anual para 2025.

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, autarquias e fundos, instituídos e mantidos pelo Município.

Art. 9º Será constituída a Reserva de Contingência exclusivamente com recursos do orçamento Fiscal que, no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 equivalerá preferencialmente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, para atender às determinações da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§1º Além de atender a determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de Créditos Adicionais e emendas à Lei Orçamentária para 2025, após o nono mês, para suprir necessidades orçamentárias.

§2º O limite determinado no caput deste artigo deverá ser obedecido quando forem utilizados os recursos da Reserva de Contingência em emendas à Lei Orçamentária para 2025.

Art. 10. A alocação dos créditos orçamentários será feita à unidade orçamentária, responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferências para as unidades integrantes dos orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A vedação contida no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal de 1988, não impede a descentralização de créditos orçamentários para a execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os princípios da Publicidade e Transparência, e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I- da estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12, da Lei Complementar Federal 101 de 2000;

II- da proposta de Lei Orçamentária Anual para 2025 e seus anexos;

III- da Lei Orçamentária Anual para 2025 e seus anexos.

Art. 12. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão levar em conta o alcance das disposições do anexo III, de metas fiscais e do anexo IV, de riscos fiscais, constantes desta Lei.

Art. 13. As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área, abrangendo o seu diagnóstico básico, suas diretrizes gerais e prioridades.

Art. 14. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal, será elaborada com estrita observância ao equilíbrio entre receitas e despesas, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária através de audiências públicas e conterá a "Reserva de Contingência" na forma do artigo nono desta Lei, indicada pelo código 99.999 e compreenderá:

§ 1º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive instituto mantidos pelo Município.

§ 2º O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social.

§ 3º O encaminhamento de proposta parcial do Poder Legislativo para o Poder Executivo, até o dia 31 de julho, para atender ao que preceitua a emenda constitucional nº 25/2000.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 31 de agosto, estudos e estimativas das receitas para o exercício subsequente, conforme o parágrafo 3º, do artigo 12, da LRF.

Art. 15. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Câmara Municipal de Palmeira e à Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta

da Lei Orçamentária Anual para 2025, determinados pelo §1º, do art.100, da Constituição Federal de 1988, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;
II - tipo e número do precatório;
III - tipo da causa julgada;
IV - data da autuação do precatório;
V - nome do beneficiário;
VI - valor do precatório a ser pago;
VII - data do trânsito em julgado.

Art. 16. Atendidos os requisitos legais, os Poderes Executivo e Legislativo, no cumprimento de suas missões institucionais e sem prejuízo de outras atribuições de sua competência, poderão, ainda:

I - realizar ampliações, melhorias ou adaptações em suas edificações, dependências e instalações;

II - viabilizar a melhoria da eficiência administrativa e a promoção da racionalização e da transparência da gestão da receita e do gasto público municipal, por meio de apoio técnico e financeiro na elaboração e execução de projetos para a modernização e o fortalecimento da gestão fiscal e da qualidade da execução das funções sociais, especialmente as de atendimento ao cidadão e ao contribuinte, através de recursos próprios; através da celebração de convênio junto a Caixa Econômica Federal; através de programa PNAFM, PMAT e BNDES; ou financiamentos a bancos internacionais, contemplando ações que visam à modernização da gestão administrativa e fiscal, tais como: habilitação de técnicos de nível superior e gestores municipais por meio de cursos de capacitação e especialização, implementação de ações e sistemas destinados ao controle da arrecadação, atendimento ao cidadão, comunicação de dados, controle financeiro, recursos humanos, consultorias, aquisição de equipamentos e informática, infra-estrutura e geoprocessamento referenciado e, ainda, possibilitar ao Município de Palmeira a elaboração e implementação de Plano Diretor, Cadastro Multifinalitário e Planta Genérica de Valores, além da adoção das medidas previstas pelo Estatuto da Cidade, Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001;

III - reestruturar o quadro de pessoal, com criação, extinção ou transformação de cargos, empregos ou funções;

IV - realizar concursos públicos e testes seletivos na área de recursos humanos, visando à admissão, quando necessário, de pessoal para a adequação da prestação do serviço público;

V - dar continuidade e iniciar ações que visem ao aperfeiçoamento e valorização dos servidores, à modernização instrumental, à adoção de metodologias adequadas e integradas ao planejamento governamental;

VI - conceder reajustes salariais e abonos, visando à recomposição de perdas salariais dos respectivos servidores, em conformidade ao artigo 37, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO V

DAS METAS FISCAIS

Art. 17. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, legalidade, legitimidade, impessoalidade e probidade administrativa, não podendo o montante das despesas fixadas, exceder à previsão da receita para o exercício.

Art. 18. O projeto de lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 19. As receitas e despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal, mês a mês, tendo em vista, principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, na conformidade do Anexo III, que dispõe sobre as Metas Fiscais, e atendendo-se os demais critérios estabelecidos no artigo 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, também, as eventuais modificações da legislação tributária, para melhoria da arrecadação, e ainda:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
III - a expansão do número de contribuintes;
IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal;
V - aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais;
VI - outras alterações, no sentido de melhoria da receita.

§ 2º As taxas de política administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso e, a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, visando evitar-se déficit orçamentário, em atendimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I- efetuar Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), conforme legislação;

II- realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III- abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas para a Administração Direta, nos termos da legislação vigente;

IV- abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas de cada entidade integrante da Administração Indireta, nos termos da legislação vigente;

V- abrir créditos adicionais suplementares e especiais, precedido de exposição justificativa, originados do superávit financeiro ou do excesso de arrecadação, conforme preceitua o art. 43 da Lei Federal nº. 4.320.

VI- transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, em atendimento às necessidades da administração;

VII- contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 21. Na programação das despesas não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas despesas de título de investimentos-regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do § 3º do art.167 da Constituição Federal, de 1988.

Art. 22. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo incumbir-se-á de:

I- estabelecer a Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso, por Unidade Orçamentária, considerando a estimativa de arrecadação, no prazo previsto no artigo 8º da LRF;

II- estabelecer o desdobramento da receita prevista, em metas bimestrais de arrecadação, no prazo exigido;

III- publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar a limitação de empenhos e movimentação financeira, até restabelecimento do equilíbrio, observando-se os critérios estabelecidos na presente Lei;

IV- emitir, ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais no período, em audiência pública, perante o Poder Legislativo;

V- divulgar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a Lei Orçamentária Anual (LOA), prestação de Contas, pareceres do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e de outros órgãos federais ou estaduais, inclusive na Internet;

VI- efetuar o repasse dos recursos financeiros consignados ao Poder Legislativo Municipal, que será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os poderes, em parcela única, conforme prevê o artigo 168 da Constituição Federal, atendendo-se o que dispõe o artigo 20, § 5º da LRF.

Art. 23. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária Anual para 2025, quanto em seus créditos adicionais, dotações a título de subvenção social, ressalvadas àquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada e que atendam direta e gratuitamente ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

Art. 24. O Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos com apoio na exceção prevista no artigo anterior, de acordo com a legislação vigente na data dos repasses.

§ 1º Os repasses serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, atendidas as exigências previstas no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

§ 2º Para habilitarem-se ao recebimento dos repasses, as entidades privadas sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, esportivo, de saúde e educacional, deverão obedecer ao plano de trabalho e autorização específica do Poder Legislativo, por meio da celebração de Acordos de Cooperação ou Termos de Fomento, em parcerias para execução de programas e projetos estimuladores de iniciativas, que

proporcionem impactos sociais junto à população, alterando positivamente a realidade instalada.

Art. 25. Os projetos de lei relativos à abertura de Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com detalhamentos estabelecidos na Lei Orçamentária para 2025, passando a integrar a Lei Orçamentária vigente para suas posteriores suplementações ou reduções.

Parágrafo único. Acompanharão os projetos de lei, relativos aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das ações desdobradas em operações especiais, projetos e atividades.

Art. 26. É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após o último dia útil do exercício, exceto para fins de apuração dos resultados, os quais deverão ocorrer até sessenta dias após o seu encerramento.

Art. 27. As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários adicionais aprovados, processarão o empenho da despesa observando os limites fixados em Lei e no Cronograma de Desembolso, para cada categoria de programação, nas respectivas classificações orçamentárias, determinadas pela legislação vigente e de acordo com as Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 28. A receita total do Município, prevista nos orçamentos fiscal e da seguridade social, será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - pessoal e encargos sociais e demais custeios administrativos e operacionais;
II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;
III - cumprir os princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente;
IV - garantir o cumprimento dos princípios constitucionais com o Poder Legislativo;
V - aporte local para as operações de crédito;
VI - aporte local para os convênios firmados com o Estado e com a União;
VII - investimentos em andamento;
VIII - novos investimentos.
IX - Aporte ao regime próprio de previdência

Art. 29. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da previdência social do servidor municipal, conforme o Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS e obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 2.404, de 30 de setembro de 2005, que contará com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas;
II - do Orçamento Fiscal;
III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas a órgãos, entidades e fundos, cujas despesas inteiram esse orçamento.

Art. 30. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Legislativo deverá enviar até 15 de janeiro de 2025, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

Art. 31. A limitação de empenhos, quando necessária, nos termos do artigo 9º da LRF dar-se-á mediante economia de despesas correntes com pessoal, encargos e de custeio, e ainda se necessário a restrição em despesas de capital.

Parágrafo único. Não será exigida a limitação de empenhos para as despesas com o Ensino Fundamental e Educação Infantil, manutenção dos serviços de Saúde, pagamento dos serviços da dívida e despesas necessárias ao cumprimento de termos de colaboração e termos de fomento firmados, preservando-se, na medida do possível, as despesas com pessoal e encargos, também aquelas necessárias aos serviços considerados essenciais.

Art. 32. As metas fiscais estabelecidas para os exercícios financeiros de 2025, 2026 e 2027 estão em valores correntes conforme anexo IV, desta Lei.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 33. O orçamento fiscal abrangerá o Poder Executivo e o Legislativo, as entidades da Administração direta e da indireta e será elaborado obedecendo-se a classificação por função e subfunção, de conformidade com a Portaria nº 42 do

Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, com alterações posteriores, quanto à natureza da despesa.

Art. 34. No exercício de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro**.**

§ 1º Para o cumprimento dos limites estabelecidos no caput deste artigo, o Município de Palmeira, adotará as seguintes providências, pela ordem:

I- Redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança gratificadas;
II- exoneração dos servidores não estáveis.

§ 2º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar a determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto e redução de pessoal.

§ 3º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 4º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de dois anos.

Art. 36. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do Artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de horas extras fica restrita as necessidades emergenciais da área da saúde e educação, desde que indispensáveis.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado ao que dispõe o § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, desde que haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, obedecidos os limites e normas legais, e mediante lei específica, quando necessária.

Parágrafo único. Qualquer aumento de despesa com pessoal deverá atender o disposto nos artigos 16 e 17 da LRF, ressalvando-se o disposto no § 6º do citado artigo 17.

Art. 38. Na elaboração da proposta orçamentária, serão atendidos preferencialmente os programas constantes do Anexo II que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que previstos no Plano Plurianual.

Art. 39. A concessão de contribuições e subvenções dependerá de autorização Legislativa, através de lei específica, devendo as dotações figurar no orçamento anual, e somente serão concedidas às entidades legalmente constituídas e que prestam serviços de interesse público municipal.

Parágrafo único. Não serão liberados recursos às entidades que não prestarem contas no prazo legal, dos valores recebidos no exercício anterior, bem como àquelas com contas rejeitadas e não regularizadas.

Art. 40. O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Educação Infantil, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

Art. 41. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, será composta de:

I - proposta orçamentária para cada unidade administrativa, com a descrição sucinta de suas principais finalidades e indicação da respectiva legislação;

II - mensagem;

III - Projeto de Lei de Orçamento;

IV - tabelas explicativas contendo as estimativas das diferentes receitas e despesas, descritas nas alíneas deste inciso, dispostas em colunas, para fins de comparação:

V - receita arrecadada nos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
VI - receita prevista para o exercício de 2024;
VII - receita prevista para o exercício de 2025;
VIII - despesa realizada no exercício de 2023;
IX - despesa fixada para o exercício de 2024;
X - despesa prevista para o exercício de 2025;
XI - Especificação dos programas especiais de trabalho, custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.
XII - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
XIII - sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
XIV - sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
XV - quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;
XVI - demais demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária deverão estar autorizadas em lei municipal, e atender ao disposto no artigo 14 e incisos da Lei de Responsabilidade Fiscal, obedecidos os cuidados mencionados no § 2º, do artigo citado, quando for o caso.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária somente será pleiteada ao legislativo, nos seguintes casos:

I - para fins a atendimento a objetivos sociais;
II - como incentivo à geração de emprego e renda;
III - para fins de melhoria da arrecadação.

Art. 43. Para os efeitos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do seu § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, para bens e serviços, os limites vigentes dos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 44. As despesas obrigatórias de caráter continuado que vierem a ser instituídas, deverão ser precedidas da existência de dotações orçamentárias para o custeio, e atenderem ao disposto no artigo 17 e parágrafos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. Para execução de novos projetos, deverá a administração observar o disposto no artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, privilegiando a conservação do patrimônio público, sempre que se mostrar vantajoso, economicamente.

Art. 46. Na elaboração e execução da proposta orçamentária para 2025, serão atendidas todas as demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica do Município, a ela extensivas.

Art. 47. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, contemplará recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos de financiamentos, bem como de débitos com a Previdência Social.

Art. 48. A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de recursos para custeio de despesas de outros entes da federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, respeitados os dispositivos constantes no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e mediante lei específica.

Art. 49. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 50. A administração buscará implantar sistema de controle de custos e avaliação de resultados, após estudos e estabelecimento de normas necessárias.

CAPÍTULO VII

DOS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 51. Será elaborado para cada fundo municipal especial, um plano de aplicação, cujo conteúdo será o seguinte:

I - Fonte de recursos financeiros, no qual serão indicadas as origens de recurso determinadas na lei de criação, classificadas nas categorias econômicas, receitas correntes e de capital;

II - Aplicações, onde serão discriminadas:

a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento de metas das ações administrativas, classificadas sob as categorias econômicas: despesas correntes e de capital.

Parágrafo único. Os planos de aplicação serão parte integrante do Orçamento do Município.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 52. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para o pagamento da despesa relativa à dívida pública do Município e com seu refinanciamento, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social do Município.

Parágrafo único. As despesas que trata o caput deste artigo serão alocadas em encargos especiais do Município, com recursos específicos, sob a supervisão da Secretaria Municipal da Finanças.

Art. **53.** O projeto de lei orçamentária poderá incluir, na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 54. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 55. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas, observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, na Lei Federal nº 9717 de 27 de novembro de 1998 e na legislação municipal em vigor.

Art. 56. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos pela legislação municipal em vigor, conforme previsão de recurso orçamentário e financeiro, previstos na Lei Orçamentária Anual para 2025, em

categoria de programação específica, observado o limite do artigo 21 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 57. Ficam autorizadas à instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos movimentos, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição, mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos, autarquias instituídas pelo Município, observado o contido no inciso II do art.37 da Constituição Federal, de 1988, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2025, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25 de 2000, na Lei complementar nº 101 de 2000 e na legislação vigente.

CAPÍTULO X

DAS DIRETRIZES PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 58. O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2025, deverá enquadrar-se nas determinações dos art. 36 e 37 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 58-A. O Poder Legislativo fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) de seu orçamento anual por iniciativa do Presidente através de ato próprio e publicado.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 59. As previsões de receitas da Lei Orçamentária Anual para 2025 observarão os resultados decorrentes da legislação tributária, aprovadas até 31 de agosto de 2023.

Art. 60. O Poder Executivo poderá conceder um desconto de até 5% (cinco por cento) para pagamento total à vista, do Imposto incidente sobre a propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativo ao exercício de 2025.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a fazer a baixa dos tributos devidos cuja cobrança judicial seja mais onerosa aos cofres municipais que o próprio recebimento do crédito tributário, conforme normas estabelecidas por decreto.

§ 2º Os valores decorrentes das renúncias previstas no caput deste artigo, não serão considerados nas previsões das receitas para 2025.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem até o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025.

Art. 62. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso das mesmas.

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças a responsabilidade pela coordenação da consolidação e elaboração final dos orçamentos anuais.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças determinará:

I - o calendário das atividades para elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do orçamento anual dos poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos e fundos;

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

Art. 64. Se o Projeto de Lei Orçamentária para 2025, a ser enviado ao Poder Legislativo, não for encaminhado para a sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2025, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato de sanção.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas da dívida pública municipal, podendo os gastos ser realizados em sua totalidade.

Art. 65. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, de 1988, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de abril de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO NO ORIGINAL

Sérgio Luís Belich
Prefeito Municipal

Mensagem ao Projeto de Lei nº. 6279/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 214, inciso II, da Lei Orgânica Municipal de Palmeira, e no artigo 4° da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento orçamentário voltado essencialmente para o planejamento, tendo como objetivo primordial, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025.

O presente Projeto de Lei foi elaborado dentro da mais rigorosa técnica que define a elaboração dos orçamentos, juntamente de participação popular, tomando-se o devido cuidado para que o mesmo se transforme em um verdadeiro instrumento de planejamento, a serviço da Administração Municipal, visando oferecer aos munícipes uma significativa melhora na qualidade dos serviços prestados ou postos à sua disposição, haja vista, serem eles os responsáveis pelo financiamento monetário do Município.

Contempla o presente projeto de lei todos os quesitos exigidos pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente a editada Portaria nº. 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 12ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, a qual contém os correspondentes anexos referentes aos demonstrativos descritos no § 3º do art. 4º e nos arts. 48 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que deverão ser utilizados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os referidos anexos encontram-se consolidados com dados do Município, IMASP – Instituto Municipal de Assistência a Saúde de Palmeira, Câmara Municipal de Vereadores e Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Riscos Fiscais

Conforme demonstrativo em anexo a este projeto, os Riscos Fiscais constituem as possibilidades das ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas.

Anexo de Metas Fiscais

Os Municípios devem elaborar o Anexo de Metas Fiscais, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A LRF determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativos a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes e conterá, ainda:

a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios;

d) origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

e) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

f) relatório de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, ano de 2023.

Por fim, diante da oportunidade, aproveito para renovar a Vossa Excelência, aos demais vereadores e também ao corpo técnico desta Casa, a expressão do meu mais alto apreço e consideração.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de abril de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO NO ORIGINAL

Sérgio Luís Belich
Prefeito Municipal

Município de
PALMEIRA

Anexo I

Demonstrativo das obras em andamento

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PR

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

EXERCÍCIO DE 2024

(Artigo 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000)

OBRA	SITUAÇÃO	ÚLTIMA MEDIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	EXECUÇÃO %
Sistema de abastecimento de água	Em andamento	29/02/2024	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	97,24
Execução de obras e serviços visando a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde de Santa Bárbara	Em andamento	29/02/2024	Sec. Municipal de Saúde	84,01
Construção da Estratégia de Saúde da Família de Witmarsum	Em andamento	29/02/2024	Sec. Municipal de Saúde	49,70
Execução de obras e serviços para reforma da quadra de esportes da Praça Manoel Ribas	Em andamento	29/02/2024	Sec. Municipal de Educação, Esporte e Lazer	40,28

Fonte: Módulo Obras Públicas SIM AM – TCE/PR.

Palmeira, 11 de abril de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO NO ORIGINAL

Sérgio Luís Belich
Prefeito Municipal

Município de
PALMEIRA

Anexo II

Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

Exercício: 2025

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Órgão : 01 Câmara Municipal
Unidade : 001 Câmara Municipal

Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 031 Ação Legislativa
Programa : 0001 Gestão Legislativa

Objetivo : Legislar sobre matérias de competência do Município, exercendo sua atribuição de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, visando atender exigências e competências na legislação estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, bem como auxiliar o Poder Municipal no desempenho político do Município e do bem estar da população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Com o intuito de primar pela transparência e seriedade das incumbências do Poder Legislativo, faz-se necessário o envolvimento da sociedade nos atos do Legislativo, participando de audiências e sessões, Também é de suma importância a modernização para acompanhamento dos avanços tecnológicos quando da execução das ações pertinentes ao poder Legislativo.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Requerimentos	Unidade	45	133,00
Projetos de Lei	Unidade	153	231,00
Sessões Ordinárias e Extraordinárias	Unidade	62	64,00
Indicações	Unidade	104	112,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1001	Outras Unidades e Medidas	P	4	2.389.079,77

Descrição: Edificações, Equipamentos e Material Permanente para o Poder Legislativo

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2002	Outras Unidades e Medidas	A	2	7.265.000,00

Descrição: Atividades do Poder Legislativo Municipal

Produto : Outros Produtos

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 001 Gabinete do Prefeito

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 Governo Transparente e Integrado

Objetivo : Melhorar e ampliar os serviços na gestão pública, procurando interagir com os demais órgãos e com a sociedade, primando pelo princípio de transparência e qualidade nos atos da administração municipal.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este programa será executado pela estrutura do Gabinte do Prefeito, Vice Prefeito e sua assessoria de gabinete, visto a necessidade de ampliar a integrar os órgãos municipais junto da comunidade. Com isso, este órgão desenvolverá uma política de interrelacionamento para o avanço das políticas públicas e setoriais, sempre com a participação e conhecimento da sociedade.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2003	Pessoas	A	4	675.888,62

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2004	Outras Unidades e Medidas	A	1	59.500,00

Descrição: Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2006	Outras Unidades e Medidas	A	34.800	14.500,00

Descrição: Gerir o desenvolvimento do Município

Produto : Outros Produtos
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 001 Gabinete do Prefeito

Função: 06 Segurança Pública
Sub-Função: 182 Defesa Civil
Programa : 0005 Palmeira pensada para o futuro

Objetivo : Desenvolver o município de forma ordenada, planejada e organizada, visando a garantia de políticas públicas que atendam às necessidades dos munícipes de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira se encontra em uma região privilegiada no Estado do Paraná, o qual terá um crescimento expressivo nos próximos anos, sendo ainda possível que este crescimento seja planejado e sustentável, de forma a atender às necessidades de toda a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2127	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00

Descrição: Atividades relacionadas à Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil

Produto : Outros Produtos
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 002 Fundo Municipal de Defesa Civil

Função: 06 Segurança Pública
Sub-Função: 182 Defesa Civil
Programa : 0005 Palmeira pensada para o futuro

Objetivo : Desenvolver o município de forma ordenada, planejada e organizada, visando a garantia de políticas públicas que atendam às necessidades dos munícipes de Palmeira.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira se encontra em uma região privilegiada no Estado do Paraná, o qual terá um crescimento expressivo nos próximos anos, sendo ainda possível que este crescimento seja planejado e sustentável, de forma a atender às necessidades de toda a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2143	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Defesa Civil

Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 Controladoria Geral do Município
Unidade : 001 Departamento de Controle e Auditoria

Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0003 Administração Geral do Controle Interno

Objetivo : Manter a coordenação do Controle Interno do município a fim de melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração além de contribuir para o controle dos limites de gastos e cumprir os mandamentos constitucionais do Controle Interno.

Gerente :

Público Alvo : Administração Municipal

Justificativa : O Município deve estruturar mecanismos de controle interno, abrangendo todas as atividades e os agentes, que possilitem uma visão global de tudo o que ocorre na Administração através de informações corretas, a fim de poder avaliar o seu desempenho e permitir as tomadas de decisões preventivas ou corretivas para possíveis falhas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Servidores públicos	Pessoas	965	1.000,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2007	Pessoas	A	3	262.978,90

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2008	Outras Unidades e Medidas	A	1	112.800,00

Descrição: Manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 04 Procuradoria Geral do Município
Unidade : 001 Departamento Geral da Procuradoria Geral do Município

---

Função: 03 Essencial à Justiça
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0004 Acompanhamento de Processos Judiciais, Administrativos e Assessoramento da Administração Pública

Objetivo : Assessorar o chefe do executivo e demais órgãos da Administração Pública do Município nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua aprecisação, opinar sobre projetos de lei, decretos, regulamentos e outros documentos à área jurídica.

Gerente :

Público Alvo : Administração Municipal

Justificativa : Necessidade de autuação e acompanhamento de processos judiciais nas diversas esferas do judiciário, bem como acompanhamento de processos administrativos e assessoramento à Administração Pública nos assuntos jurídicos.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2010	Pessoas	A	10	1.289.339,07

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2011	Outras Unidades e Medidas	A	1	860.708,04

Descrição: Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 Procuradoria Geral do Município

Unidade : 002 Departamento de Assuntos Jurídicos

Função: 03 Essencial à Justiça

Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial

Programa : 0004 Acompanhamento de Processos Judiciais, Administrativos e Assessoramento da Administração Pública

Objetivo : Assessorar o chefe do executivo e demais órgãos da Administração Pública do Município nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua aprecisação, opinar sobre projetos de lei, decretos, regulamentos e outros documentos à área jurídica.

Gerente :

Público Alvo : Administração Municipal

Justificativa : Necessidade de autuação e acompanhamento de processos judiciais nas diversas esferas do judiciário, bem como acompanhamento de processos administrativos e assessoramento à Administração Pública nos assuntos jurídicos.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2013	Outras Unidades e Medidas	A	1	170.000,00

Descrição: Pagamento de sentenças judiciais e precatórios

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2014	Outras Unidades e Medidas	A	1	2.000,00

Descrição: Pagamento de serviços de terceiros - pessoa física, incluindo custas judiciais

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Produto : Outros Produtos
Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Unidade : 001 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0005 Palmeira pensada para o futuro

Objetivo : Desenvolver o município de forma ordenada, planejada e organizada, visando a garantia de políticas públicas que atendam às necessidades dos munícipes de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira se encontra em uma região privilegiada no Estado do Paraná, o qual terá um crescimento expressivo nos próximos anos, sendo ainda possível que este crescimento seja planejado e sustentável, de forma a atender às necessidades de toda a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2018	Outras Unidades e Medidas	A	14	7.000,00

Descrição: Apoio aos Conselhos Municipais

Produto : Outros Produtos
Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Unidade : 001 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa : 0005 Palmeira pensada para o futuro

Objetivo : Desenvolver o município de forma ordenada, planejada e organizada, visando a garantia de políticas públicas que atendam às necessidades dos munícipes de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira se encontra em uma região privilegiada no Estado do Paraná, o qual terá um crescimento expressivo nos próximos anos, sendo ainda possível que este crescimento seja planejado e sustentável, de forma a atender às necessidades de toda a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2015	Pessoas	A	20	3.341.592,86

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2016	Outras Unidades e Medidas	A	1	392.990,00

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1136	Metro Quadrado		1	12.000.000,00

Descrição: Pavimentação Asfáltica - Operação de Crédito

Produto : Pavimentação de Vias

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 001 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

---

Função: 16 Habitação

Sub-Função: 481 Habitação Rural

Programa : 0006 Programa Habitação de Interesse Social

Objetivo : Construção de casas na área urbana e rural, reformas e regularização das moradias

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este projeto faz parte de um processo democrático para garantir o direito a habitação as famílias carentes, evidentemente que se trata da dignidade do ponto de vista social e de um direito fundamental para isso, é necessário a intervenção do poder público local para viabilizar os programas de habitação com subsídio e financiamento visto o custo de moradia em nosso município é alto muitas vezes sendo incompatível com a renda das pessoas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5021	Metros Quadrados	P	1	510.000,00

Descrição: Habitação Social Rural

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 001 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

---

Função: 16 Habitação

Sub-Função: 482 Habitação Urbana

Programa : 0006 Programa Habitação de Interesse Social

Objetivo : Construção de casas na área urbana e rural, reformas e regularização das moradias

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este projeto faz parte de um processo democrático para garantir o direito a habitação as famílias carentes, evidentemente que se trata da dignidade do ponto de vista social e de um direito fundamental para isso, é necessário a intervenção do poder público local para viabilizar os programas de habitação com subsídio e financiamento visto o custo de moradia em nosso município é alto muitas vezes sendo incompatível com a renda das pessoas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5019	Metros Quadrados	P	1	139.000,00

Descrição: Execução do Consórcio imobiliário de Interesse Social

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5020	Pessoas	P	1	400.000,00

Descrição: Execução de serviços e obras: Casa reformada

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5023	Metros Quadrados	P	1	10,00

Descrição: Regularização fundiária urbana

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5022	Metros Quadrados	P	1	30,00

Descrição: Habitação de Interesse Social Urbano

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 001 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos

---

Função: 25 Energia

Sub-Função: 752 Energia Elétrica

Programa : 0005 Palmeira pensada para o futuro

Objetivo : Desenvolver o município de forma ordenada, planejada e organizada, visando a garantia de políticas públicas que atendam às necessidades dos munícipes de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira se encontra em uma região privilegiada no Estado do Paraná, o qual terá um crescimento expressivo nos próximos anos, sendo ainda possível que este crescimento seja planejado e sustentável, de forma a atender às necessidades de toda a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1135	Outras Unidades e Medidas		1	7.000.000,00

Descrição: Implantação de Usina Fotovoltaica - Operação de Crédito

Produto : Outros Produtos

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 002 Departamento de Obras Urbanas

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0007 Estrutura e mobilidade na cidade

Objetivo : Promover o desenvolvimento do município garantindo a infraestrutura necessária, bem como dar condições a população, empresas e investidores para assegurar a expansão do município de forma ordenada e planejada.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Palmeira se encontra em uma região previlegiada no estado do Paraná o que possibilita um crescimento acelerado nos próximos anos, porém faz-se necessário investir em infraestrutura para fornecer a condição ideal de desenvolvimento.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2024	Pessoas	A	1	611.990,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Obras Urbanas

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2025	Outras Unidades e Medidas	A	1	400.000,00

Descrição: Manutenção de calçadas, meio fio e mobilidade

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2026	Pessoas	A	1	637.104,32

Descrição: Manutenção e recapeamento de vias urbanas

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1027	Metros Quadrados	P	1	3.147.442,01

Descrição: Pavimentação de vias urbanas

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1028	Outras Unidades e Medidas	P	1	868.459,19

Descrição: Pavimentação de Ruas

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1029	Pessoas	P	1	1.601.000,00

Descrição: Obras de Infraestrutura - FINISA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2030	Pessoas	A	1	3.747.370,55

Descrição: Ampliação e manutenção do sistema de iluminação pública - Click Palmeira

Produto : Servidores Atendidos

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 002 Departamento de Obras Urbanas

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0007 Estrutura e mobilidade na cidade

Objetivo : Promover o desenvolvimento do município garantindo a infraestrutura necessária, bem como dar condições a população, empresas e investidores para assegurar a expansão do município de forma ordenada e planejada.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Palmeira se encontra em uma região previlegiada no estado do Paraná o que possibilita um crescimento acelerado nos próximos anos, porém faz-se necessário investir em infraestrutura para fornecer a condição ideal de desenvolvimento.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2033	Outras Unidades e Medidas	A	1	390.000,00

Descrição: Manutenção da frota de máquinas leves e pesadas

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 003 Departamento de Segurança e Trânsito

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 452 Serviços Urbanos

Programa : 0008 Cidade segura

Objetivo : Promover a segurança da população palmeirense através de monitoramento eletrônico das vias públicas em pontos estratégicos, organizar e executar ações referentes ao tráfego e à mobilidade urbana.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A segurança no trânsito tem sido fonte de preocupação, o número de veículos tem aumentado exponencialmente, o que exige iniciativas por parte do poder público que melhor organizem o transito e a mobilidade urbana, seja em municípios de grande ou de pequeno porte. Assim como as ações voltadas à organização e ao planejamento do trânsito nas cidades, é necessário investir em segurança, garantindo maior tranquilidade à população.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2031	Outras Unidades e Medidas	A	1	486.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Segurança e Trânsito

Produto : Outros Produtos

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 004 Departamento de Rendas, Indústria, Comércio e Emprego

---

Função: 11 Trabalho

Sub-Função: 333 Empregabilidade

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0011 Promoção do emprego e renda

Objetivo : Alcançar 100% da demanda de novos empregos gerados no Município, afim de que todas as vagas abertas nas empresas estejam disponiveis através da agência, para que toda a população tenha acesso a informação do número de vagas existentes facilitando assim o ingresso ao mercado de trabalho.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Palmeira teve um grande número de vagas disponiveis no ano de 2016, porém esse número poderia ter sido maior se a agência de emprego fosse o meio direto entre a população que busca o mercado de trabalho e o empregador, logo ocorre a necessidade de fomentar as oportunidades através da agência de empregos, gerando assim melhor comunicação e informação para a população trazendo oportunidades de igualdade para todos tornando mais justa e diversa a contratação.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Empregos	Unidade	340	380,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2037	Pessoas	A	1	30.000,00

Descrição: Manutenção das atividades de Trabalho e Emprego

Produto : Servidores Atendidos

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 004 Departamento de Rendas, Indústria, Comércio e Emprego

---

Função: 22 Indústria

Sub-Função: 661 Promoção Industrial

Programa : 0010 Palmeira desenvolvida e empreendedora

Objetivo : Garantir a implantação e geração de emprego e renda a população palmeirense, proprocionando condições para o desenvolvimento de atividades produtivas, capazes de gerar e manter postos de emprego e de incrementar a arrecadação de impostos e a renda interna do município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O Município de Palmeira se encontra em uma região priveligiada com entroncamento para a BR-277. BR-376 e PR-151,conta também com o gasoduto, com amplo potencial para o desenvolvimento industrial e comercial com a geração de novos empregos capacitados pelo SENAI, portanto a administração municipal visa implementar ações de incentivo ao setor industrial, desenvolvendo políticas de atração de indústrias e apoio às indústrias já instaladas.Também apoiar o setor comercial, incentivando os consumidores do município a utilizarem o comércio local a fim de que o mesmo prospere e possibilite condições de emprego e renda para a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2034	Pessoas	A	1	248.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Indústria, Comércio, Geração de Emprego e Renda

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025

2035	Pessoas		A	1	270.000,00

Descrição: Melhoramento e expansão da infraestrutura industrial

Produto : Servidores Atendidos

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Unidade : 004 Departamento de Rendas, Indústria, Comércio e Emprego

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 691 Promoção Comercial

Programa : 0010 Palmeira desenvolvida e empreendedora

Objetivo : Garantir a implantação e geração de emprego e renda a população palmeirense, proprocionando condições para o desenvolvimento de atividades produtivas, capazes de gerar e manter postos de emprego e de incrementar a arrecadação de impostos e a renda interna do município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O Município de Palmeira se encontra em uma região priveligiada com entroncamento para a BR-277. BR-376 e PR-151,conta também com o gasoduto, com amplo potencial para o desenvolvimento industrial e comercial com a geração de novos empregos capacitados pelo SENAI, portanto a administração municipal visa implementar ações de incentivo ao setor industrial, desenvolvendo políticas de atração de indústrias e apoio às indústrias já instaladas.Também apoiar o setor comercial, incentivando os consumidores do município a utilizarem o comércio local a fim de que o mesmo prospere e possibilite condições de emprego e renda para a população palmeirense.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação		Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1036	Metros Quadrados		P	1	45.000,00

Descrição: Fomento do comércio e serviço

Produto : Pavimentação de Vias

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

Unidade : 001 Departamento de Administracão

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0012 Gestão Pública Eficiente

Objetivo : Tem como objetivo o assessoramento dos órgaos da administração municipal, visando auxiliar na tomada de decisões, acompanhamento e expedição de todos os atos oficiais do município, controle de saldo de caixa e bancário, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação dos recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, prestação de contas, sistema de informações municipais do TCE - SIM - AM, arrecadar e otimizar os tributos de competência do município, garantir o financiamento dos serviços de competência municipal, bem como manter em dia os compromissos e pagamento de financiamentos contraídos, controlar os limites de gastos e cumprir os mandamentos constitucionais do controle interno, manter a alimentação de sistemas de informação estadual e federal, capacitar os servidores para melhor desenvolvimentos das atividades da Secretaria, otimizar os serviços prestados pela Secretaria, combater a informalidade dos comerciantes do município, aperfeiçoar a fiscalização através da implantação de sistemas informatizados e buscar a integração dos diversos órgãos envolvidos para uma melhor gestão dos recursos empregados no Município de Palmeira

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Faz-se necessário a supervisão e acompanhamento de contratos firmados, as alterações na legislação municipal para adequação às Leis vigentes no âmbito estadual e federal, bem como visa controlar as receitas e despesas, garantir os pagamentos aos credores, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2038	Pessoas	A	41	3.862.331,83

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2039	Outras Unidades e Medidas	A	1	1.629.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Administração

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

Unidade : 001 Departamento de Administracão

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0019 Prestação de contas e transparência fiscal

Objetivo : Atender as obrigações legais junto aos órgãos externos de controle, bem como proporcionar à sociedade condições para que a mesma realize um eficiente controle social quanto às ações governamentais do Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A Constituição Federal de 1988 garante à sociedade a participação contínua em todas as ações desenvolvidas pela administração pública, desde à concepeção destas ações até a fiscalização e aprimoramento da aplicação dos recursos nos serviços públicos. Além disso, a administração pública possui o dever legal de prestar contas junto aos órgãos externos de controle, ato fulcrado na Carta Magna brasileira e nas demais leis correlatas as finanças públicas. Sendo assim é fundamental que a administração pública possua as condições necessárias para absorver e repassar o intenso volume de informações relacionadas as ações públicas. Para tanto, é necessário que a administração pública possua estrutura adequada e servidores qualificados para atender as obrigações legais e possibilitar à sociedade acompanhar simultaneamente as ações desenvolvidas pela administração pública.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2055	Outras Unidades e Medidas	A	1	8.000,00

Descrição: Atividades relacionadas à Transparência Municipal

Produto : Apoio Administrativo

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 002 Departamento de Recursos Humanos

Função: 11 Trabalho
Sub-Função: 128 Formação de Recursos Humanos
Programa : 0013 Desenvolvimento Humano e Profissional

Objetivo : Atender às despesas necessárias à execução das atividades correlatas ao Departamento de Recursos Humanos, buscando cumprir com todas as suas atribuições com eficiência e eficácia, visando a redução de custos e a sustentabilidade.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Diante do grande numero de servidores municipais, é necessário o controle das movimentações funcionais e demais atividades relacionadas aos servidores, bem como o treinamento e aperfeiçoamento de servidores e a realização de concursos públicos.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Servidores ativos	Pessoas	965	1.080,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2042	Outras Unidades e Medidas	A	4	60.000,00

Descrição: Manutenção da Escola de Gestão Pública de Palmeira - Lei nº 4.071/2016

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 002 Departamento de Recursos Humanos

Função: 11 Trabalho
Sub-Função: 332 Relação de Trabalho
Programa : 0013 Desenvolvimento Humano e Profissional

Objetivo : Atender às despesas necessárias à execução das atividades correlatas ao Departamento de Recursos Humanos, buscando cumprir com todas as suas atribuições com eficiência e eficácia, visando a redução de custos e a sustentabilidade.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Diante do grande numero de servidores municipais, é necessário o controle das movimentações funcionais e demais atividades relacionadas aos servidores, bem como o treinamento e aperfeiçoamento de servidores e a realização de concursos públicos.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Servidores ativos	Pessoas	965	1.080,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2041	Pessoas	A	1	393.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Recursos Humanos

Produto : Servidores Atendidos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 003 Departamento de Compras e Licitações

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0014 Compras com eficiência e transparência

Objetivo : Atender às despesas necessárias à execução das atividades correlatas ao Departamento de Compras e Licitações, buscando cumprir com todas as suas atribuições com eficiência e eficácia, visando a redução de custos e a sustentabilidade.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Em decorrência da atualização do setor público faz-se necessário a modernização e manutenção das técnicas de trabalho.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2043	Pessoas	P	1	99.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Departamento de Compras e Licitações

Produto : Servidores Atendidos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 004 Departamento de Almoxarifado

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0015 Gestão de Almoxarifado e Patrimônio

Objetivo : Organizar o recebimento e distribuição das mercadorias adquiridas pelas secretarias, gerenciar todos os bens móveis e ímóveis pertencentes a Administração Pública.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Almoxarifado prover o recebimento, conferência, armazenagem, realiza o controle do estoque e distribuição de mercadorias e produtos, aquisição , registro das compras feitas cadastro de notas observando critérios de racionalização, acondicionamento, localização, padronização, indicadores e documentação. Patrimônio é controlar os bens móveis e imóveis pertencentes ao Municipio.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	42.390,25	45.884,57

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2045	Outras Unidades e Medidas	A	1	58.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Departamento de Almoxarifado

Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 005 Departamento de Patrimônio

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0015 Gestão de Almoxarifado e Patrimônio

Objetivo : Organizar o recebimento e distribuição das mercadorias adquiridas pelas secretarias, gerenciar todos os bens móveis e ímóveis pertencentes a Administração Pública.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Almoxarifado prover o recebimento, conferência, armazenagem, realiza o controle do estoque e distribuição de mercadorias e produtos, aquisição , registro das compras feitas cadastro de notas observando critérios de racionalização, acondicionamento, localização, padronização, indicadores e documentação. Patrimônio é controlar os bens móveis e imóveis pertencentes ao Municipio.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2145	Outras Unidades e Medidas		1	18.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Departamento de Patrimônio

Produto : Outros Produtos

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

Unidade : 006 Departamento de Contabilidade, Financas e Orcamento

---

Função: 04 Administração

Sub-Função: 121 Planejamento e Orçamento

Programa : 0018 Gestão Orçamentária Eficiente

Objetivo : Otimizar o planejamento, execucação, acompanhamento e controle das peças orçamentárias, garantindo a melhor eficiência e eficácia na aplicabilidade dos recursos públicos no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Com o advento da era da informação, os sistemas informatizados permitem um acompanhamento em tempo real da execução orçamentária dos recursos públicos, tanto por parte dos órgãos de controle quanto dos contribuintes, estes últimos interessados na correta aplicação dos recursos por eles confiados à Administração Municipal, enquanto os primeiros verificam os aspectos técnicos e legais que norteiam as finanças públicas. Desta forma, é essencial que o ente público preocupe-se quanto à sua gestão orçamentária, primando pela excelência de seus orçamentos, os quais devem possuir a devida prudência e refletir a realidade econômica da região e do país. Para tanto, faz-se necessária uma gestão orçamentária preparada, responsável e alinhada ao conjunto de princípios orçamentários, norte de qualquer administração pública eficiente e eficaz.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Índice de Realização da Receita Prevista - IRRP	Percentual	98,63	99,13

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2053	Outras Unidades e Medidas	A	1	7.000,00

Descrição: Manutenção das atividades correlatas ao orçamento público

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

Unidade : 006 Departamento de Contabilidade, Financas e Orcamento

---

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0016 Gestão Financeira Eficiente

Objetivo : Controle de saldo de caixa e bancário, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação dos recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, prestação de contas, sistema de informações municipais do TCE - SIM - AM, arrecadar e otimizar os tributos de competência do município, garantir o financiamento dos serviços de competência municipal, bem como manter em dia os compromissos e pagamento de financiamentos contraídos, controlar os limites de gastos e cumprir os mandamentos constitucionais do controle interno, manter a alimentação de sistemas de informação estadual e federal, capacitar os servidores para melhor desenvolvimentos das atividades da Secretaria, otimizar os serviços prestados pela Secretaria, combater a informalidade dos comerciantes do município, aperfeiçoar a fiscalização através da implantação de sistemas informatizados, construção do Centro de Atendimento ao Cidadão visando atender a demanda dos contribuintes, adequar a estrutura física e de mobiliários da Secretaria e Buscar a Integração dos diversos órgãos envolvidos para uma melhor gestão dos recursos empregados no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar as receitas e despesas, garantir os pagamentos aos credores, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Arrecadação Municipal Per Capita	Valores Fi	2.383,21	3.232,90
Índice de Realização da Receita Prevista - IRRP	Percentual	98,63	99,13

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2047	Outras Unidades e Medidas	A	1	22.686.679,71

Descrição: Manutenção das Atividades do Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento

Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 006 Departamento de Contabilidade, Financas e Orcamento

---

Função: 06 Segurança Pública
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0016 Gestão Financeira Eficiente

Objetivo : Controle de saldo de caixa e bancário, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação dos recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, prestação de contas, sistema de informações municipais do TCE - SIM - AM, arrecadar e otimizar os tributos de competência do município, garantir o financiamento dos serviços de competência municipal, bem como manter em dia os compromissos e pagamento de financiamentos contraídos, controlar os limites de gastos e cumprir os mandamentos constitucionais do controle interno, manter a alimentação de sistemas de informação estadual e federal, capacitar os servidores para melhor desenvolvimentos das atividades da Secretaria, otimizar os serviços prestados pela Secretaria, combater a informalidade dos comerciantes do município, aperfeiçoar a fiscalização através da implantação de sistemas informatizados, construção do Centro de Atendimento ao Cidadão visando atender a demanda dos contribuintes, adequar a estrutura física e de mobiliários da Secretaria e Buscar a Integração dos diversos órgãos envolvidos para uma melhor gestão dos recursos empregados no Município.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar as receitas e despesas, garantir os pagamentos aos credores, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1129	Outras Unidades e Medidas		1	39.000,00

Descrição: Ações relacionadas ao FUNREBOM

Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 006 Departamento de Contabilidade, Financas e Orcamento

---

Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa : 0016 Gestão Financeira Eficiente

Objetivo : Controle de saldo de caixa e bancário, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação dos recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, prestação de contas, sistema de informações municipais do TCE - SIM - AM, arrecadar e otimizar os tributos de competência do município, garantir o financiamento dos serviços de competência municipal, bem como manter em dia os compromissos e pagamento de financiamentos contraídos, controlar os limites de gastos e cumprir os mandamentos constitucionais do controle interno, manter a alimentação de sistemas de informação estadual e federal, capacitar os servidores para melhor desenvolvimentos das atividades da Secretaria, otimizar os serviços prestados pela Secretaria, combater a informalidade dos comerciantes do município, aperfeiçoar a fiscalização através da implantação de sistemas informatizados, construção do Centro de Atendimento ao Cidadão visando atender a demanda dos contribuintes, adequar a estrutura física e de mobiliários da Secretaria e Buscar a Integração dos diversos órgãos envolvidos para uma melhor gestão dos recursos empregados no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar as receitas e despesas, garantir os pagamentos aos credores, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Arrecadação Municipal Per Capita	Valores Fi	2.383,21	0,00
Índice de Realização da Receita Prevista - IRRP	Percentual	98,63	99,13

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2049	Outras Unidades e Medidas	A	1	9.100.000,00

Descrição: Manutenção dos serviços da Dívida Interna

Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 007 Departamento de Arrecadacão Imobiliária

Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0017 Arrecadação e Educação Fiscal

Objetivo : Garantir formas de viabliza e otimizar a arrecadação dos tributos municipais para implementar as políticas públicas necessárias à toda a população do município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar, garantir e acompanhar a arrecadação municipal, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira, bem como fiscalizar o comércio local fomentando a formalidade dos comerciantes. Prestar atendimento e orientação aos contribuintes a respeito dos tributos municipais (IPTU, ITBI E ISSQN).

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Arrecadação Municipal Per Capita	Valores Fi	2.383,21	3.232,90

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2050	Outras Unidades e Medidas	A	1	958.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Arrecadação Imobiliária

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1052	Outras Unidades e Medidas		1	8.000,00

Descrição: Projeto de modernização da administração tributária - PMAT

Produto : Outros Produtos

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

Unidade : 008 Departamento de Arrecadacão Mobiliária

Função: 04 Administração

Sub-Função: 129 Administração de Receitas

Programa : 0017 Arrecadação e Educação Fiscal

Objetivo : Garantir formas de viabliza e otimizar a arrecadação dos tributos municipais para implementar as políticas públicas necessárias à toda a população do município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar, garantir e acompanhar a arrecadação municipal, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira, bem como fiscalizar o comércio local fomentando a formalidade dos comerciantes. Prestar atendimento e orientação aos contribuintes a respeito dos tributos municipais (IPTU, ITBI E ISSQN).

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Arrecadação Municipal Per Capita	Valores Fi	2.383,21	3.232,90

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2126	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Arrecadação Mobiliária

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Unidade : 009 Departamento de Dívida Ativa

Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas
Programa : 0017 Arrecadação e Educação Fiscal

Objetivo : Garantir formas de viabliza e otimizar a arrecadação dos tributos municipais para implementar as políticas públicas necessárias à toda a população do município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Visa controlar, garantir e acompanhar a arrecadação municipal, fornecer relatórios gerenciais, prestar contas das atividades do município, garantir a alimentaçao dos sistemas de dados Estadual e Federal visando a transparência na gestão financeira, bem como fiscalizar o comércio local fomentando a formalidade dos comerciantes. Prestar atendimento e orientação aos contribuintes a respeito dos tributos municipais (IPTU, ITBI E ISSQN).

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Arrecadação Municipal Per Capita	Valores Fi	2.383,21	3.232,90

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2137	Outras Unidades e Medidas		1	11.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Dívida Ativa

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 010 Sala do Empreendedor

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0020 Fomento ao Empreendedorismo

Objetivo : Incentivar a legalização de negócios informais que se enquadrem nos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar 123/06, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, facilitar a abertura de novas empresas e regularizar as atividades informais e oferecer informação, orientação e serviços aos Microempreendedores Individuais (MEI) de forma simples e facilitada.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : No início do ano de 2017 o Município de Palmeira contava com 822 (oitocentos e vinte e dois) Microempreendedores Individuais (MEI) cadastrados, que necessitam de orientações e serviços como geração de boletos para recolhimento de impostos e taxas, alterações cadastrais e declaração anual. Além disso, é necessário ofertar serviços e orientações quando houver procura para abertura de MEI, que no ano de 2016 foram solcitados 86 (oitenta e seis) cadastros pela Sala do Empreendedor. Também é de conhecimento que no Município existem negócios informais, sendo necessário realizar ações que incentivem a regularização das atividades.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Total de Microempreendedores Indiviuais (MEI) cadastrados	Pessoas	822	942,00
Número de atendimentos realizados na Sala do Empreendedor	Unidade	1.220	1.120,00

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2057	Outras Unidades e Medidas	A	1	12.000,00

Descrição: Manutenção das atividades da Sala do Empreendedor

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 Secretaria Municipal de Gestão Pública e Financas
Unidade : 011 Departamento de Frotas e Monitoramento

Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa : 0009 Logística eficiente

Objetivo : Incluir todas as atividades de movimentação de produtos e a transferência de informações, porém para que seja gerenciada de forma integrada, a logística irá fornecer suporte de modo eficiente, assegurando que as obras serão realizadas no tempo certo com os produtos e quantidades certas, a preços competitivos.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Se faz necessária para que se tenha um bom andamento nas atividades diárias realizadas na Secretaria, proporcionando a qualidade na prestação de serviços aos munícipes.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2032	Outras Unidades e Medidas	A	1	405.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Frotas e Monitoramento

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 07 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade : 001 Departamento de Agricultura e Pecuária

Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 605 Abastecimento
Programa : 0021 Desenvolvendo a agricultura e pecuária sustentável

Objetivo : Aprimorar assistência técnica com difusão de tecnologia adequada, promovendo e articulando medidas facilitadoras para uma boa qualidade de vida da familia rural, melhorando suas atividades produtivas, buscando parcerias com o Governo Estadual e com o Governo Federal.

Gerente :

Público Alvo : Agricultores do Município

Justificativa : Investir na agricultura é essencial para reduzir a fome e promover uma produção agrícola sustentável. Os agricultores são os maiores investidores no desenvolvimento da agricultura de nosso Município. Nossa ecônomia gira em torno de agricultores e pecuáristas.O Governo Município também tem uma responsabilidade especial para ajudar os pequenos produtores agrícolas a superar os obstáculos que encontrarem na expansão dos seu capital produtivo e assegurar o investimento em longa escala em agricultura o que proporcionará um beneficio social e um desenvolvimento sustentável.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Produção Agropecuária	Valores Fi	501,50	502,20

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2058	Pessoas	A	15	3.479.494,45

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2059	Outras Unidades e Medidas	A	1	403.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Agricultura e Pecuária

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1062	Outras Unidades e Medidas		1	113.600,00

Descrição: Fortalecimento da agricultura familiar

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1063	Outras Unidades e Medidas		1	70.000,00

Descrição: Fortalecimento da produção agrícola e pecuária

Produto : Outros Produtos

Órgão : 07 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade : 001 Departamento de Agricultura e Pecuária

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 606 Extensão Rural

Programa : 0021 Desenvolvendo a agricultura e pecuária sustentável

Objetivo : Aprimorar assistência técnica com difusão de tecnologia adequada, promovendo e articulando medidas facilitadoras para uma boa qualidade de vida da familia rural, melhorando suas atividades produtivas, buscando parcerias com o Governo Estadual e com o Governo Federal.

Gerente :

Público Alvo : Agricultores do Município

Justificativa : Investir na agricultura é essencial para reduzir a fome e promover uma produção agrícola sustentável. Os agricultores são os maiores investidores no desenvolvimento da agricultura de nosso Município. Nossa ecônomia gira em torno de agricultores e pecuáristas.O Governo Município também tem uma responsabilidade especial para ajudar os pequenos produtores agrícolas a superar os obstáculos que encontrarem na expansão dos seu capital produtivo e assegurar o investimento em longa escala em agricultura o que proporcionará um beneficio social e um desenvolvimento sustentável.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Produção Agropecuária	Valores Fi	501,50	502,20

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2061	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00

Descrição: Manutenção do Parque de Exposições Francisco Rutcoski

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1064	Outras Unidades e Medidas		1	20.010,00

Descrição: Revitalização e Ampliação do Parque de Exposições Francisco Rutcoski

Produto : Outros Produtos

Órgão : 07 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade : 002 Departamento de Obras e Infraestrutura Rural

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 606 Extensão Rural
Programa : 0022 Estrutura e mobilidade no campo

Objetivo : Manter e melhorar a qualidade das estradas vicinais facilitando o escoamento da safra, a locomoção dos moradores da zona rural e o transporte escolar.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.457 km² e aproximadamente 1.500Km de estradas rurais.A produção agrícola representa uma grande importância para o PIB municipal, bem como residem na zona rural do município mais de 3.000 famílias o que faz necessário uma política intensa na infraestrutura rural para garantir uma melhor qualidade.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2065	Outras Unidades e Medidas		1	713.200,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Obras e Infraestrutura Rural

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2067	Metros Quadrados		1.500	3.050.300,00

Descrição: Manutenção da malha viária e conservação rural

Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1133	Metros Quadrados		1	5.000.000,00

Descrição: Pavimentação Poliédrica - Operação de Crédito

Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Órgão : 07 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade : 002 Departamento de Obras e Infraestrutura Rural

Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa : 0022 Estrutura e mobilidade no campo

Objetivo : Manter e melhorar a qualidade das estradas vicinais facilitando o escoamento da safra, a locomoção dos moradores da zona rural e o transporte escolar.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O município de Palmeira possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.457 km² e aproximadamente 1.500Km de estradas rurais.A produção agrícola representa uma grande importância para o PIB municipal, bem como residem na zona rural do município mais de 3.000 famílias o que faz necessário uma política intensa na infraestrutura rural para garantir uma melhor qualidade.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2068	Outras Unidades e Medidas		1	950.000,00

Descrição: Manutenção da frota e logística rural

Produto : Outros Produtos
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0023 Educação de qualidade e inclusiva

Objetivo : Manter e ampliar a oferta educacional, bem como garantir a qualidade do ensino e humanização para atingir as metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação. Desenvolver atividades esportivas e de lazer no Município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da prática de atividades físicas, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Cabe ao Município a oferta da Educação Infantil e da Educação Fundamental Anos Iniciais, que compreendem do primeiro ao quinto ano. No Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, existe a parceria entre Município e Estado. A Educação deve desenvolver o indivíduo pessoal, acadêmica, cultural e socialmente, preparando-o para sua interação com a comunidade em que vive.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2070	Outras Unidades e Medidas		12	2.730.523,60

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Educação

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6138	Pessoas		0	979.163,56

Descrição: Subvenções Sociais - Educação Especial

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa : 0023 Educação de qualidade e inclusiva

Objetivo : Manter e ampliar a oferta educacional, bem como garantir a qualidade do ensino e humanização para atingir as metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação. Desenvolver atividades esportivas e de lazer no Município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da prática de atividades físicas, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Cabe ao Município a oferta da Educação Infantil e da Educação Fundamental Anos Iniciais, que compreendem do primeiro ao quinto ano. No Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, existe a parceria entre Município e Estado. A Educação deve desenvolver o indivíduo pessoal, acadêmica, cultural e socialmente, preparando-o para sua interação com a comunidade em que vive.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6069	Pessoas		470	45.927.622,79

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6072	Pessoas		12	1.249.700,70

Descrição: Distribuição de uniforme, kit escolar e material didático - Ensino Fundamental, Educação Infantil, E

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5075	Pessoas		12	660.000,00

Descrição: Ampliação da estrutura de ensino

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0024 Transporte escolar

Objetivo : Fornecer transporte escolar gratuito aos alunos da Rede Municipal, garantindo qualidade, conforto e principalmente o acesso à Escola.

Gerente :

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Alunos que residem em distância superior a dois quilômetros da Escola, é respaldado legalmente para usufruir do Transporte Escolar. Desta forma, a Secretaria disponibiliza transporte através de Roteiros Escolares, realizados pela própria e por empresa terceirizada, considerando a grande extensão territorial do município.

Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6076	Unidade		400	5.659.005,25

Descrição: Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação e pagamento dos serviços terceirizados do

Produto : Veículos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1134	Unidade		10	6.000.000,00

Descrição: Aquisição de Ônibus Escolares - Operação de Crédito

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Produto : Ônibus/Microônibus
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa : 0025 Alimentação escolar

Objetivo : A alimentação é uma necessidade básica ao desenvolvimento do ser humano. Nas fases da infância e da adolescência, alimentos de qualidade favorecem ao crescimento tanto do aspecto físico como do intelectual, do emocional e do social. Nesse sentido, a merenda escolar é fundamental, pois ela influencia no desempenho do aluno. O período em que o aluno permanece na Escola, deve ser de bem estar para facilitar o aprendizado. A merenda pode também, contribuir para formação de bons hábitos à mesa.

Gerente :

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : A alimentação é uma necessidade básica ao desenvolvimento do ser humano. Nas fases da infância e da adolescência, alimentos de qualidade favorecem ao crescimento tanto do aspecto físico como do intelectual, do emocional e do social. Nesse sentido, a merenda escolar é fundamental, pois ela influencia no desempenho do aluno. O período em que o aluno permanece na Escola, deve ser de bem estar para facilitar o aprendizado. A merenda pode também, contribuir para formação de bons hábitos à mesa.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6077	Pessoas		3.200	1.221.242,00

Descrição: Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA e Educação Especial

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 364 Ensino Superior
Programa : 0023 Educação de qualidade e inclusiva

Objetivo : Manter e ampliar a oferta educacional, bem como garantir a qualidade do ensino e humanização para atingir as metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação. Desenvolver atividades esportivas e de lazer no Município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da prática de atividades físicas, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Cabe ao Município a oferta da Educação Infantil e da Educação Fundamental Anos Iniciais, que compreendem do primeiro ao quinto ano. No Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, existe a parceria entre Município e Estado. A Educação deve desenvolver o indivíduo pessoal, acadêmica, cultural e socialmente, preparando-o para sua interação com a comunidade em que vive.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2074	Pessoas		12	28.000,00

Descrição: Manutenção do Ensino Superior - Universidade Aberta do Brasil

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0023 Educação de qualidade e inclusiva

Objetivo : Manter e ampliar a oferta educacional, bem como garantir a qualidade do ensino e humanização para atingir as metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação. Desenvolver atividades esportivas e de lazer no Município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da prática de atividades físicas, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Cabe ao Município a oferta da Educação Infantil e da Educação Fundamental Anos Iniciais, que compreendem do primeiro ao quinto ano. No Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, existe a parceria entre Município e Estado. A Educação deve desenvolver o indivíduo pessoal, acadêmica, cultural e socialmente, preparando-o para sua interação com a comunidade em que vive.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6073	Pessoas		12	124.400,00

Descrição: Manutenção das atividades dos CMEIS e Educação Infantil no Campo

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Unidade : 001 Departamento de Educação

Função: 12 Educação
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental
Programa : 0023 Educação de qualidade e inclusiva

Objetivo : Manter e ampliar a oferta educacional, bem como garantir a qualidade do ensino e humanização para atingir as metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação. Desenvolver atividades esportivas e de lazer no Município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da prática de atividades físicas, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : Alunos da Rede Pública de Ensino

Justificativa : Cabe ao Município a oferta da Educação Infantil e da Educação Fundamental Anos Iniciais, que compreendem do primeiro ao quinto ano. No Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, existe a parceria entre Município e Estado. A Educação deve desenvolver o indivíduo pessoal, acadêmica, cultural e socialmente, preparando-o para sua interação com a comunidade em que vive.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6139	Pessoas		0	40.000,00

Descrição: Educação Ambiental - SAPOLECO

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Unidade : 002 Departamento de Esporte e Lazer

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 811 Desporto de Rendimento

Programa : 0026 Qualidade de vida e recreação

Objetivo : Desenvolver atividades esportivas e de lazer no município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida da população, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O esporte está a cada dia mais evoluindo na sociedade. Esta prática influencia no desenvolvimento saudável de jovens e adolescentes, os distanciando da criminalidade e despertando o senso de disciplina e ética que o esporte exige.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2078	Outras Unidades e Medidas		12	1.032.760,82

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Esporte e Lazer

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 08 Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Unidade : 002 Departamento de Esporte e Lazer

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 Desporto Comunitário

Programa : 0026 Qualidade de vida e recreação

Objetivo : Desenvolver atividades esportivas e de lazer no município , incentivar a descoberta de novos talentos, priorizar a melhoria da qualidade de vida da população, manter o treinamento de equipes esportivas para participação em competições regionais, estaduais e interestaduais.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : O esporte está a cada dia mais evoluindo na sociedade. Esta prática influencia no desenvolvimento saudável de jovens e adolescentes, os distanciando da criminalidade e despertando o senso de disciplina e ética que o esporte exige.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
IDEB	Percentual	6,20	6,70

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5080	Outras Unidades e Medidas		12	400.000,00

Descrição: Ampliação e reforma da estrutura

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6081	Outras Unidades e Medidas		12	30.000,00

Descrição: Fortalecimento das práticas esportivas e de lazer

Produto : Outros Produtos

Órgão : 09 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade : 001 Departamento de Gestão em Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa : 0028 Gestão da Atenção Básica

Objetivo : Contribuir para a formulaçao e aplicação das politicas de atenção basica de saúde, primando pela organização dos serviços, estimulo a adoção das Estratégias de Saúde da Família, como estruturante para a organização do sistema Municipal.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Art. 196 – a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, Constituição Federal, art. 196)

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Taxa de atendimento a Poçulação pelo Programa de Saúde da Família - PSF	Pessoas	66,55	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6085	Pessoas		300	40.596.881,90

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5086	Pessoas		1	70.000,00

Descrição: Ampliação, reforma e manutenção das Unidades Básicas de Saúde

Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6087	Pessoas		1	1.165.000,00

Descrição: Manutenção das ações da Atenção Básica

Produto : Pacientes Atendidos

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6088	Pessoas		1	2.108.562,56

Descrição: Aquisição de medicamentos e insumos para atendimentos dos Serviços de Saúde

Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 09 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade : 001 Departamento de Gestão em Saúde

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa : 0029 Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Objetivo : Promover o acesso da população nos serviços de média e alta complexidade, necessários para o tratamento e recuperação dos pacientes atendidos pelo SUS.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Mesmo que o foco da administração municipal seja a Atenção Básica, não podemos deixar de fortalecer, qualificar ações e acesso aos serviços de média e alta complexidade, tendo em vista que isso integra a atendimento de saúde da população.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Razão de Procedimentos de media complexidade e população residente	Unidade	2,60	1,80

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6089	Pessoas		1	203.000,00

Descrição: Manutenção das ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6090	Pessoas		1	1.213.586,52

Descrição: Consórcio Intermunicipal de Saúde - Exames complementares de diagnóstico, terapia e consultas médica

Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 09 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade : 002 Departamento de Saúde

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa : 0027 Saúde de qualidade

Objetivo : Oferecer condições para a melhora da vida e do bem estar da nossa população, adequando o sistema básico de saúde de forma a promover a qualidade no atendimento e a solução das demandas referentes à saúde.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Art. 196 – a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, Constituição Federal, art. 196)

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Taxa de atendimento a Poçulação pelo Programa de Saúde da Família - PSF	Pessoas	66,55	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6082	Pessoas		1	1.144.979,94

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Saúde

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6084	Unidade		1	910.576,48

Descrição: Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Saúde

Produto : Veículos

Órgão : 09 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade : 002 Departamento de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa : 0031 Gestão da Saúde Bucal

Objetivo : Reorganização da pratica e qualificação dos serviços oferecidos, com uma série de ações em saúde bucal voltada para os cidadãos de todas as idades

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Ampliar o acesso gratuito a serviços de odontologia, prevenindo doenças e reduzindo o número de extrações dentarias.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Básicas de Saúde Bucal	Pessoas	85	94,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6092	Pessoas		1	175.000,00

Descrição: Manutenção das ações da Saúde Bucal

Produto : Pacientes Atendidos

Órgão : 09 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade : 002 Departamento de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica

Programa : 0030 Gestão da Vigilância em Saúde

Objetivo : Observar e analisar permanentemente a situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Garantir a integralidade da atenção aos problemas de saúde da população.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Realização de no minino 6 grupos de ações de Vigilancia em Saúde, consideradas necessárias para o Ministério da Saúde	Unidade	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6091	Pessoas		1	110.000,00

Descrição: Manutenção das ações da Vigilância em Saúde

Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade : 001 Gestão Administrativa

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0032 Gestão do SUAS

Objetivo : Efetivar a Política de Assistencia Social, consolidar e aprimorar o SUAS, priorizar a descentralização e transparência para fortalecimento da participação popular no controle, monitoramento e avaliação, capacitar o quadro da rede socioassistencial.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Possibilitar ações de monitoramento, avaliação e capacitação para aprimoramento da gestão de programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
População extrema pobreza	Percentual	19,30	19,30

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6093	Pessoas		7	304.143,61

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais - Conselho Tutelar

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6094	Outras Unidades e Medidas		1	120.500,00

Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar

Produto : Outros Produtos
Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0032 Gestão do SUAS

Objetivo : Efetivar a Política de Assistencia Social, consolidar e aprimorar o SUAS, priorizar a descentralização e transparência para fortalecimento da participação popular no controle, monitoramento e avaliação, capacitar o quadro da rede socioassistencial.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Possibilitar ações de monitoramento, avaliação e capacitação para aprimoramento da gestão de programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
População extrema pobreza	Percentual	19,30	19,30

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2096	Pessoas		43	3.060.136,04

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2097	Outras Unidades e Medidas		1	333.500,00

Descrição: Gestão da Política de Assistência Social

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2098	Outras Unidades e Medidas		1	20.000,00

Descrição: Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Produto : Outros Produtos

Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa : 0033 Gestão da Proteção Social

Objetivo : Proteger o conjunto da população através de um sistema contra riscos, perdas e danos pessoais e sociais que afetam as condições de vida dos cidadãos permitindo a segurança e a integração dos indivíduos na vida social.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Possibilitar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social conquistem sua autonomia, emancipação e desenvolvimento integral

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
População extrema pobreza	Percentual	19,30	19,30

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2099	Outras Unidades e Medidas		3	189.000,00

Descrição: Gestão da Proteção Social

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6100	Outras Unidades e Medidas		1	6.900,00

Descrição: Indice de Gestão do SUAS - IGD SUAS - FMAS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6101	Pessoas		1	58.111,12

Descrição: Indice de Gestão Descentralizado do PBF - IGD PBF - FMAS

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0034 Proteção Social Básica

Objetivo : Ofertar serviços, programas e projetos para atendimento às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão social, garantindo as mesmas a conquista dos seus direitos sociais e o acesso às políticas públicas.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Possibilitar que as famílias em situação de vulnerabilidade conquistem sua autonomia, emancipação e desenvolvimento integral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
População extrema pobreza	Percentual	19,30	19,30

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6102	Outras Unidades e Medidas		4.015	510.000,00

Descrição: Benefícios Eventuais - FMAS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6103	Outras Unidades e Medidas		640	212.160,99

Descrição: Financiamento da Proteção Social Básica - FMAS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6104	Outras Unidades e Medidas		390	770.000,00

Descrição: Apoio à Rede Não-Governamental de Proteção Social Básica - FMAS

Produto : Outros Produtos

Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0035 Proteção Social Especial

Objetivo : Ofertar serviços especializados para atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Implementar ações que garantam o atendimento a famílias e indivíduos que estão em situação de risco social devido a violação de seus direitos.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Famílias atendidas	Pessoas	218	218,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6105	Outras Unidades e Medidas		50	111.383,31

Descrição: Financiamento da Proteção Social Especial - FMAS

Produto : Outros Produtos

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6106	Outras Unidades e Medidas		173	1.050.500,00

Descrição: Apoio à Rede Não-Governamental de Proteção Social Especial - FMAS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6144	Outras Unidades e Medidas		1	210.000,00

Descrição: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Produto : Outros Produtos

Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade : 003 Fundo Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente

---

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente

Programa : 0036 Promoção dos direitos de crianças e adolescentes

Objetivo : Articular a implementação de políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, através do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e da construção de uma rede de proteção instersetorial constituída pelas políticas sociais afetas aos direitos da infância e adolescência.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Garantir a efetivação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, através de apoio complementar e transversal às políticas afetas aos direitos da criança e do adolescente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Crianças de 0 a 14 anos	Percentual	30,20	30,20

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6107	Pessoas		9.711	27.010,00

Descrição: Fortalecimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Produto : Crianças Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6108	Outras Unidades e Medidas		1	16.000,00

Descrição: Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
6109	Pessoas		9.711	265.785,88

Descrição: Apoio á Rede Não-Governamental de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes - FMDCA

Produto : Crianças Atendidas

Órgão : 10 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade : 004 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso

Programa : 0037 Promoção dos direitos da Pessoa Idosa

Objetivo : Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento de programas, projetos e ações relativas a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, ao seu desenvolvimento integral e participação social.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : Idoso

Justificativa : Garantir a efetivação da política de atendimento dos direitos do idoso no Município, em conformidade com o disposto no Estatuto do Idoso, através de apoio complementar e transversal às políticas afetas aos direitos da pessoa idosa.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Idosos	Percentual	10	10,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2110	Pessoas		150	38.500,00

Descrição: Fortalecimento dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDI

Produto : Idosos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2111	Outras Unidades e Medidas		1	16.000,00

Descrição: Manutenção do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDI

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2112	Pessoas		38	19.738,92

Descrição: Apoio à Rede Não-Governamental de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDI

Produto : Idosos Atendidos

Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação

Unidade : 001 Departamento de Turismo e Cultura

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa : 0038 Economia Criativa: Cultura, História e Turismo

Objetivo : Valorizar e promover a diversidade de expressões culturais, sobretudo por meio do fortalecimento do papel da cultura como vetor de governança global com foco nas relações da cultura e economia criativa, gerando riquezas a partir das potencialidades culturais e intelectuais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Palmeira, associado ao desenvolvimento do turismo como importante papel de expansão econômica, estrategicamente conexo ao planejamento patrimonial (material e imaterial)

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este programa será executado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico desenvolvendo e/ou incentivando modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda, baseadas no conhecimento e produção de bens tangíveis e intangíveis, intelectuais, turísticos, patrimoniais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Unidades de produção cultural	Unidade	3	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2113	Pessoas		10	1.726.675,85

Descrição: Pagamento de salários e encargos sociais

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2114	Outras Unidades e Medidas		1	245.500,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Turismo e Cultura

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5116	Outras Unidades e Medidas		1	188.500,00

Descrição: Ampliação da estrutura cultural, patrimonial e turistica municipal

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
5117	Pessoas		1	711.000,00

Descrição: Fortalecimento dos eventos culturais, ampliação da atividade turistica e educação patrimonial

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicacão

Unidade : 002 Fundo Municipal de Cultura

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa : 0038 Economia Criativa: Cultura, História e Turismo

Objetivo : Valorizar e promover a diversidade de expressões culturais, sobretudo por meio do fortalecimento do papel da cultura como vetor de governança global com foco nas relações da cultura e economia criativa, gerando riquezas a partir das potencialidades culturais e intelectuais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Palmeira, associado ao desenvolvimento do turismo como importante papel de expansão econômica, estrategicamente conexo ao planejamento patrimonial (material e imaterial)

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este programa será executado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico desenvolvendo e/ou incentivando modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda, baseadas no conhecimento e produção de bens tangíveis e intangíveis, intelectuais, turísticos, patrimoniais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2132	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2131	Outras Unidades e Medidas		1	40.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Cine Teatro Municipal

Produto : Outros Produtos

Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicacão

Unidade : 003 Fundo Municipal de Turismo

Função: 13 Cultura

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Sub-Função: 695 Turismo
Programa : 0038 Economia Criativa: Cultura, História e Turismo

Objetivo : Valorizar e promover a diversidade de expressões culturais, sobretudo por meio do fortalecimento do papel da cultura como vetor de governança global com foco nas relações da cultura e economia criativa, gerando riquezas a partir das potencialidades culturais e intelectuais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Palmeira, associado ao desenvolvimento do turismo como importante papel de expansão econômica, estrategicamente conexo ao planejamento patrimonial (material e imaterial)

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Este programa será executado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico desenvolvendo e/ou incentivando modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda, baseadas no conhecimento e produção de bens tangíveis e intangíveis, intelectuais, turísticos, patrimoniais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2128	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

Produto : Outros Produtos
Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicacão
Unidade : 004 Departamento de Comunicacão

Função: 24 Comunicações
Sub-Função: 131 Comunicação Social
Programa : 0039 Comunicação institucional, educativa e de utilidade pública

Objetivo : Efetiva comunicação em massa com finalidade de transmitir informação e/ou incidir sobre as atitudes (as criando, as modificando ou as reforçando) para impulsionar aos destinatários da mesma a um comportamento favorável aos interesses da admnistração pública, seja em âmbito institucional, educacional ou de utilidade.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Melhorar a imagem do assessorado diante do público, divulgando notícias de seu interesse, buscando diversificar os conteúdos das informações transmitidas aos variados veículos de comunicação, melhorar a linguagem utilizada e identificar problemas sobre a atuação das empresas/pessoas quais são atingidas pelos serviços. Além disso, planejar programas, organiza pesquisas, aproximação da administração com a população, interações sociais e urbanas internas e externas, além de proposições contínuas de mudanças que garantam mais eficácia ao desempenho dos atores envolvidos e melhor interação entre eles.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Mídia Expontânea TV (Clippings)	Unidade	48	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025

2118 Outras Unidades e Medidas 1 235.500,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Comunicação

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1120	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00

Descrição: Ampliação de mecanismos de transparência

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicacão

Unidade : 005 Departamento de Meio Ambiente

Função: 18 Gestão Ambiental

Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental

Programa : 0040 Meio ambiente limpo e sustentável

Objetivo : Desenvolver ações com a finalidade de proporcionar um muncípio social, econômico e ambientalmente sustentável, concentrando recursos destinados a programas e projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e a recuperação do meio ambiente, minimizando o impacto ambiental em todas as ações promovidas pela administração e pelos munícipes palmeirenses, no que concerne a proteção da dignidade da vida humana.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Tendo em vista que o meio ambiente é um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, sendo de responsabilidade do Poder Público e dos cidadãos o dever de preservá-lo, assegurando condições do desenvolvimento sócioeconômico, protegendo os recursos naturais, para garantir qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
1123	Outras Unidades e Medidas		1	995.000,00

Descrição: Proteção e conservação da flora

Produto : Outros Produtos

Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicacão

Unidade : 005 Departamento de Meio Ambiente

Função: 18 Gestão Ambiental

Sub-Função: 542 Controle Ambiental

Programa : 0040 Meio ambiente limpo e sustentável

Objetivo : Desenvolver ações com a finalidade de proporcionar um muncípio social, econômico e ambientalmente sustentável, concentrando recursos destinados a programas e projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e a recuperação do meio ambiente, minimizando o impacto ambiental em todas as ações promovidas pela administração e pelos munícipes palmeirenses, no que concerne a proteção da dignidade da vida humana.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Tendo em vista que o meio ambiente é um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, sendo de responsabilidade do Poder Público e dos cidadãos o dever de preservá-lo, assegurando condições do desenvolvimento sócioeconômico, protegendo os recursos naturais, para garantir qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2121	Outras Unidades e Medidas		1	477.000,00

Descrição: Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Unidade : 005 Departamento de Meio Ambiente

Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 542 Controle Ambiental
Programa : 0041 Cidade limpa, dever de todos

Objetivo : Garantir a limpeza urbana, focando na conservação e manutenção das características ambientais, na mobilização social visando a conscientização sobre a importância da separação e reciclagem do lixo, preservação e equilíbrio ambiental.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Diante da problemática ambiental vigente em toda a sociedade, surge a preocupação e principalmente a necessidade da implantação de políticas públicas que visem a proteção dos recursos naturais e destinação e tratamento corretos dos resíduos sólidos, a fim de proporcionar um ambiente de vida mais saudável a toda a população.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Vida útil da célula	Mês	10	14,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2124	Outras Unidades e Medidas		1	3.384.822,23

Descrição: Gerenciamento de resíduos sólidos

Produto : Outros Produtos
Órgão : 11 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Unidade : 005 Departamento de Meio Ambiente

Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 544 Recursos Hídricos
Programa : 0042 Gerenciamento de Recursos Hídricos

Objetivo : Garantir a disponibilidade e qualidade da água para seus mais diversos usos, incluindo o abastecimento público e a preservação do meio ambiente, ampliar as áreas de preservação permanente (mata ciliar), visto que a água é um elemento primordial para a subsistência na Terra, que utilizamos em benefício de todos para diversos fins.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A gestão dos recursos hídricos visa por em prática técnicas que permitam obter, da utilização desse recurso, um benefício máximo para a coletividade, assegurando paralelamente a manutenção da água, por tempo indefinido, em condições de uma utilização benéfica. A preservação dos recursos hídricos deve ser trabalhada levando em consideração dois aspectos fundamentais: a integridade do corpo d'água e a qualidade da água, cumulando com a conservação da mata ciliar, qual protege os recursos hídricos de ações erosivas e de problemas advindos do assoreamento e outros.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2125	Outras Unidades e Medidas		1	18.500,00

Descrição: Manutenção das atividades correlatas aos recursos hídricos

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 18 INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE PALMEIRA
Unidade : 001 FUNDO DE ASSISTENCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0010 PROGRAMA DE ASSISTENCIA COMUNITARIA

Objetivo : Oferecer açoes de saúde necessárias a recuperação e manutenção da saúde dos servidores publicos municipais
Gerente : GILCEU AMANCIO DOS SANTOS CPF:541.251.549-53

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Oferecer açoes de saúde necessárias a recuperação e manutenção da saúde dos servidores publicos municipais

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2001	Outras Unidades e Medidas		3	80.000,00

Descrição: Pagamento de Verba de Representação

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2003	Outras Unidades e Medidas		1	335.000,00

Descrição: Manutenção das Atividades do IMASP

Produto : Outros Produtos
Órgão : 18 INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE PALMEIRA
Unidade : 001 FUNDO DE ASSISTENCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0010 PROGRAMA DE ASSISTENCIA COMUNITARIA

Objetivo : Oferecer açoes de saúde necessárias a recuperação e manutenção da saúde dos servidores publicos municipais

Gerente : GILCEU AMANCIO DOS SANTOS CPF:541.251.549-53

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Oferecer açoes de saúde necessárias a recuperação e manutenção da saúde dos servidores publicos municipais

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2002	Pessoas		2.150	5.448.910,62

Descrição: Contratação de Unidades Hospitalares ou suas mantenedoras, clínicas, laboratórios, assistência ambulatorial, consultas médicas, exames complementares, assistencia hospitalar, incluindo internações clínicas e cirúrgicas, oferecer ações de saúde necessárias a recuperação e manutenção da saúde dos servidores públicos municipais efetivos, aposentados e pensionistas e seus dependentes.

Produto : Pacientes Atendidos

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 09 Previdência Social

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0013 ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA

Objetivo : Prestar apoio técnico e administrativo em todas as ações desempenhadas pelo Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Se faz necessário para que o Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira mantenha suas funções de trabalho adequadamente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2001		A	1	862.463,11

Descrição: Manutenção dos serviços administrativos

Produto :

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 09 Previdência Social

Sub-Função: 123 Administração Financeira

Programa : 0013 ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA

Objetivo : Prestar apoio técnico e administrativo em todas as ações desempenhadas pelo Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira.

Gerente :

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Se faz necessário para que o Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira mantenha suas funções de trabalho adequadamente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2002		A	19	735.000,00

Descrição: Pagamentos de Salários e Encargos Sociais

Produto : Outros Produtos

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 09 Previdência Social

Sub-Função: 126 Tecnologia da Informação

Programa : 0013 ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA

Objetivo : Prestar apoio técnico e administrativo em todas as ações desempenhadas pelo Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Se faz necessário para que o Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira mantenha suas funções de trabalho adequadamente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2003		A	1	73.200,00

Descrição: Aluguel de Software

Produto :

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 09 Previdência Social

Sub-Função: 128 Formação de Recursos Humanos

Programa : 0013 ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA

Objetivo : Prestar apoio técnico e administrativo em todas as ações desempenhadas pelo Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Se faz necessário para que o Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira mantenha suas funções de trabalho adequadamente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2004		A	1	20.000,00

Descrição: Aprimoramento Técnico

Produto :

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 09 Previdência Social

Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário

Programa : 0014 PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Objetivo : A previdência no serviço público trata das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : A previdência no serviço público trata das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
2005		A	1	36.078.832,60

Descrição: Pagamentos de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais

Produto :

Órgão : 19 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Unidade : 001 Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

---

Função: 99 Reserva de Contingência

Sub-Função: 997 Reserva de contigência para o RPPS

Programa : 9999 Reserva do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor

Objetivo : Prover a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : A previdência no serviço público trata das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
9999			1	6.985.348,40

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Descrição: Reserva do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor

Produto :
Órgão : 99 Reserva de Contingência
Unidade : 999 Reserva de Contingência

Função: 99 Reserva de Contingência
Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral
Programa : 0099 Reserva de Contingência

Objetivo : Garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro em situações imprevistas.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Constituir Reserva para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar as contas públicas, oferece maior segurança e também possibilita garantias no controle orçamentário.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2025
Renda per capita	Valores Fi	30.687,12	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2025
9999	Outras Unidades e Medidas		1	450.909,75

Descrição: Reserva de Contingência

Produto : Outros Produtos

Total Geral : 282.974.937,87

Comentários

-

Município de
PALMEIRA

Anexo III

Estrutura Orçamentária

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

Exercício: 2025 Versão:

Parâmetros da Despesa

Código	Descrição	Nível
01.	Câmara Municipal	Sintético
02.	Gabinete do Prefeito	Sintético
03.	Controladoria Geral do Município	Sintético
04.	Procuradoria Geral do Município	Sintético
05.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Sintético
06.	Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças	Sintético
07.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Sintético
08.	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Sintético
09.	Secretaria Municipal de Saúde	Sintético
10.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Sintético
11.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação	Sintético
18.	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE PALMEIRA	Sintético
19.	Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira	Sintético
99.	Reserva de Contingência	Sintético

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

Exercício: 2025 Versão:

Parâmetros da Despesa

Código	Descrição	Nível
01.001.	Câmara Municipal	Sintético
02.001.	Gabinete do Prefeito	Sintético
02.002.	Fundo Municipal de Defesa Civil	Sintético
03.001.	Departamento de Controle e Auditoria	Sintético
04.001.	Departamento Geral da Procuradoria Geral do Município	Sintético
04.002.	Departamento de Assuntos Jurídicos	Sintético
05.001.	Departamento de Desenvolvimento Urbano e Projetos	Sintético
05.002.	Departamento de Obras Urbanas	Sintético
05.003.	Departamento de Segurança e Trânsito	Sintético
05.004.	Departamento de Rendas, Indústria, Comércio e Emprego	Sintético
06.001.	Departamento de Administração	Sintético
06.002.	Departamento de Recursos Humanos	Sintético
06.003.	Departamento de Compras e Licitações	Sintético
06.004.	Departamento de Almoxarifado	Sintético
06.005.	Departamento de Patrimônio	Sintético
06.006.	Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento	Sintético
06.007.	Departamento de Arrecadação Imobiliária	Sintético
06.008.	Departamento de Arrecadação Mobiliária	Sintético
06.009.	Departamento de Dívida Ativa	Sintético
06.010.	Sala do Empreendedor	Sintético
06.011.	Departamento de Frotas e Monitoramento	Sintético
07.001.	Departamento de Agricultura e Pecuária	Sintético
07.002.	Departamento de Obras e Infraestrutura Rural	Sintético
08.001.	Departamento de Educação	Sintético
08.002.	Departamento de Esporte e Lazer	Sintético
09.001.	Departamento de Gestão em Saúde	Sintético
09.002.	Departamento de Saúde	Sintético
10.001.	Gestão Administrativa	Sintético
10.002.	Fundo Municipal de Assistência Social	Sintético
10.003.	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Sintético
10.004.	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Sintético
11.001.	Departamento de Turismo e Cultura	Sintético
11.002.	Fundo Municipal de Cultura	Sintético
11.003.	Fundo Municipal de Turismo	Sintético
11.004.	Departamento de Comunicação	Sintético
11.005.	Departamento de Meio Ambiente	Sintético
18.001.	FUNDO DE ASSISTENCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA	Sintético
19.001.	Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira	Sintético
99.999.	Reserva de Contingência	Sintético

Município de
PALMEIRA

Anexo IV

Metas Fiscais

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
V - Montante da Dívida Pública
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2025

Consolidado R$

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I	48.426.524,83	43.034.417,20	40.992.087,01	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	48.426.524,83	43.034.417,20	40.992.087,01	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85
DEDUÇÕES (II)	38.615.322,55	44.330.449,86	38.544.230,33	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15
Ativo Disponível	35.832.540,65	42.321.949,05	35.673.368,16	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32
Haveres Financeiros	4.806.133,13	4.808.127,85	4.332.493,66	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32
(-) Restos a Pagar Processados	2.023.351,23	2.799.627,04	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49
DCL (III) = (I - II)	9.811.202,28	-1.296.032,66	2.447.856,68	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30

Palmeira 08 de abril de 2024

Comentários

-

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF

2025
Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I)	191.241.084,05	215.063.337,70	231.187.647,72	242.170.795,35	255.490.189,10	269.542.149,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.699.050,64	30.754.543,58	37.027.449,01	39.048.928,88	41.196.619,97	43.462.434,07
Receita de Contribuições	15.503.215,22	16.332.563,04	16.389.385,75	16.977.004,93	17.910.740,21	18.895.830,92
Receita Patrimonial	11.084.108,15	11.092.312,09	7.949.360,02	9.412.120,67	9.929.787,30	10.475.925,60
Aplicações Financeiras (II)	11.067.729,63	10.668.156,67	7.949.360,02	9.391.720,67	9.908.265,30	10.453.219,89
Outras Receitas Patrimoniais	16.378,52	424.155,42	0,00	20.400,00	21.522,00	22.705,71
Receita de Serviços	57.140,55	299.011,50	100.880,01	106.438,50	112.292,61	118.468,70
Transferências Correntes	137.750.798,51	154.144.774,85	167.423.805,14	174.276.681,02	183.861.898,48	193.974.302,90
Demais Receitas Correntes	2.146.770,98	2.440.132,64	2.296.767,79	2.349.621,35	2.478.850,53	2.615.187,32
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	2.146.770,98	2.440.132,64	2.296.767,79	2.349.621,35	2.478.850,53	2.615.187,32
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	180.173.354,42	204.395.181,03	223.238.287,70	232.779.074,68	245.581.923,80	259.088.929,62
RECEITAS DE CAPITAL (V)	5.305.670,89	9.565.090,47	38.129.046,20	38.144.393,65	40.242.335,30	42.455.663,74
Operações de Crédito (VI)	217.416,92	3.422.776,04	32.850.000,00	32.850.000,00	34.656.750,00	36.562.871,25
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	105.500,00	111.302,50
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	802.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.088.253,97	5.339.624,43	5.179.046,20	5.194.393,65	5.480.085,30	5.781.489,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	5.088.253,97	5.339.624,43	5.179.046,20	5.194.393,65	5.480.085,30	5.781.489,99
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-20.111.549,65	-22.264.773,45	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	-128.355,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-118.740,75	-975.020,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-19.137.265,82	-20.878.939,75	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Outras Deduções	-855.543,08	-282.457,08	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**165.150.058,74**	**187.470.032,01**	**205.348.183,81**	**213.633.208,07**	**225.383.034,53**	**237.779.101,44**
RECEITA TOTAL (I + V)	**176.435.205,29**	**202.363.654,72**	**246.247.543,83**	**255.974.928,74**	**270.053.549,83**	**284.906.495,08**
DESPESAS CORRENTES (XII)	171.214.084,25	195.135.092,44	215.593.975,39	228.440.842,16	241.005.088,49	254.260.368,37
Pessoal e Encargos Sociais	97.456.305,73	110.535.936,83	128.843.231,56	132.867.016,52	140.174.702,43	147.884.311,06
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	4.440.849,57	4.632.256,84	4.920.000,00	4.420.000,00	4.663.100,00	4.919.570,50
Outras Despesas Correntes	69.316.928,95	79.966.898,77	81.830.743,83	91.153.825,64	96.167.286,07	101.456.486,81
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	166.773.234,68	190.502.835,60	210.673.975,39	224.020.842,16	236.341.988,49	249.340.797,87
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	19.270.287,38	22.271.206,36	47.441.469,95	47.087.837,56	49.677.668,63	52.409.940,40
Investimentos	13.978.301,43	16.715.698,05	41.741.469,95	42.287.837,56	44.613.668,63	47.067.420,40
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	5.291.985,95	5.555.508,31	5.700.000,00	4.800.000,00	5.064.000,00	5.342.520,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	13.978.301,43	16.715.698,05	41.741.469,95	42.287.837,56	44.613.668,63	47.067.420,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	7.395.266,35	7.436.258,15	7.845.252,35	8.276.741,23
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**180.751.536,11**	**207.218.533,65**	**259.810.711,69**	**273.744.937,87**	**288.800.909,47**	**304.684.959,49**
DESPESA TOTAL	**190.484.371,63**	**217.406.298,80**	**270.430.711,69**	**282.964.937,87**	**298.528.009,47**	**314.947.049,99**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**-15.601.477,37**	**-19.748.501,64**	**-54.462.527,88**	**-60.111.729,80**	**-63.417.874,94**	**-66.905.858,05**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**-8.974.597,31**	**-13.712.601,81**	**-51.433.167,86**	**-55.140.009,13**	**-58.172.709,64**	**-61.372.208,66**

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF

2025

R$

Consolidado

Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	43.034.417,20	40.992.087,01	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85
DEDUÇÕES (II)	44.330.449,86	38.544.230,33	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15
Ativo Disponível	42.321.949,05	35.673.368,16	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32
Haveres Financeiros	4.808.127,85	4.332.493,66	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32
(-) Restos a Pagar Processados	2.799.627,04	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-1.296.032,66	2.447.856,68	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30
RESULTADO NOMINAL	-11.107.234,94	3.743.889,34	-12.947.453,98	0,00	0,00	0,00

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2021 (R$ 9,811,202.28)

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 16m.

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	205.975.148,90	0,033	129,40	224.124.116,61	0,036	140,80	18.148.967,71	8,81
Receitas Primárias (I)	177.327.402,67	0,028	111,40	187.470.032,01	0,030	117,77	10.142.629,34	5,72
Despesa Total	205.975.148,90	0,033	129,40	217.406.298,80	0,035	136,58	11.431.149,90	5,55
Despesas Primárias (II)	195.616.326,35	0,031	122,89	207.218.533,65	0,033	130,18	11.602.207,30	5,93
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-18.288.923,68	-0,003	-11,49	-19.748.501,64	-0,003	-12,41	-1.459.577,96	7,98
Resultado Nominal	3.743.889,34	0,001	2,35	3.743.889,34	0,001	2,35	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	40.992.087,01	0,007	25,75	40.992.087,01	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	2.447.856,68	0,000	1,54	464.280,31	0,000	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	3.743.889,34	0,001	2,35	3.743.889,34	0,001	2,35	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 49m.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB Nominal	**626.200.000.000,00**	**665.652.000.000,00**
Receita Corrente Líquida - RCL	**182.249.863,25**	**174.967.137,92**

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	192.173.140,92	224.124.116,61	-14,256	270.430.711,69	-17,123	282.964.937,87	-4,430	298.528.009,47	-5,213	314.947.050,00	-5,213
Receitas Primárias (I)	165.150.058,74	188.272.722,01	-12,281	205.448.183,81	-8,360	213.733.208,07	-3,876	225.488.534,53	-5,213	237.890.403,94	-5,213
Despesa Total	190.484.371,63	217.406.298,80	-12,383	270.430.711,69	-19,607	282.964.937,87	-4,430	298.528.009,47	-5,213	314.947.049,99	-5,213
Despesas Primarias (II)	180.751.536,11	207.218.533,65	-12,773	259.810.711,69	-20,242	273.744.937,87	-5,090	288.800.909,47	-5,213	304.684.959,49	-5,213
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha III = (I) - (II)	-15.601.477,37	-18.945.811,64	-17,652	-54.362.527,88	-65,149	-60.011.729,80	-9,413	-63.312.374,94	-5,213	-66.794.555,55	-5,213
Dívida Pública Consolidada (DC)	43.034.417,20	40.992.087,01	4,982	39.370.844,85	4,118	39.370.844,85	0,000	39.370.844,85	0,000	39.370.844,85	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-1.296.032,66	2.447.856,68	-152,946	-10.499.597,30	-123,314	-10.499.597,30	0,000	-10.499.597,30	0,000	-10.499.597,30	0,000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-11.107.234,94	3.743.889,34	-396,68	-12.947.453,98	-128,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	208.584.727,15	232.528.770,98	-10,297	270.430.711,69	-14,015	273.369.662,72	-1,075	278.659.581,32	-1,898	284.043.154,76	-1,895
Receitas Primárias (I)	179.253.873,76	195.332.949,09	-8,232	205.448.183,81	-4,923	206.485.564,74	-0,502	210.481.223,31	-1,898	214.547.622,60	-1,895
Despesa Total	206.751.736,96	225.559.035,01	-8,338	270.430.711,69	-16,59	273.369.662,72	-1,075	278.659.581,31	-1,898	284.043.154,76	-1,895
Despesas Primarias (II)	196.187.717,29	214.989.228,66	-8,745	259.810.711,69	-17,252	264.462.310,77	-1,759	269.579.865,08	-1,898	274.788.022,64	-1,895
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha III = (I) - (II)	-16.933.843,53	-19.656.279,57	-13,850	-54.362.527,88	-63,842	-57.976.746,03	-6,234	-59.098.641,77	-1,898	-60.240.400,04	-1,895
Dívida Pública Consolidada (DC)	46.709.556,43	42.529.290,27	9,829	39.370.844,85	8,022	38.035.788,67	3,510	36.750.531,92	3,497	35.507.616,21	3,500
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-1.406.713,85	2.539.651,31	-155,390	-10.499.597,30	-124,188	-10.143.558,40	3,510	-9.800.800,24	3,497	-9.469.333,78	3,500
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-12.055.792,80	3.884.285,19	-410,37	-12.947.453,98	-130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 53m.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	164.239.925,12	100,00	153.786.010,17	100,00	119.567.685,07	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**164.239.925,12**	**100,00**	**153.786.010,17**	**100,00**	**119.567.685,07**	**100,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
PATRIMÔNIO	-63.401.204,21	0,00	4.782.121,73	100,00	-2.789.837,74	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**-63.401.204.21**	**0.00**	**4.782.121.73**	**100.00**	**-2.789.837.74**	**0,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 54m.

Notas:

1 - O Patrimônio Líquido referente ao Município de Palmeira - Poder Executivo é de R$ 104.735.772,33 para 2021; R$ 138.473.720,74 para 2022 e R$ 146.827.620,76 para 2023.

2 - O Patrimônio Líquido referente à Câmara Municipal foi de R$ 721.466,58 para 2021; R$ 415.995,55 para 2022 e R$ 395.325,69 para 2023.

3 - O Patrimônio Líquido referente ao IMASP foi de R$ 13.987.596,48 para 2021; R$ 14.896.293,88 para 2022 e R$ 17.016.978,67 para 2023.

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I	835.755,95	10,85	2,62
Alienação de Bens Móveis	802.690,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	33.065,95	10,85	2,62
Total	**835.755,95**	**10,85**	**2,62**

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**

SALDO FINANCEIRO	2023 (g) = ((Ia-IId)+ IIIh)	2022 (h) = ((Ib-IIe)+ IIIi)	2021 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	835.769,42	13,47	2,62

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 55m.

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IPTU	Outros Benefícios	Clubes Esportivos; Entidades Sócio-Recreativas – Lei 2874/2009.	3.868,06	4.100,14	4.305,15	Atualização da Planta Genérica de Valores - PGV.
IPTU	Outros Benefícios	Desconto à vista.	104.207,96	109.418,35	114.889,75	Atualização da Planta Genérica de Valores.
IPTU	Outros Benefícios	Programa Menos IPTU.	81.022,54	89.124,79	98.037,70	Atualização do Cadastro Imobiliário através do Georreferenciamento arbitrando os aumentos de área realizados informalmente.
IPTU	Outros Benefícios	Empresas instaladas sob contratos de Concessão de Imóveis Distrito, Parque Industrial contempladas na Lei 3682/2014 que comprovem regularidade em protocolo anual.	18.197,49	20.017,23	21.018,09	Regularização de áreas construídas capturadas pelo Georreferenciamento, gerando recolhimento de taxas, multas e ISS.
IPTU	Outros Benefícios	Contribuintes aposentados/pensionistas até 1,5 salários mínimos que invocarem a Lei 3787/2014 – casas menores que 100m²/terrenos menores que 500m².	15.125,00	16.637,50	17.303,00	Atualização da Planta Genérica de Valores – PGV; Arbitramento de aumentos de áreas construídas irregulares.
ITBI	Outros Benefícios	Loteamentos contemplados pela Lei 3960/2015 – Função social / lotes vendidos até valor máximo 5,2 VRM/M².	66.550,00	73.205,00	80.525,50	Ação de fiscalização ISS Construção civil.
TOTAL			**288.971,05**	**312.503,01**	**336.079,19**	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 56m.

Notas:

1 - Fonte: Departamento de Arrecadação Imobiliária e Departamento de Arrecadação Mobiliária - Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2025
Consolidado

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V) R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	9.132.120,73
(-) Transferencias Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEF	1.793.500,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	7.338.620,73
Reducao Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	7.338.620,73
Saldo Utilizado (IV)	5.275.000,00
Novas DOCC	5.275.000,00
Novas DOCC PPP	0,00
Margem Liquida de Expansao de DOCC (V)=(III-IV)	2.063.620,73

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 14h e 57m.

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2025
Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receitas Correntes	191.241.084,05	215.063.337,70	231.187.647,72	242.170.795,35	255.490.189,10	269.542.149,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.699.050,64	30.754.543,58	37.027.449,01	39.048.928,88	41.196.619,97	43.462.434,07
Contribuições	15.503.215,22	16.332.563,04	16.389.385,75	16.977.004,93	17.910.740,21	18.895.830,92
Receita Patrimonial	11.084.108,15	11.092.312,09	7.949.360,02	9.412.120,67	9.929.787,30	10.475.925,60
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	57.140,55	299.011,50	100.880,01	106.438,50	112.292,61	118.468,70
Transferências Correntes	137.750.798,51	154.144.774,85	167.423.805,14	174.276.681,02	183.861.898,48	193.974.302,90
Demais Receitas Correntes	2.146.770,98	2.440.132,64	2.296.767,79	2.349.621,35	2.478.850,53	2.615.187,32
Receitas de Capital	5.305.670,89	9.565.090,47	38.129.046,20	38.144.393,65	40.242.335,30	42.455.663,74
Operações de Crédito	217.416,92	3.422.776,04	32.850.000,00	32.850.000,00	34.656.750,00	36.562.871,25
Alienação de Bens	0,00	802.690,00	100.000,00	100.000,00	105.500,00	111.302,50
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.088.253,97	5.339.624,43	5.179.046,20	5.194.393,65	5.480.085,30	5.781.489,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	15.737.935,63	21.760.461,89	24.183.167,86	26.990.009,13	28.474.459,64	30.040.554,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	7.096.076,68	8.086.491,39	7.959.116,82	8.319.018,42	8.776.564,44	9.259.275,48
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	1.372.960,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.641.858,95	12.301.010,48	16.224.051,04	18.670.990,71	19.697.895,20	20.781.279,44
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-20.111.549,65	-22.264.773,45	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	-128.355,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-118.740,75	-975.020,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-19.137.265,82	-20.878.939,75	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Outras Deduções	-855.543,08	-282.457,08	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**192.173.140,92**	**224.124.116,61**	**270.430.711,69**	**282.964.937,87**	**298.528.009,47**	**314.947.050,00**

Comentários

-

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	191.241.084,05	
2023	215.063.337,70	112,46
2024	231.187.647,72	107,50
2025	242.170.795,35	104,75
2026	255.490.189,10	105,50
2027	269.542.149,51	105,50

Nota:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	24.699.050,64	
2023	30.754.543,58	124,52
2024	37.027.449,01	120,40
2025	39.048.928,88	105,46
2026	41.196.619,97	105,50
2027	43.462.434,07	105,50

Nota:

Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	15.503.215,22	
2023	16.332.563,04	105,35
2024	16.389.385,75	100,35
2025	16.977.004,93	103,59
2026	17.910.740,21	105,50
2027	18.895.830,92	105,50

Nota:

Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	11.084.108,15	
2023	11.092.312,09	100,07
2024	7.949.360,02	71,67
2025	9.412.120,67	118,40
2026	9.929.787,30	105,50
2027	10.475.925,60	105,50

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Aplicações Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	11.067.729,63	
2023	10.668.156,67	96,39
2024	7.949.360,02	74,51
2025	9.391.720,67	118,14
2026	9.908.265,30	105,50
2027	10.453.219,89	105,50

Nota:

Outras Receitas Patrimoniais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	16.378,52	
2023	424.155,42	2.589,71
2024	0,00	0,00
2025	20.400,00	0,00
2026	21.522,00	105,50
2027	22.705,71	105,50

Nota:

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	57.140,55	
2023	299.011,50	523,29
2024	100.880,01	33,74
2025	106.438,50	105,51
2026	112.292,61	105,50
2027	118.468,70	105,50

Nota:

Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	137.750.798,51	
2023	154.144.774,85	111,90
2024	167.423.805,14	108,61
2025	174.276.681,02	104,09
2026	183.861.898,48	105,50
2027	193.974.302,90	105,50

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	2.146.770,98	
2023	2.440.132,64	113,67
2024	2.296.767,79	94,12
2025	2.349.621,35	102,30
2026	2.478.850,53	105,50
2027	2.615.187,32	105,50

Nota:

Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	2.146.770,98	
2023	2.440.132,64	113,67
2024	2.296.767,79	94,12
2025	2.349.621,35	102,30
2026	2.478.850,53	105,50
2027	2.615.187,32	105,50

Nota:

Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	5.305.670,89	
2023	9.565.090,47	180,28
2024	38.129.046,20	398,63
2025	38.144.393,65	100,04
2026	40.242.335,30	105,50
2027	42.455.663,74	105,50

Operações de Crédito		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	217.416,92	
2023	3.422.776,04	1.574,29
2024	32.850.000,00	959,75
2025	32.850.000,00	100,00
2026	34.656.750,00	105,50
2027	36.562.871,25	105,50

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	0,00	
2023	802.690,00	0,00
2024	100.000,00	12,46
2025	100.000,00	100,00
2026	105.500,00	105,50
2027	111.302,50	105,50

Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	5.088.253,97	
2023	5.339.624,43	104,94
2024	5.179.046,20	96,99
2025	5.194.393,65	100,30
2026	5.480.085,30	105,50
2027	5.781.489,99	105,50

Receitas Correntes - IntraOrçamentária		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	15.737.935,63	
2023	21.760.461,89	138,27
2024	24.183.167,86	111,13
2025	26.990.009,13	111,61
2026	28.474.459,64	105,50
2027	30.040.554,92	105,50

Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	7.096.076,68	
2023	8.086.491,39	113,96
2024	7.959.116,82	98,42
2025	8.319.018,42	104,52
2026	8.776.564,44	105,50
2027	9.259.275,48	105,50

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	0,00	
2023	1.372.960,02	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	8.641.858,95	
2023	12.301.010,48	142,34
2024	16.224.051,04	131,89
2025	18.670.990,71	115,08
2026	19.697.895,20	105,50
2027	20.781.279,44	105,50

Deduções da Receita		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	-20.111.549,65	
2023	-22.264.773,45	0,00
2024	-23.069.150,09	0,00
2025	-24.340.260,26	0,00
2026	-25.678.974,57	0,00
2027	-27.091.318,17	0,00

Restituições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	0,00	
2023	-128.355,81	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00

Nota:

Descontos Concedidos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	-118.740,75	
2023	-975.020,81	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00

Dedução da Receita para a formação do FUNDEB		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	-19.137.265,82	
2023	-20.878.939,75	0,00
2024	-23.069.150,09	0,00
2025	-24.340.260,26	0,00
2026	-25.678.974,57	0,00
2027	-27.091.318,17	0,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2025
Consolidado

Outras Deduções		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	-855.543,08	
2023	-282.457,08	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00

Nota:

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2025

Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES (I)	171.214.084,25	195.135.092,44	215.593.975,39	228.440.842,16	241.005.088,49	254.260.368,37
Pessoal e Encargos Sociais	97.456.305,73	110.535.936,83	128.843.231,56	132.867.016,52	140.174.702,43	147.884.311,06
Juros e Encargos da Dívida	4.440.849,57	4.632.256,84	4.920.000,00	4.420.000,00	4.663.100,00	4.919.570,50
Outras Despesas Correntes	69.316.928,95	79.966.898,77	81.830.743,83	91.153.825,64	96.167.286,07	101.456.486,81
DESPESAS DE CAPITAL (II	19.270.287,38	22.271.206,36	47.441.469,95	47.087.837,56	49.677.668,63	52.409.940,40
Investimentos	13.978.301,43	16.715.698,05	41.741.469,95	42.287.837,56	44.613.668,63	47.067.420,40
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	5.291.985,95	5.555.508,31	5.700.000,00	4.800.000,00	5.064.000,00	5.342.520,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III	0,00	0,00	7.395.266,35	7.436.258,15	7.845.252,35	8.276.741,23
TOTAL(IV=(I+II+III)	**190.484.371,63**	**217.406.298,80**	**270.430.711,69**	**282.964.937,87**	**298.528.009,47**	**314.947.049,99**

Palmeira 08 de abril de 2024

Comentários

-

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II a - DESPESA
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
Consolidado

DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	171.214.084,25	
2023	195.135.092,44	113,97
2024	215.593.975,39	110,48
2025	228.440.842,16	105,96
2026	241.005.088,49	105,50
2027	254.260.368,37	105,50

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	97.456.305,73	
2023	110.535.936,83	113,42
2024	128.843.231,56	116,56
2025	132.867.016,52	103,12
2026	140.174.702,43	105,50
2027	147.884.311,06	105,50

Nota:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	4.440.849,57	
2023	4.632.256,84	104,31
2024	4.920.000,00	106,21
2025	4.420.000,00	89,84
2026	4.663.100,00	105,50
2027	4.919.570,50	105,50

Nota:

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	69.316.928,95	
2023	79.966.898,77	115,36
2024	81.830.743,83	102,33
2025	91.153.825,64	111,39
2026	96.167.286,07	105,50
2027	101.456.486,81	105,50

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II a - DESPESA
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
Consolidado

DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	19.270.287,38	
2023	22.271.206,36	115,57
2024	47.441.469,95	213,02
2025	47.087.837,56	99,25
2026	49.677.668,63	105,50
2027	52.409.940,40	105,50

Nota:

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	13.978.301,43	
2023	16.715.698,05	119,58
2024	41.741.469,95	249,71
2025	42.287.837,56	101,31
2026	44.613.668,63	105,50
2027	47.067.420,40	105,50

Nota:

Inverções Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	0,00	
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00

Nota:

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	5.291.985,95	
2023	5.555.508,31	104,98
2024	5.700.000,00	102,60
2025	4.800.000,00	84,21
2026	5.064.000,00	105,50
2027	5.342.520,00	105,50

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II a - DESPESA
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
Consolidado

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2022	0,00	
2023	0,00	0,00
2024	7.395.266,35	0,00
2025	7.436.258,15	100,55
2026	7.845.252,35	105,50
2027	8.276.741,23	105,50

Nota:

Palmeira 08 de abril de 2024

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF

2025

R$

Consolidado

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I)	191.241.084,05	215.063.337,70	231.187.647,72	242.170.795,35	255.490.189,10	269.542.149,51
Receita Tributária	24.699.050,64	30.754.543,58	37.027.449,01	39.048.928,88	41.196.619,97	43.462.434,07
Receita de Contribuições	15.503.215,22	16.332.563,04	16.389.385,75	16.977.004,93	17.910.740,21	18.895.830,92
Receita Patrimonial	11.084.108,15	11.092.312,09	7.949.360,02	9.412.120,67	9.929.787,30	10.475.925,60
Aplicações Financeiras (II)	11.067.729,63	10.668.156,67	7.949.360,02	9.391.720,67	9.908.265,30	10.453.219,89
Outras Receitas Patrimoniais	16.378,52	424.155,42	0,00	20.400,00	21.522,00	22.705,71
Receita de Serviços	57.140,55	299.011,50	100.880,01	106.438,50	112.292,61	118.468,70
Transferências Correntes	137.750.798,51	154.144.774,85	167.423.805,14	174.276.681,02	183.861.898,48	193.974.302,90
Demais Receitas Correntes	2.146.770,98	2.440.132,64	2.296.767,79	2.349.621,35	2.478.850,53	2.615.187,32
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	2.146.770,98	2.440.132,64	2.296.767,79	2.349.621,35	2.478.850,53	2.615.187,32
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	180.173.354,42	204.395.181,03	223.238.287,70	232.779.074,68	245.581.923,80	259.088.929,62
RECEITAS DE CAPITAL (V)	5.305.670,89	9.565.090,47	38.129.046,20	38.144.393,65	40.242.335,30	42.455.663,74
Operações de Crédito (VI)	217.416,92	3.422.776,04	32.850.000,00	32.850.000,00	34.656.750,00	36.562.871,25
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	802.690,00	100.000,00	100.000,00	105.500,00	111.302,50
Transferências de Capital	5.088.253,97	5.339.624,43	5.179.046,20	5.194.393,65	5.480.085,30	5.781.489,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	5.088.253,97	5.339.624,43	5.179.046,20	5.194.393,65	5.480.085,30	5.781.489,99
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-20.111.549,65	-22.264.773,45	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	-128.355,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-118.740,75	-975.020,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-19.137.265,82	-20.878.939,75	-23.069.150,09	-24.340.260,26	-25.678.974,57	-27.091.318,17
Outras Deduções	-855.543,08	-282.457,08	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**165.150.058,74**	**187.470.032,01**	**205.348.183,81**	**213.633.208,07**	**225.383.034,53**	**237.779.101,44**
DESPESAS CORRENTES (XII)	171.214.084,25	195.135.092,44	215.593.975,39	228.440.842,16	241.005.088,49	254.260.368,37
Pessoal e Encargos Sociais	97.456.305,73	110.535.936,83	128.843.231,56	132.867.016,52	140.174.702,43	147.884.311,06
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	4.440.849,57	4.632.256,84	4.920.000,00	4.420.000,00	4.663.100,00	4.919.570,50
Outras Despesas Correntes	69.316.928,95	79.966.898,77	81.830.743,83	91.153.825,64	96.167.286,07	101.456.486,81
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	166.773.234,68	190.502.835,60	210.673.975,39	224.020.842,16	236.341.988,49	249.340.797,87
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	19.270.287,38	22.271.206,36	47.441.469,95	47.087.837,56	49.677.668,63	52.409.940,40
Investimentos	13.978.301,43	16.715.698,05	41.741.469,95	42.287.837,56	44.613.668,63	47.067.420,40
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	5.291.985,95	5.555.508,31	5.700.000,00	4.800.000,00	5.064.000,00	5.342.520,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	13.978.301,43	16.715.698,05	41.741.469,95	42.287.837,56	44.613.668,63	47.067.420,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	7.395.266,35	7.436.258,15	7.845.252,35	8.276.741,23
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**180.751.536,11**	**207.218.533,65**	**259.810.711,69**	**273.744.937,87**	**288.800.909,47**	**304.684.959,49**
DESPESA TOTAL	**190.484.371,63**	**217.406.298,80**	**270.430.711,69**	**282.964.937,87**	**298.528.009,47**	**314.947.049,99**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**-15.601.477,37**	**-19.748.501,64**	**-54.462.527,88**	**-60.111.729,80**	**-63.417.874,94**	**-66.905.858,05**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**-8.974.597,31**	**-13.712.601,81**	**-51.433.167,86**	**-55.140.009,13**	**-58.172.709,64**	**-61.372.208,66**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 15h e 02m.

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2025

Consolidado R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022 b	2023 c	2024 d	2025 e	2026 f	2027 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	43.034.417,20	40.992.087,01	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85	39.370.844,85
DEDUÇÕES (II)	44.330.449,86	38.544.230,33	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15	49.870.442,15
Ativo Disponível	42.321.949,05	35.673.368,16	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32	47.069.874,32
Haveres Financeiros	4.808.127,85	4.332.493,66	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32	4.262.199,32
(-) Restos a Pagar Processados	2.799.627,04	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49	1.461.631,49
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-1.296.032,66	2.447.856,68	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30	-10.499.597,30

RESULTADO NOMINAL	(b - a*) -11.107.234,94	(c - b) 3.743.889,34	(d - c) -12.947.453,98	(d - e) 0,00	(f - e) 0,00	(g - f) 0,00

Notas

-

Palmeira 08 de abril de 2024

Município de
PALMEIRA

Anexo V

Riscos Fiscais

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025
Consolidado

ARF (LRF, art 4o, § 3o) R$ 1,00

Identificação dos Riscos	Valor	Providência	Valor
Passivos Contingentes			
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos	300.000,00
SUB-TOTAL	**300.000,00**	**SUB-TOTAL**	**300.000,00**
Demais Riscos Fiscais Passivos			
Frustação de Arrecadação	3.000.000,00	Contingenciamento de	3.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	300.000,00	Contingenciamento de	300.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00	Abertura de créditos	3.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	200.000,00	Contingenciamento de	200.000,00
SUB-TOTAL	**6.500.000,00**	**SUB-TOTAL**	**6.500.000,00**
TOTAL	**6.800.000,00**	**TOTAL**	**6.800.000,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE PALMEIRA, emitido em 08/abr/2024 as 15h e 09m.

Município de
PALMEIRA

Anexo VI

Relatório de Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos servidores do Município de Palmeira/PR

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL 2023

Palmeira/PR

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS-Palmeira

Perfil atuarial: II

Data focal: 31 de dezembro de 2022

Nota técnica: 2021.000601.1

Versão: 01

Data de elaboração: 31/12/2022

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL

2023

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS-Palmeira

Atuários Responsáveis:

Thiago Costa Fernandes
Diretor Técnico
MIBA 100.002

Vanessa Pinheiro Diniz
Atuária
MIBA 1.562

SUMÁRIO EXECUTIVO

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2023, posicionada em 31 de dezembro de 2022, contemplando a Legislação e a Nota Técnica Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, considerando a Legislação Municipal vigente na data-base desta Avaliação Atuarial, assim como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, posicionados na data base de 31/12/2022, bem como as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, posicionados na data base de 31/12/2022.

O Plano de Benefícios é composto por 704 servidores ativos, 422 aposentados e 68 pensões. Considerando as informações da base de dados, verifica-se que a despesa atual com pagamento de benefícios previdenciários do Município de Palmeira representa 73,15% da folha de pagamento dos servidores ativos.

As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao RPPS somam 31,36% (14,00% para o servidor e 17,36% para o Município). A avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 28,15% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

A Avaliação Atuarial demonstrou que o RPPS apresenta um Déficit Técnico Atuarial no valor de R$ 471.580.690,34, considerando o Plano de Custeio de equilíbrio.

O Município de Palmeira, através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R$ 375.434.747,49. O Déficit Técnico Atuarial apurado nesta Avaliação é de R$ 471.580.690,34, porém. O Plano de Amortização vigente não será suficiente para integralizar as Reservas a Amortizar no prazo previsto.

ÍNDICE

1. Introdução 8
2. Bases da Avaliação Atuarial dos RPPS 9
2.1. Base Técnica Atuarial 9
2.1.1. Tábuas Biométricas 10
2.1.2. Premissas Utilizadas 10
2.1.3. Outras Informações Relevantes 12
2.2. Base Normativa 13
2.2.1. Normas Gerais 13
2.2.2. Normas do Ente Federativo 13
2.3. Base Cadastral 14
3. Consolidado Estatístico das Informações Cadastrais 15
4. Benefícios Previdenciários 21
4.1. Descrição dos benefícios previdenciários do RPPS 21
4.1.1. Benefício para o servidor: 21
4.1.2. Benefícios para os dependentes: 22
4.2. Condições de elegibilidade 22
5. Patrimônio do Plano 23
6. Custos Previdenciários 24
6.1. Benefícios em Capitalização 24
6.2. Benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura 25
6.3. Despesas Administrativas 25
6.4. Custo Normal Total 27
6.5. Plano de Custeio 28
6.5.1. Custo Normal 28
6.6. Provisões Matemáticas e Saldo do Sistema 28
7. Equacionamento do déficit atuarial 30
7.1. Financiamento com aportes crescentes 31
8. Análise de Sensibilidade 34
8.1. Impacto da Variação da Folha de Salários 34
8.2. Impacto da Variação da Taxa de Juros Real no Custo Normal 35
8.3. Impacto da Taxa de Crescimento Salarial no Custo Normal 35
8.4. Impacto das Tábuas de Mortalidade no Custo Normal 36
8.5. Impacto da Variação da Idade Média Atual 38
8.6. Impacto da Variação da Idade Média de Aposentadoria 39
8.7. Impacto de Aportes Financeiros no Custo Suplementar 40
9. Parecer Atuarial 40
9.1. Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados 41
9.2. Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados 41
9.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios 42
9.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados 42
9.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados 43

9.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios 44
9.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF) 44
9.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS 45
9.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial 45
9.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas Avaliações Atuariais 49
9.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios 50
9.12. Considerações Finais 51
10. Referências Bibliográficas 53
ANEXO A – Glossário de Termos Técnicos Atuariais e Siglas 54
ANEXO B – Relatório Estatístico 60
ANEXO C – Análise Crítica da Base de Dados Cadastrais 68
ANEXO D – Projeções Atuariais da Massa de Participantes, Receitas e Despesas. 73
ANEXO E – Projeção da evolução das Provisões Matemáticas para os próximos doze meses 85
ANEXO F - Ganhos e perdas atuariais 86
ANEXO G - Demonstrativo de Reserva Matemática (Portaria MTP nº 1.467/2022) 87
ANEXO H – Projeção para Relatório de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 90
ANEXO I - Análise de Variação dos Resultados das últimas Avaliações Atuariais 92
ANEXO J - Demonstrativo de Duração do Passivo 95
ANEXO K – Tábuas Biométricas 96
Anexo L - Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio 98

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - As três bases da Avaliação Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social 9
Ilustração 2 - Impacto dos grupos de servidores no sistema previdenciário 15
Ilustração 3 – Elegibilidades dos ativos aos benefícios de aposentadoria voluntária conforme a data de admissão 22
Ilustração 4 – Regra de apuração do limite para despesa administrativa 27

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Tábuas Biométricas utilizadas em função do evento gerador 10
Tabela 2: Premissas utilizadas no cálculo atuarial em 2022 e 2023 12
Tabela 3: Outras informações relevantes para o cálculo atuarial 12
Tabela 4: Data base dos dados e data base da avaliação 14
Tabela 5: Quantitativo de participantes do plano 14
Tabela 6: Distribuição de participantes 16
Tabela 7: Bases de cálculo e receitas de contribuição 17
Tabela 8: Resultado Financeiro do RPPS 17
Tabela 9: Distribuição dos servidores Ativos por sexo e tipo de carreira 18
Tabela 10: Distribuição dos servidores por situação funcional 18
Tabela 11: Distribuição dos servidores - Risco Iminente 18
Tabela 12: Distribuição dos servidores Aposentados por sexo 20
Tabela 13: Informações consolidadas dos Pensionistas 20
Tabela 14: Patrimônio constituído pelo RPPS 23

Tabela 15: Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio 24
Tabela 16: Custo Normal dos Benefícios em Capitalização 25
Tabela 17: Custo Normal dos Benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura 25
Tabela 18: Despesas administrativas dos últimos três anos 26
Tabela 19: Limite de despesa administrativa na regra geral 27
Tabela 20: Custo Normal calculado 27
Tabela 21: Plano de Custeio do Custo Normal sugerido 28
Tabela 22: Provisões Matemáticas e Saldo do Sistema 29
Tabela 23: Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes 31
Tabela 24: Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes – por Órgão 32
Tabela 25: Impacto da variação da folha salarial na RMBaC 34
Tabela 26: Variação de CN e Provisões em Função da Idade Média Atual 38
Tabela 27: Variação de CN e RMBaC em Função da Idade Média de Aposentadoria 39
Tabela 28: Ativos 60
Tabela 29: Aposentados 60
Tabela 30: Pensionistas 60
Tabela 31: Total de participantes 60
Tabela 32: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária 61
Tabela 33: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão 62
Tabela 34: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial 62
Tabela 35: Distribuição dos Servidores Ativos por Tempo de Serviço 63
Tabela 36: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria 64
Tabela 37: Distribuição dos Servidores Ativos por Situação de Cônjuge 64
Tabela 38: Distribuição Dos Servidores Aposentados Por Faixa Etária 65
Tabela 39: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa de Benefício 66
Tabela 40: Distribuição dos Pensionistas por Faixa Etária 67
Tabela 41: Distribuição dos Pensionistas por Faixa de Benefício 67
Tabela 42: Atualização da base de dados cadastral 68
Tabela 43: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Prefeitura 68
Tabela 44: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Prefeitura 69
Tabela 45: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Câmara 69
Tabela 46: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Câmara 70
Tabela 47: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Instituto 70
Tabela 48: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Instituto 70
Tabela 49: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores aposentados 71
Tabela 50: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores inativos 71
Tabela 51: Quadro resumo do Banco de Dados dos pensionistas 72
Tabela 52: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para pensionistas 72
Tabela D 1 - Projeção Atuarial do quantitativo de participantes 73
Tabela D 2 - Projeção Atuarial das receitas e despesas (em R$) 76
Tabela D 3 – Fluxo de Caixa - Plano de Custeio Vigente (em R$) 79
Tabela D 4 – Fluxo de Caixa - Plano de Custeio Apurado (em R$) – de equilíbrio 82

Tabela F 1 – Balanço de ganhos e perdas atuariais....86
Tabela G 1 – Valores a serem lançados no balancete contábil....87
Tabela G 2 – Valores a serem lançados no balancete contábil – padrão PCASP 2023....89
Tabela H 1 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PROJEÇÕES ATUARIAIS....90
Tabela I 1 - Variações do Quantitativo de participantes....92
Tabela I 2 - Variações das Folhas de Salários e Benefícios....92
Tabela I 3 - Variações dos Salários e Benefícios Médios....92
Tabela I 4 - Variações nos Custos Normais....93
Tabela I 5 - Variações nos valores das Provisões e Ativos Financeiros do Plano....93
Tabela J 1 – Evolução da Duração do Passivo....95
Tabela L 7 – Extrato dos resultados do Estudo de Viabilidade....99

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição relativa dos participantes....16
Gráfico 2: Distribuição da folha mensal....17
Gráfico 3: Distribuição por sexo dos professores e não professores....19
Gráfico 4: Distribuição percentual dos servidores ativos por sexo....19
Gráfico 5: Distribuição percentual dos servidores ativos por carreira....19
Gráfico 6: Distribuição por sexo dos aposentados....20
Gráfico 7: Distribuição percentual por sexo dos pensionistas....20
Gráfico 8: Pirâmide Populacional dos participantes....21
Gráfico 9: Segmentação Patrimonial....23
Gráfico 10: Variação do Custo Normal em Função da Taxa de Juros Real....35
Gráfico 11: Variação do Custo Normal em Função do Crescimento Salarial....36
Gráfico 12: Variação do Custo Normal em função da Tábua de Mortalidade selecionada....37
Gráfico 13: Variação do Custo Suplementar em Função de Aportes Financeiros....40
Gráfico 14: Pirâmide Populacional dos Servidores Ativos....61
Gráfico 15: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária....61
Gráfico 16: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão....62
Gráfico 17: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial....63
Gráfico 18: Distribuição dos Servidores Ativos por Tempo de Serviço....63
Gráfico 19: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria....64
Gráfico 20: Distribuição dos Servidores Ativos por Situação de Cônjuge....64
Gráfico 21: Pirâmide Etária dos Aposentados....65
Gráfico 22: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa Etária....65
Gráfico 23: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa de Benefício....66
Gráfico 24: Pirâmide Etária dos Pensionistas....66
Gráfico 25: Distribuição dos Pensionistas por Faixa Etária....67
Gráfico 26: Distribuição Dos Pensionistas Por Faixa De Benefício....67

1. Introdução

A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa mesma lei determina que esses RPPSs têm a obrigação de se basearem em normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir e perenizar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema.

Ainda, a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, institui novas normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

Com o intuito de atuar junto ao **Regime Próprio de Previdência Social/PR - RPPS-Palmeira**, no desenvolvimento de ações que objetivem a completa estruturação do sistema previdenciário de seus servidores, adequando-o às novas determinações legais e buscando um modelo otimizado de gestão que permita um total controle do fluxo de despesas previdenciárias, a **Brasilis Consultoria Atuarial** foi contratada para a realização da Avaliação Atuarial do exercício de 2023.

Este trabalho contém a análise atuarial necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo Municipal de Palmeira, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade do sistema, por meio de:

a) levantamento do perfil estatístico do grupo de participantes do plano de modo a identificar quais os fatores que mais influenciaram no custo previdenciário;

b) levantamento do custo previdenciário e Provisões matemáticas necessárias à cobertura dos benefícios previstos no regulamento do plano;

c) comparação entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial;

d) indicação de formas de amortização do déficit técnico atuarial, caso exista;

e) projeções atuariais de receitas e despesas previdenciárias para um planejamento estratégico com objetivo de manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) no longo prazo.

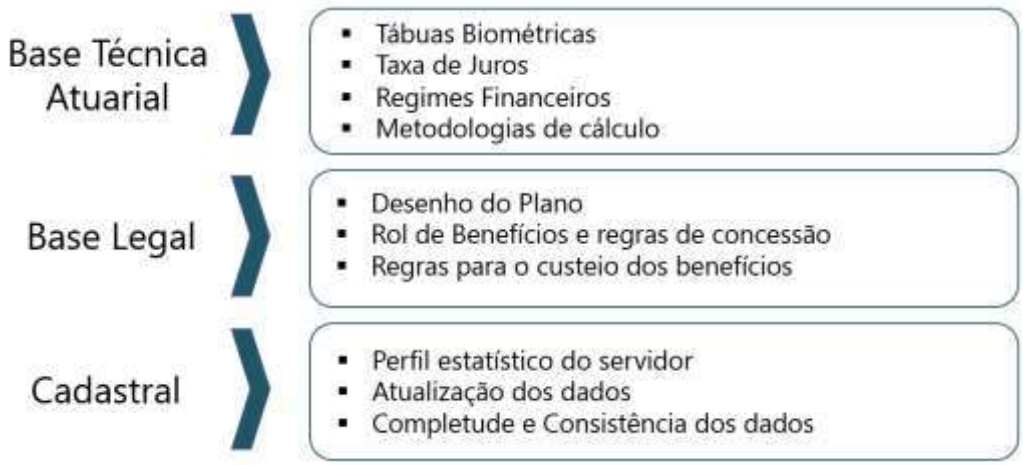
2. Bases da Avaliação Atuarial dos RPPS

Para a realização de uma Avaliação Atuarial para qualquer sistema previdenciário, deve-se levar em consideração três bases distintas:

- A Base Atuarial;
- A Base Legal; e
- A Base Cadastral.

Pode-se fazer um paralelo da nossa Avaliação Atuarial como se fosse uma casa que necessita de três pilares atuando em conjunto para sua completa sustentação. A ilustração 1 apresenta um esquema visual dessa comparação. Neste item, será realizada uma descrição detalhada acerca de cada uma dessas bases.

Ilustração 1 - As três bases da Avaliação Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social



2.1. Base Técnica Atuarial

A Base Técnica Atuarial é composta por todas as premissas, hipóteses e técnicas matemáticas, dentre outras, que norteiam o cálculo da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC), da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC), do Custo Normal (CN) e do Custo Suplementar (CS) do Sistema Previdenciário. Para o cálculo dessas Provisões Matemáticas foi utilizado o método chamado prospectivo[1], que equivale à diferença entre o valor

[1] Ver Ferreira (1985, vol. IV, pp. 355-62).

atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras (vide ANEXO A). A seguir será apresentada de forma detalhada a Base Técnica Atuarial utilizada neste estudo.

2.1.1. Tábuas Biométricas

As Tábuas Biométricas[2] são tabelas estatísticas que determinam para cada idade[3], a probabilidade da ocorrência de algum evento, a saber: morte, sobrevivência, entrada em invalidez, morte de inválido ou rotatividade (*turnover*).

A tabela abaixo apresenta as Tábuas Biométricas utilizadas neste cálculo atuarial:

Tabela 1: Tábuas Biométricas utilizadas em função do evento gerador

EVENTO GERADOR		TÁBUA 2022	TÁBUA 2023
Fase laborativa	Masculino	IBGE - 2020 Homens	IBGE - 2021 Homens
	Feminino	IBGE - 2020 Mulheres	IBGE - 2021 Mulheres
Fase pós-laborativa	Masculino	IBGE - 2020 Homens	IBGE - 2021 Homens
	Feminino	IBGE - 2020 Mulheres	IBGE - 2021 Mulheres
Mortalidade de Inválidos	Masculino	IBGE - 2020 Homens	IBGE - 2021 Homens
	Feminino	IBGE - 2020 Mulheres	IBGE - 2021 Mulheres
Entrada em Invalidez		ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS

2.1.2. Premissas Utilizadas

As premissas são variáveis fundamentais que influenciam diretamente no resultado do Cálculo Atuarial e, em função disto, precisam ser muito bem mensuradas e adequadas, para que os resultados reflitam a perfeita realidade na qual se encontra o Sistema Previdenciário em questão. Como exemplos dessas premissas, destacam-se: as taxas de juros, de inflação, de crescimento de salários e benefícios e a de despesas administrativas do RPPS. É preciso também informar se serão considerados "novos entrados" na massa de participantes ativos e se a estimativa da compensação previdenciária a receber será utilizada como Ativo Financeiro do plano.

[2] Conforme define a Portaria MF nº 1.467/2022, em seu artigo 36, para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo será dado pela tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada obrigatoriamente por sexo, e, para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será dado pela tábua Álvaro Vindas.

[3] Variando normalmente de 0 (zero) a 115 (cento e quinze) anos.

Estão divididas em três conjuntos, a seguir.

a. Econômicas:

Balizar prognósticos econômicos prudentemente amparados na matemática econômica e em elementos de econometria de comprovada consistência. Normalmente são considerados os seguintes fatores:

- Inflação de longo prazo;
- Fator de determinação
- Ganho real dos investimentos;
- Escala de ganhos salariais;
- Indexador de benefícios;
- Teto de benefício do sistema público;
- Custeio administrativo.
- Comprev

b. Biométricas

Tábuas Biométricas são instrumentos destinados a medir as probabilidades de sobrevivência, morte, morbidez e higidez dos servidores. De modo geral, utilizam-se tábuas para medir:

- Mortalidade geral do grupo;
- Entrada em invalidez;
- Rotatividade.
- Reposição.

c. Genéricas

Representam elementos adicionais ao cálculo das reservas matemáticas, e têm extrema importância na composição da gestão de risco do plano. Normalmente são considerados os seguintes fatores:

- Composição familiar;
- Idade presumida de aposentadoria;
- Idade de entrada no emprego;
- Idade de adesão ao sistema público;
- Opcionais formas de escolha dos benefícios.

A tabela a seguir apresenta as premissas utilizadas neste cálculo atuarial e no cálculo do ano anterior:

Tabela 2: Premissas utilizadas no cálculo atuarial em 2022 e 2023

PREMISSA	UTILIZADO EM 2022	UTILIZADO EM 2023
Taxa de Juros Real [4]	5,04%	4,67%
Fator de Determinação (FD)	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Salarial Real [5]	1,00%	1,00%
Taxa de Crescimento de Benefícios Real	0,00%	0,00%
Fator redutor do Benefício[6]	85,00%	80,00%
Taxa de Despesa Administrativa [7]	2,00%	2,00%
Rotatividade[8]	1,00%	1,00%
Novos entrados	Sim	Sim
Compensação Previdenciária a pagar	Não	Não
Compensação Previdenciária a receber	Sim	Sim

2.1.3. Outras Informações Relevantes

Existem outras informações que são importantes de serem registradas, quando da realização do cálculo atuarial. Destacam-se nesse item a data de criação do RPPS, os percentuais de contribuição atualmente praticados por patrocinador e seus participantes, bem como o valor do salário mínimo e do teto de benefícios pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), vigente na data da Avaliação Atuarial. A tabela a seguir apresenta essas informações.

Tabela 3: Outras informações relevantes para o cálculo atuarial

INFORMAÇÃO		UTILIZADO
Data de Criação do RPPS		28/03/1994
Contribuição do Patrocinador	para Ativo	17,36%
	para Aposentado	---
	para Pensionista	---
	Custo Suplementar	por aportes
Contribuição do Participante	Ativo	14,00%
	Aposentado*	14,00%
	Pensionista*	14,00%
Salário Mínimo		R$ 1.212,00
Teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)		R$ 7.087,22

* a contribuição dos aposentados e pensionistas é realizada sobre o excedente entre o valor do benefício e o teto do INSS.

[4] De acordo com o art. 39 §2º da Portaria MF nº 1.467/2022, a taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS deverá ter como limite a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.
[5] De acordo com o artigo 38 da Portaria MF nº 1.467/2022, à hipótese de taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira será de, no mínimo, 1% (um por cento) a cada ano da projeção atuarial.
[6] É o valor estimado de redução individualizado para cada servidor, seja pela própria regra de concessão de aposentadoria (porcentagem da média salarial) conforme ilustração 4.
[7] A Despesa Administrativa considerada neste estudo corresponde a 2% do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.
[8] Conforme o estabelecido no artigo 37 da Portaria MF nº 1.467/2022, a taxa de rotatividade máxima permitida é de 1% ao ano.

2.2. Base Normativa

2.2.1. Normas Gerais

Utilizou-se nesse trabalho a Base Legal representada pela legislação aplicável aos RPPSs. O embasamento legal parte do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 e a partir deste, uma série de Emendas Constitucionais, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Portarias, Resoluções e Orientações Normativas, dentre outras que regem a matéria previdenciária, conforme segue:

- Constituição Federal (alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 103/2019) - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- Lei nº 9.717, publicada em 28/11/1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei nº 10.887, publicada em 21/06/2004 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717/1998, 8.213/1991, 9.532/1997, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 152, publicada em 03/12/2015 - Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
- Portaria MTP nº 1.467, publicada em 02/06/2022 - Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Portaria MTP nº 1.837, publicada em 30/06/2022 - Define a taxa de juros real a ser utilizada nas avaliações atuariais dos RPPS dos exercícios a partir de 2023.

2.2.2. Normas do Ente Federativo

Foram também levadas em consideração as seguintes normas municipais, dentre outras:

- Lei Municipal nº 2.404, de 30/09/2005 – Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS-Palmeira, criado pela Lei Municipal nº 1.701, de 28/03/1994.
- Decreto nº 14.676, de 13/09/2021 – Estipulou a alíquota de contribuição em 17,36% para o patrocinador sobre a folha de Ativos.
- Lei Municipal nº 5.265, de 17/02/2021 - Estabeleceu a contribuição em 14,00% para o servidor ativo sobre o seu salário, em 14,00% para o aposentado e em 14,00% para o pensionista, sendo que para esses dois últimos, apenas sobre o excedente entre o valor do benefício e o teto do RGPS.

- Decreto nº 14.676, de 13/09/2021 – Instituiu um plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial.
- Lei Municipal nº 4.585, de 21/12/2017 – Definiu a taxa de administração do plano de benefícios.

2.3. Base Cadastral

A base cadastral é aquela onde constam todas as informações relativas aos participantes ativos e assistidos (tais como datas de nascimento, datas de admissão, datas de início de benefício, sexo, estado civil, número de dependentes, tempo de contribuição ao INSS, valor do salário, valor do benefício, composição familiar, dentre outras). Uma base cadastral consistente nos levará aos resultados atuariais mais próximos à realidade do sistema em questão, sendo a inversa também verdadeira, ou seja, uma base de dados pobre e inconsistente causará vieses na análise, dada a necessidade de adoção de hipóteses conservadoras, causando aumentos nos custos do sistema.

A base cadastral utilizada nesta avaliação contém informações sobre os servidores ativos e aposentados do Município de Palmeira/PR, bem como dos dependentes destes servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas. A tabela a seguir informa a data base em que foram gerados os dados, a data base em que foi realizada a avaliação atuarial e a data da elaboração da avaliação.

Tabela 4: Data base dos dados e data base da avaliação

DATA-BASE DOS DADOS	DATA BASE DA AVALIAÇÃO	DATA DA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO
31/12/2022	31/12/2022	15/06/2023

A base de dados disponibilizada apresenta o seguinte quantitativo de informações cadastrais:

Tabela 5: Quantitativo de participantes do plano

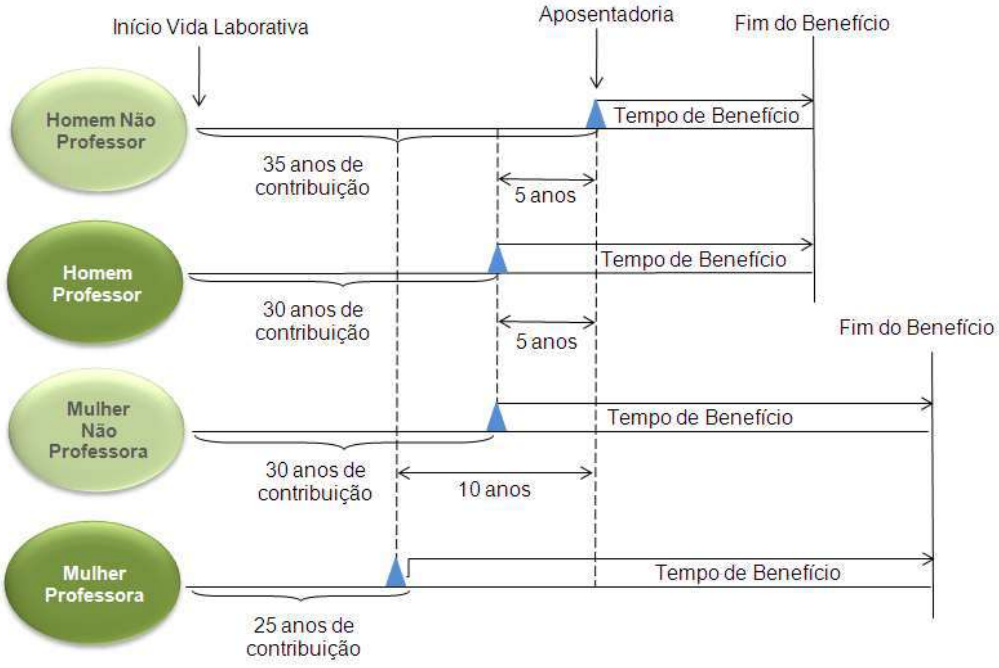
ATIVOS	APOSENTADOS NORMAIS	APOSENTADOS POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
704	389	33	68

3. Consolidado Estatístico das Informações Cadastrais

As características relativas à população considerada em uma análise atuarial (idade atual, tempo de contribuição, valor da remuneração, sexo etc.) são variáveis que influenciam diretamente os resultados apresentados no estudo.

A ilustração 2 exemplifica o impacto em termos de tempo de contribuição e tempo de recebimento de benefício dentro do sistema previdenciário, para cada um dos quatro grupos de participantes ativos, a saber: homens não professores, homens professores, mulheres não professoras e mulheres professoras, tomando como referência as elegibilidades definidas para a aposentadoria voluntária estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998. Analisando a ilustração 2, ratifica-se o maior peso das mulheres dentro do sistema previdenciário quando comparadas aos homens: em primeiro lugar elas comprovadamente possuem maior longevidade do que os homens; em segundo, por legalmente possuírem um período menor de contribuição, notadamente as professoras.

Ilustração 2 - Impacto dos grupos de servidores no sistema previdenciário



Dessa forma, a combinação entre as variáveis estatísticas da população estudada e as garantias constitucionais e legais deferidas aos servidores públicos, podem resultar no agravamento do custo previdenciário, sobretudo em virtude de que:

- quanto menor o tempo de contribuição maior será o custo previdenciário, uma vez que a forma de cálculo do benefício já está determinada (benefício definido);

- quanto maior o número de vantagens pecuniárias incorporadas à remuneração do servidor em atividade, maior será o crescimento real dos salários e consequentemente mais elevado será o custo previdenciário. Ressaltando, ainda, que quanto mais perto da aposentadoria forem concedidas estas incorporações, menor será o prazo para a formação de Provisões que possam garanti-las, resultando em um agravamento do custo previdenciário.

Para que se tenha uma visão geral do perfil estatístico da população estudada, este capítulo descreve um consolidado estatístico resumido da base de dados disponibilizada pelo RPPS para a realização desta avaliação atuarial.

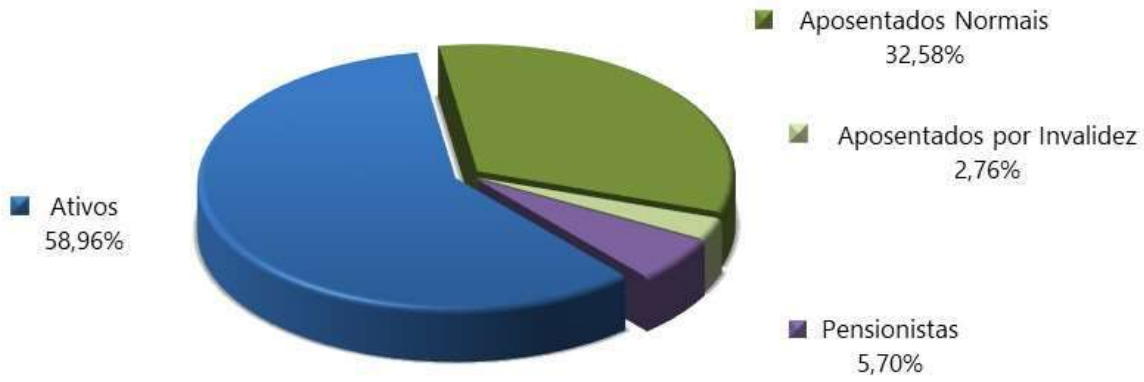
A tabela 6 apresenta a distribuição do quantitativo de participantes, sua folha mensal de remuneração e a remuneração média calculada para cada tipo de participante (ativo, aposentado e pensionista). O gráfico 1 e o gráfico 2 apresentam respectivamente a distribuição relativa dos participantes e a distribuição de sua folha mensal.

Tabela 6: Distribuição de participantes

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUN. MÉDIA	IDADE MÉDIA
Ativos	R$ 3.114.184,42	704	R$ 4.423,56	44
Aposentados Normais	R$ 2.056.620,14	389	R$ 5.286,94	62
Aposentados por Invalidez	R$ 67.510,68	33	R$ 2.045,78	65
Pensionistas	R$ 153.741,35	68	R$ 2.260,90	65
Total	**R$ 5.392.056,59**	**1.194**	**R$ 4.515,96**	**52**

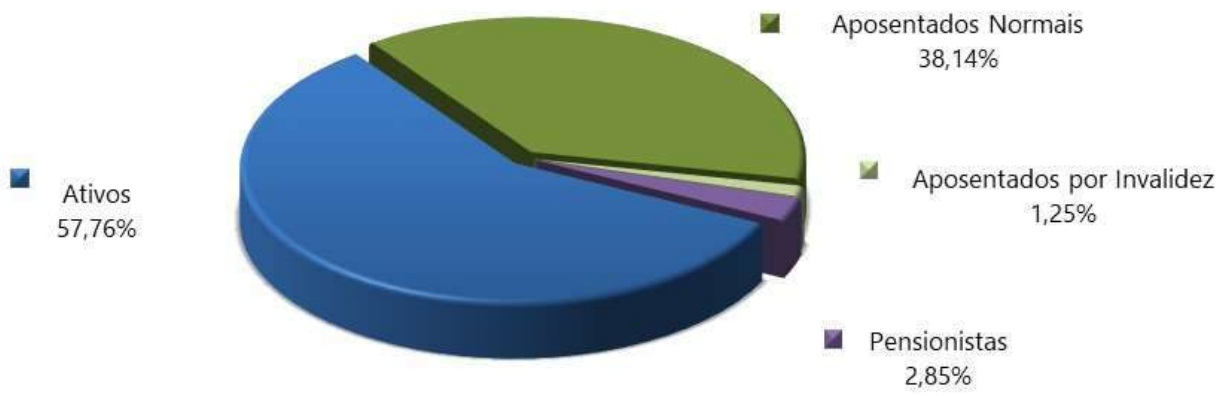
A tabela 6 aponta para uma razão de 1,44 ativos para cada aposentado e pensionista.

Gráfico 1: Distribuição relativa dos participantes



BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Gráfico 2: Distribuição da folha mensal



A tabela 7 apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o patrocinador e participantes. A tabela 8 mostra o resultado financeiro do RPPS.

Tabela 7: Bases de cálculo e receitas de contribuição

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 3.114.184,42	14,00%	R$ 435.985,82
Aposentados	excedente ao teto do INSS	R$ 208.298,39	14,00%	R$ 29.161,77
Pensionistas	excedente ao teto do INSS	R$ 0,00	14,00%	R$ 0,00
Patrocinador - CN	Folha de salários	R$ 3.114.184,42	17,36%	R$ 540.622,42
Patrocinador - Aporte*	---	---	---	R$ 627.735,93
Total				**R$ 1.633.505,93**

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2022, de acordo com o Decreto nº 14.676, de 13/09/2021.

Tabela 8: Resultado Financeiro do RPPS

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 1.633.505,93
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 2.340.155,86
Resultado (receitas - despesas)	R$ (706.649,92)
Resultado sobre folha salarial	-22,69%
Resultado sobre arrecadação	-43,26%

As tabelas e gráficos a seguir apresentam algumas estatísticas por sexo, com relação aos servidores ativos.

Tabela 9: Distribuição dos servidores Ativos por sexo e tipo de carreira

DISCRIMINAÇÃO	HOMEM			MULHER			TOTAL		
	NÃO PROFESSOR	PROFESSOR	TOTAL	NÃO PROFESSORA	PROFESSORA	TOTAL	NÃO PROFESSOR	PROFESSOR	GERAL
População	182	9	191	236	277	513	418	286	704
Folha salarial mensal (R$)	725.168,81	45.622,45	770.791,26	872.268,24	1.471.124,92	2.343.393,16	1.597.437,05	1.516.747,37	3.114.184,42
Salário médio (R$)	3.984,44	5.069,16	4.035,56	3.696,05	5.310,92	4.568,02	3.821,62	5.303,31	4.423,56
Idade média atual	48	35	48	43	41	42	45	41	44
Idade média de adm.	31	26	30	30	30	30	30	30	30
Idade média de apos. projetada	63	58	63	58	54	56	60	54	58

Tabela 10: Distribuição dos servidores por situação funcional

DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		
	EM EXERCÍCIO	AFASTADOS / LICENCIADOS	CEDIDOS
População	669	26	9
Folha salarial mensal (R$)	2.961.939,55	106.333,86	45.911,01
Salário médio (R$)	4.427,41	4.089,76	5.101,22
Idade média atual	44	43	42

Tabela 11: Distribuição dos servidores - Risco Iminente

DISCRIMINAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
População	16	32	48
Folha mensal de benefícios (R$)	59.096,54	161.613,85	220.710,39
Benefício médio (R$)	3.693,53	5.050,43	4.598,13
Idade média atual.	65	57	60

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Gráfico 3: Distribuição por sexo dos professores e não professores

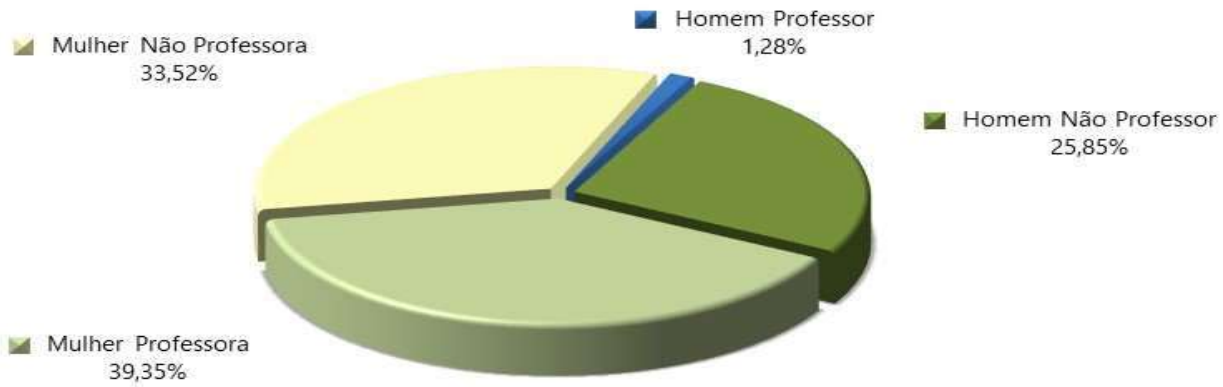


Gráfico 4: Distribuição percentual dos servidores ativos por sexo

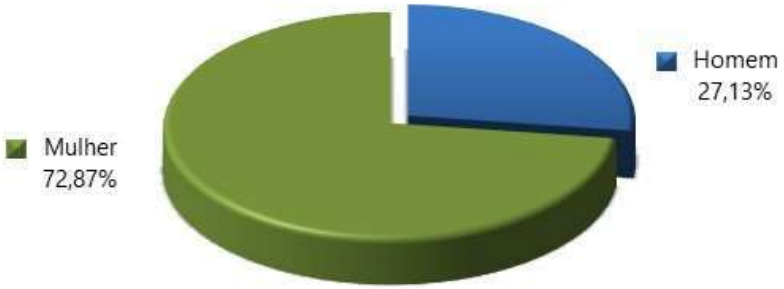
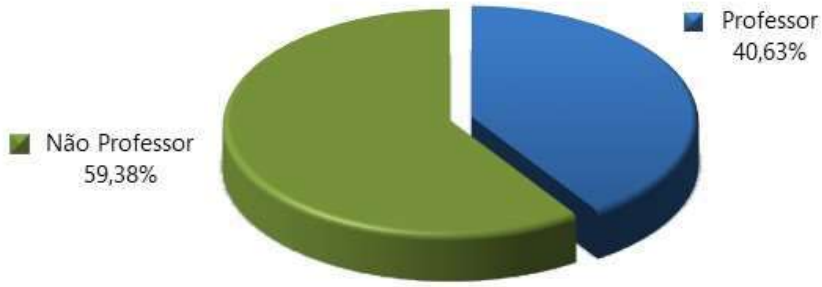


Gráfico 5: Distribuição percentual dos servidores ativos por carreira



BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Tabela 12: Distribuição dos servidores Aposentados por sexo

DISCRIMINAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
População	98	324	422
Folha mensal de benefícios	R$ 351.558,49	R$ 1.772.572,33	R$ 2.124.130,82
Benefício médio	R$ 3.587,33	R$ 5.470,90	R$ 5.033,49
Idade média atual.	68	60	62

Gráfico 6: Distribuição por sexo dos aposentados

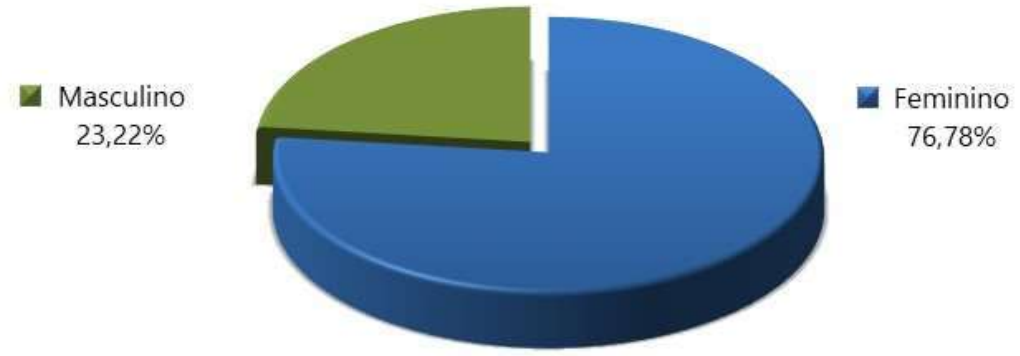
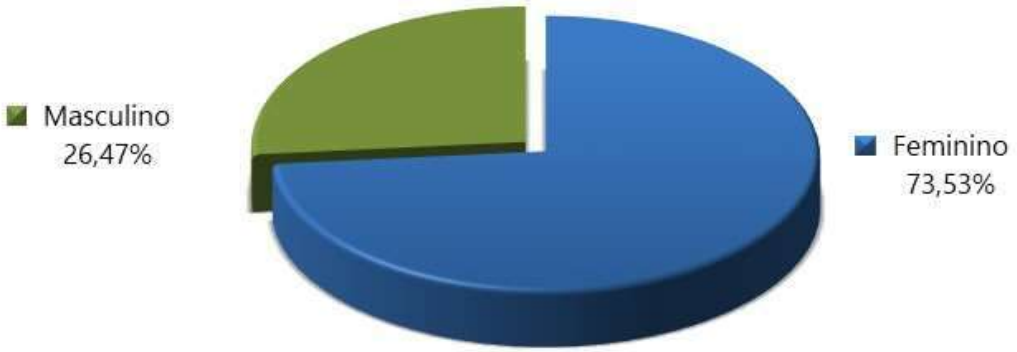


Tabela 13: Informações consolidadas dos Pensionistas

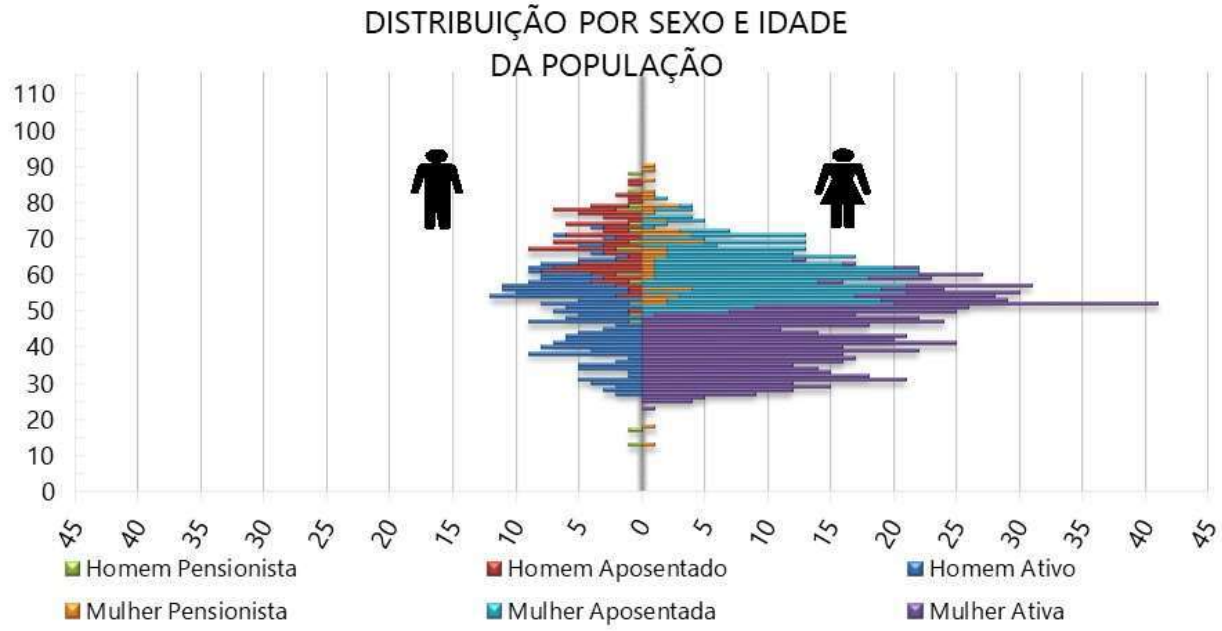
DISCRIMINAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
População	18	50	68
Folha mensal de Benefício	R$ 52.817,03	R$ 100.924,32	R$ 153.741,35
Benefício médio	R$ 2.934,28	R$ 2.018,49	R$ 2.260,90
Idade média atual	62	66	65

Gráfico 7: Distribuição percentual por sexo dos pensionistas



O gráfico 8 apresenta a pirâmide populacional de todos os participantes do sistema previdenciário.

Gráfico 8: Pirâmide Populacional dos participantes



O ANEXO A apresenta um maior detalhamento estatístico acerca da base de dados disponibilizada.

4. Benefícios Previdenciários

Com relação à cobertura do sistema previdenciário (elenco de benefícios), o §2º do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, estabelece que, o rol de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte. Assim, o plano de benefícios do RPPS compreende as seguintes prestações:

4.1. Descrição dos benefícios previdenciários do RPPS

4.1.1. Benefício para o servidor:

a. Aposentadoria por Idade;
b. Aposentadoria Especial para - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio;
c. Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
d. Aposentadoria Compulsória;
e. Aposentadoria por Invalidez.

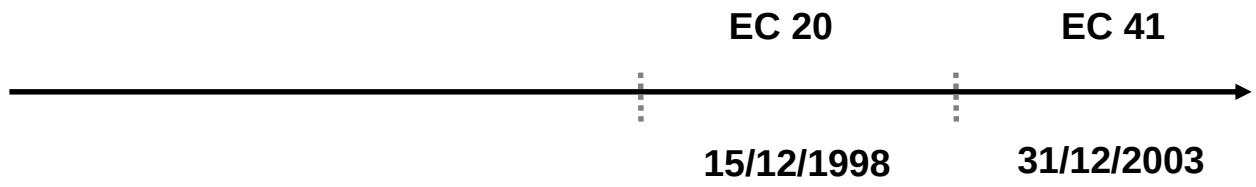
4.1.2. Benefícios para os dependentes:

f. Pensão por Morte.

4.2. Condições de elegibilidade

As condições de elegibilidade aos benefícios assegurados, são definidas na legislação municipal, seguindo, em resumo, as condições apresentadas na ilustração abaixo.

Ilustração 3 – Elegibilidades dos ativos aos benefícios de aposentadoria voluntária conforme a data de admissão



REQUISITOS	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
IDADE	53 anos	48 anos	60 anos	55 anos	60 anos	55 anos
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	35 anos	30 anos	35 anos	30 anos	35 anos	30 anos
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	10 anos		10 anos		10 anos	
TEMPO NO CARGO	05 anos		05 anos		05 anos	
PEDÁGIO	20%		----------		----------	
BÔNUS (Professor, Magistrado, MP e TC)	17%	20%	Redutor de 5 anos na idade e tempo de contribuição		Redutor de 5 anos na idade e tempo de contribuição	
CÁLCULO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	Aposentadorias e Pensões integrais. Redutor por antecipação (idades inferiores a 60 anos se homem e 55 anos se mulher) pela média da remuneração.		Aposentadorias e Pensões integrais. Se menos de 20 anos de serviço público e 10 anos de carreira, o cálculo é feito pela média da remuneração.		Aposentadorias e Pensões limitadas ao teto do funcionalismo público. Para os servidores admitidos até 31/12/2003 foi considerada paridade Para os admitidos posterior, considerou-se a média da remuneração (fator redutor de 15%).	
REAJUSTE	Anual e sem Paridade		Paridade		Anual e sem Paridade	

5. Patrimônio do Plano

O Patrimônio Garantidor efetivamente constituído pelo RPPS é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas e determinará se o Sistema Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros segundo o art. 2º da Resolução CMN nº 4.963/2021 podem estar segmentados em renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados, fundos imobiliários e empréstimos consignados.

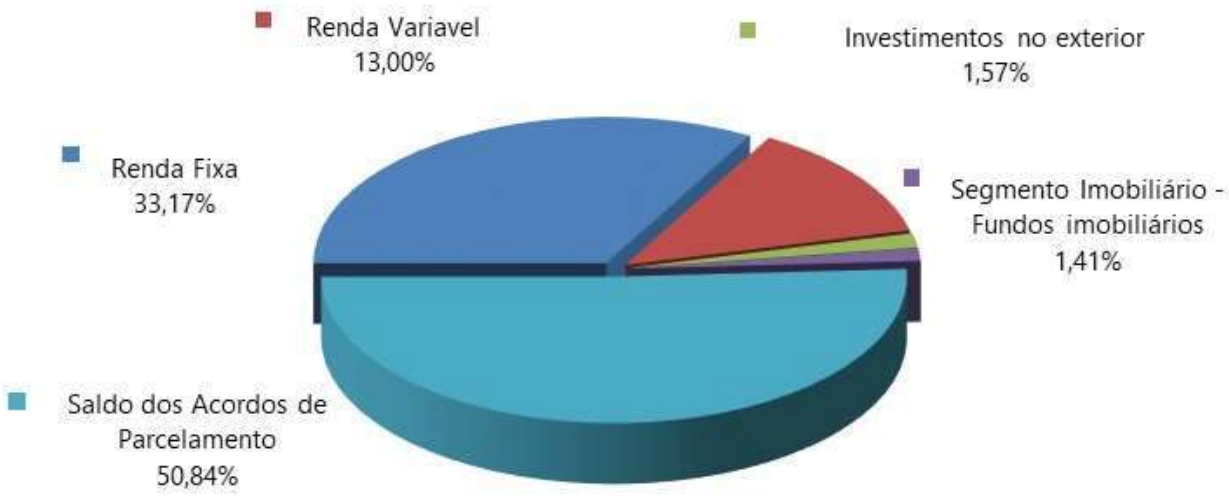
A tabela seguinte apresenta o valor do patrimônio do RPPS e sua respectiva data de apuração. O gráfico a seguir apresenta a segmentação patrimonial percentual.

Tabela 14: Patrimônio constituído pelo RPPS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$)	DATA DA APURAÇÃO
Renda Fixa	R$ 26.231.926,76	31/12/2022
Renda Variável	R$ 10.282.998,48	31/12/2022
Investimentos no exterior	R$ 1.243.165,97	31/12/2022
Segmento Imobiliário - Fundos imobiliários	R$ 1.116.750,12	31/12/2022
Saldo dos Acordos de Parcelamento	R$ 40.207.154,72	31/12/2022
Total	**R$ 79.081.996,05**	**31/12/2022**

O valor de renda fixa informado foi de R$ 27.056.356,20, porém, descontamos deste montante o valor referente a reserva administrativa, que segundo os gestores corresponde a R$ 824.429,44.

Gráfico 9: Segmentação Patrimonial



6. Custos Previdenciários

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela 15: Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria Normal	Capitalização	IEN
Reversão da Aposentadoria Normal em Pensão	Capitalização	IEN
Aposentadoria por Invalidez	Repartição de Capitais de Cobertura	---
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	Repartição de Capitais de Cobertura	---
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Repartição de Capitais de Cobertura	---

6.1. Benefícios em Capitalização

O Regime Financeiro de Capitalização possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Desta forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de Provisões o de "**Idade de Entrada Normal – IEN**". Neste método, o cálculo do custo é realizado de forma individualizada e seu somatório é dividido pelo valor da folha de salários. Esse procedimento aponta um percentual de contribuição **constante** ao longo do tempo que deverá ser rateado entre os servidores e o Município. Ressalte-se que, nesse modelo, o período de contribuição se estende da data de admissão no serviço público até a data de aposentadoria.

Tabela 16: Custo Normal dos Benefícios em Capitalização

CUSTO NORMAL	CUSTO ANUAL	TAXA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	R$ 8.866.083,04	21,90%
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	R$ 230.761,07	0,57%

6.2. Benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir integralmente as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorrentes dos benefícios gerados nesse mesmo período.

Conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez e as pensões por morte delas decorrentes, bem como a pensão por morte de segurados ativos.

Tabela 17: Custo Normal dos Benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura

CUSTO NORMAL	CUSTO ANUAL	TAXA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS
Aposentadoria por Invalidez	R$ 1.020.206,82	2,52%
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	R$ 32.387,52	0,08%
Pensão por Morte do Servidor Ativo	R$ 437.231,49	1,08%

À medida que esses eventos ocorrerem ao longo do ano, as Provisões técnicas correspondentes integrarão a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, observados o plano de contas do RPPS.

6.3. Despesas Administrativas

O custeio administrativo é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

A Lei Municipal nº 4.585, de 21/12/2017, determina que a taxa administrativa vigente está estabelecida em 2% (dois pontos percentuais), aplicados sobre o total da remuneração dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, relativos ao exercício anterior.

Conforme informações repassadas pelos gestores, abaixo estão esquematizados os montantes orçados e executados nos últimos três exercícios:

Tabela 18: Despesas administrativas dos últimos três anos

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022
Valor da remuneração dos servidores ativos	R$ 29.557.527,24	R$ 31.263.399,40	R$ 33.727.006,38
Valor dos proventos dos aposentados	R$ 13.760.160,98	R$ 17.034.588,74	R$ 19.360.593,24
Valor dos proventos dos Pensionistas	R$ 1.410.433,46	R$ 1.610.071,31	R$ 1.809.796,64
Valor total dos proventos e remunerações	**R$ 44.728.121,68**	**R$ 49.908.059,45**	**R$ 54.897.396,26**
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	2,00%	2,00%	2,00%
Limite de Gastos Estimado	R$ 894.562,43	R$ 998.161,19	R$ 1.097.947,93
Limite de Gastos Ocorrido	**R$ 667.783,19**	**R$ 685.183,60**	**R$ 1.463.291,44**

Cumpre ressaltar que conforme disposto no inciso II do artigo 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022:

> "II - previsão em lei do ente federativo dos seguintes percentuais máximos de taxa de administração, apurados com base no exercício financeiro anterior:
>
> a) de até 2,0% (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, de que trata o art. 238, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
>
> b) de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
>
> c) de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou

d) de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;"

Nessa nova regra, a taxa de administração varia conforme sua a classificação de Índice de Seguridade Previdenciário – ISP. Ainda, tal alíquota pode ter o acréscimo de 20% para recursos destinados ao pró-gestão. As regras correspondem ao esquema abaixo apresentado:

Ilustração 4 – Regra de apuração do limite para despesa administrativa

Grupo de classificação IPS	Classificação ISP	Taxa básica	Recurso destinado ao pró-gestão	
			Acréscimo 20%	Taxa final
Estados e Distrito Federal	i	1,30%	0,40%	2,40%
Municípios de Grande Porte do ISP	ii	1,70%	0,48%	2,88%
Municípios de Médio Porte do ISP	iii	3,00%	0,60%	3,60%
Municípios de Pequeno Porte do ISP	iv	3,60%	0,72%	4,32%

Assim, para o regramento apresentado, demonstramos abaixo os resultados apurados para despesa administrativa na nova regra.

Tabela 19: Limite de despesa administrativa na regra geral

Classificação ISP	iii	Limite mensal	Limite anual
Base de incidência	R$ 3.114.184,42		
Regra básica	**3,00%**	**R$ 93.425,53**	**R$ 1.214.531,92**
Acréscimo 20% - para pró-gestão	3,60%	R$ 112.110,64	R$ 1.457.438,31
Recurso destinado ao pró-gestão	0,60%	R$ 18.685,11	R$ 242.906,38

6.4. Custo Normal Total

A tabela a seguir apresenta o Custo Normal anual calculado para o RPPS.

Tabela 20: Custo Normal calculado

CUSTO NORMAL ANUAL	VALOR	TAXA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS
Aposentadoria com reversão ao dependente	R$ 9.096.844,11	22,47%
Invalidez com reversão ao dependente	R$ 1.052.594,33	2,60%
Pensão de ativos	R$ 437.231,49	1,08%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	**R$ 10.586.669,93**	**26,15%**
Administração do Plano	R$ 809.687,95	2,00%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	**R$ 11.396.357,88**	**28,15%**

Para as definições dos termos constantes na tabela acima, consultar ANEXO A desta Avaliação Atuarial.

6.5. Plano de Custeio

6.5.1. Custo Normal

As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao RPPS somam 31,36% (14,00% para o servidor e 17,36% para o Município). A avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 28,15% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Conforme definido na Emenda Constitucional nº 103/2019, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, **salvo na situação de ausência de déficit atuarial**, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS.

Assim, caso se mantenha a alíquota de contribuição dos servidores de forma **linear**, o Município deverá majorá-la, por meio de lei, para, no mínimo, 14,00%. Portanto, o Custo Normal sugerido é de 31,36% (14,00% para o servidor e 17,36% para o Município – sendo 15,36% de Custo Normal e 2% de taxa de administração), conforme tabela abaixo:

Tabela 21: Plano de Custeio do Custo Normal sugerido

Discriminação		Alíquota
Contribuição do Município	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	17,36%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	---
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	---
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado*	14,00%
	Pensionista*	14,00%

* A contribuição dos aposentados e pensionistas incide sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.

6.6. Provisões Matemáticas e Saldo do Sistema

A tabela seguinte apresenta as Provisões Matemáticas calculadas, o patrimônio constituído pelo RPPS, o valor de compensação previdenciária estimada para os benefícios concedidos e a

conceder (quando for o caso) e a situação na qual se encontra o sistema previdenciário em questão (déficit, equilíbrio ou superávit).

Tabela 22: Provisões Matemáticas e Saldo do Sistema

DESCRIÇÃO	VALORES
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (a)	**R$ 79.081.996,05**
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R$ 26.231.926,76
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R$ 10.282.998,48
Aplicações em Investimentos no exterior	R$ 1.243.165,97
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R$ 1.116.750,12
Demais Bens, direitos e ativos	R$ 40.207.154,72
VALOR ATUAL DOS SALÁRIOS FUTUROS	**R$ 390.561.702,59**
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL SEM COMPREV (b) = (c) +(d)	**R$ 589.055.205,24**
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC sem COMPREV (c)	**R$ 410.240.066,37**
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	R$ 415.788.100,16
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	R$ 5.548.033,79
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC sem COMPREV (d)	**R$ 178.815.138,87**
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R$ 270.397.072,79
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R$ 49.765.989,47
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R$ 41.815.944,45
AJUSTE DA PMBC E PMBaC REFERENTE À COMPREV (e) = (f) – (g) + (h) – (i)	**R$ 38.392.518,85**
Valor atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos (f)	R$ 0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos (g)	R$ 19.464.723,75
Valor atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder (h)	R$ 0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder (i)	R$ 18.927.795,10
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k)+(l)	**R$ 550.662.686,39**
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC com COMPREV (k) = (c) – (g) + (f)	R$ 390.775.342,62
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC com COMPREV (l) = (d) – (i) +(h)	R$ 159.887.343,77
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) – (j)	**R$ (471.580.690,34)**
Superávit	R$ 0,00
Reserva de Contingência	R$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R$ 0,00
Déficit	R$ (471.580.690,34)
DÉFICIT EQUACIONADO:	**R$ 471.580.690,34**
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R$ 471.580.690,34
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	R$ 0,00
DÉFICIT ATUARIAL A EQUACIONAR	**R$ 0,00**

Para as definições dos termos constantes na tabela acima, consultar ANEXO A desta Avaliação Atuarial.

O Custo Normal apurado nesta avaliação é de 28,15%, porém, como as contribuições atualmente vertidas ao RPPS-Palmeira somam 31,36%, o patamar desta contribuição excedente ao Custo Normal apurado (3,21%) foi destinado à composição do Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF.

Considerando-se a Alíquota Normal Sugerida, observa-se que as Reservas Matemáticas equivalem a R$ 550.662.686,39. Como o Ativo Total corresponde a R$ 79.081.996,05, o plano apresentou um Resultado Técnico Atuarial Deficitário de R$ 471.580.690,34.

O Município de Palmeira através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R$ 375.434.747,49.

7. Equacionamento do déficit atuarial

É a contribuição destinada, entre outras finalidades, a custear o tempo de serviço passado e/ou para o equacionamento de déficits atuariais.

Para que o Plano esteja em equilíbrio financeiro e atuarial, o patrimônio constituído pelo RPPS deverá fazer frente às Provisões Matemáticas. Entretanto, se o valor do patrimônio total for inferior ao valor das Provisões Matemáticas, gerando assim as Reservas a Amortizar, o Plano estará deficitário.

Deve-se entender que se o Custo Normal tivesse sido praticado desde a contratação do primeiro servidor no Município, formando-se reserva, mesmo que em algum momento a folha de benefícios fosse maior ou igual à de salários, a arrecadação resultante da aplicação desta alíquota somada à receita de ganho financeiro seria suficiente para cobrir as despesas.

Uma vez havendo este entendimento, há que se vencer o maior obstáculo: o financiamento das Reservas a Amortizar.

7.1. Financiamento com aportes crescentes

O Município de Palmeira, através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. Como o montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é inferior às Reservas a Amortizar, **recomenda-se a alteração do mesmo**, conforme a tabela a seguir:

Tabela 23: Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)	% DA FOLHA DE SALÁRIOS
2023	471.580.690,34	**12.301.010,47**	481.302.498,11	30,15%
2024	481.302.498,11	**14.986.329,36**	488.792.995,41	36,94%
2025	488.792.995,41	**22.830.145,84**	488.789.482,46	56,12%
2026	488.789.482,46	**23.818.376,63**	487.797.574,66	58,49%
2027	487.797.574,66	**24.770.371,39**	485.807.350,00	60,86%
2028	485.807.350,00	**25.688.374,64**	482.806.178,60	63,23%
2029	482.806.178,60	**26.529.571,22**	478.823.655,93	65,60%
2030	478.823.655,93	**27.438.300,33**	473.746.420,33	67,97%
2031	473.746.420,33	**28.408.060,95**	467.462.317,21	70,34%
2032	467.462.317,21	**29.343.671,67**	459.949.135,76	72,71%
2033	459.949.135,76	**30.191.262,53**	451.237.497,87	75,08%
2034	451.237.497,87	**31.145.838,57**	441.164.450,45	77,45%
2035	441.164.450,45	**31.984.825,12**	429.782.005,18	79,82%
2036	429.782.005,18	**33.004.288,39**	416.848.536,42	82,19%
2037	416.848.536,42	**33.982.203,41**	402.333.159,66	84,56%
2038	402.333.159,66	**34.923.711,75**	386.198.406,47	86,93%
2039	386.198.406,47	**34.915.557,18**	369.318.314,87	86,93%
2040	369.318.314,87	**34.889.919,61**	351.675.560,57	86,93%
2041	351.675.560,57	**34.934.857,00**	333.163.952,25	86,93%
2042	333.163.952,25	**34.939.385,15**	313.783.323,67	86,93%
2043	313.783.323,67	**34.950.887,02**	293.486.117,86	86,93%
2044	293.486.117,86	**34.863.702,58**	272.328.216,99	86,93%
2045	272.328.216,99	**34.826.705,97**	250.219.238,75	86,93%
2046	250.219.238,75	**34.840.691,95**	227.063.785,25	86,93%
2047	227.063.785,25	**34.770.251,45**	202.897.412,57	86,93%
2048	202.897.412,57	**34.632.348,36**	177.740.373,38	86,93%
2049	177.740.373,38	**34.659.532,63**	151.381.316,18	86,93%
2050	151.381.316,18	**34.637.177,06**	123.813.646,59	86,93%
2051	123.813.646,59	**34.656.200,59**	94.939.543,30	86,93%
2052	94.939.543,30	**34.698.157,22**	64.675.062,75	86,93%
2053	64.675.062,75	**34.759.604,33**	32.935.783,85	86,93%
2054	32.935.783,85	**34.886.286,54**	0,00	86,93%

A tabela a seguir apresenta a segmentação dos aportes suplementares por Órgão do Município, proporcionalmente à folha salarial dos servidores ativos.

Tabela 24: Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes – por Órgão

ANO	APORTE TOTAL	APORTE PREFEITURA	APORTE CAMARA	APORTE RPPS
2023	**12.301.010,47**	12.038.289,72	159.338,15	103.382,61
2024	**14.986.329,36**	14.666.256,49	194.121,77	125.951,10
2025	**22.830.145,84**	22.342.547,43	295.724,74	191.873,67
2026	**23.818.376,63**	23.309.671,93	308.525,55	200.179,15
2027	**24.770.371,39**	24.241.334,32	320.856,98	208.180,10
2028	**25.688.374,64**	25.139.731,17	332.748,11	215.895,36
2029	**26.529.571,22**	25.962.961,76	343.644,34	222.965,12
2030	**27.438.300,33**	26.852.282,54	355.415,35	230.602,44
2031	**28.408.060,95**	27.801.331,35	367.976,90	238.752,69
2032	**29.343.671,67**	28.716.959,62	380.096,11	246.615,94
2033	**30.191.262,53**	29.546.447,92	391.075,17	253.739,43
2034	**31.145.838,57**	30.480.636,46	403.440,04	261.762,07
2035	**31.984.825,12**	31.301.704,22	414.307,65	268.813,25
2036	**33.004.288,39**	32.299.394,15	427.513,02	277.381,23
2037	**33.982.203,41**	33.256.423,20	440.180,20	285.600,01
2038	**34.923.711,75**	34.177.823,12	452.375,80	293.512,83
2039	**34.915.557,18**	34.169.842,71	452.270,17	293.444,29
2040	**34.889.919,61**	34.144.752,70	451.938,08	293.228,82
2041	**34.934.857,00**	34.188.730,33	452.520,17	293.606,49
2042	**34.939.385,15**	34.193.161,78	452.578,82	293.644,55
2043	**34.950.887,02**	34.204.417,99	452.727,81	293.741,22
2044	**34.863.702,58**	34.119.095,61	451.598,49	293.008,48
2045	**34.826.705,97**	34.082.889,16	451.119,26	292.697,55
2046	**34.840.691,95**	34.096.576,43	451.300,42	292.815,09
2047	**34.770.251,45**	34.027.640,37	450.387,99	292.223,08
2048	**34.632.348,36**	33.892.682,58	448.601,70	291.064,09
2049	**34.659.532,63**	33.919.286,25	448.953,82	291.292,56
2050	**34.637.177,06**	33.897.408,14	448.664,24	291.104,67
2051	**34.656.200,59**	33.916.025,37	448.910,66	291.264,56
2052	**34.698.157,22**	33.957.085,91	449.454,14	291.617,18
2053	**34.759.604,33**	34.017.220,65	450.250,08	292.133,60
2054	**34.886.286,54**	34.141.197,23	451.891,02	293.198,29

Observação: a aplicação de Aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial não impacta a LRF do Ente como Despesa de Pessoal, haja vista que a despesa será empenhada na origem dentro do Grupo 3.3. (Vide Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN).

Cumpre observar, segundo o parágrafo 1º da Portaria MPS nº 746, de 27 de novembro de 2011, para que os Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial não impactem a LRF do Ente Federativo como Despesa de Pessoal, **deverão ser controlados separadamente dos demais recursos e**

permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 anos.

Não obstante, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 no caput do artigo 54:

> "Art. 54. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições, implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à SPREV e ser exigível até 31 de dezembro do exercício seguinte."

E o parágrafo 6º do artigo 55:

> "Art. 55 (...)
>
> § 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54."

Juntamente com o parágrafo 4º do artigo 50:

> "Art. 50(...)
>
> § 4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e dos dirigentes da unidade gestora do RPPS."

Ainda, o parágrafo 2º do artigo 52:

> "Art. 52 (...)
>
> § 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, que serão encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS."

Portanto, o Município deverá analisar a viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido para o período previsto (até 2054).

Ainda, o art. 58 da Portaria MTP nº 1.467/2022 possibilita a implementação de uma segregação de massa, que deverá ser apresentada com base em um novo estudo atuarial, acompanhada de novo estudo de Viabilidade Financeira e Orçamentária.

8. Análise de Sensibilidade

Para um melhor entendimento acerca do impacto que algumas importantes variáveis exercem nos resultados atuariais apresentados, foram realizadas algumas simulações variando a taxa de juros real, variando a taxa de crescimento salarial dos participantes ativos, variando as tábuas de mortalidade para o evento sobrevivência e variando aportes financeiros a serem realizados.

8.1. Impacto da Variação da Folha de Salários

Considerando as variações da folha de salários dos servidores em atividade, a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder sofre os seguintes impactos.

Tabela 25: Impacto da variação da folha salarial na RMBaC

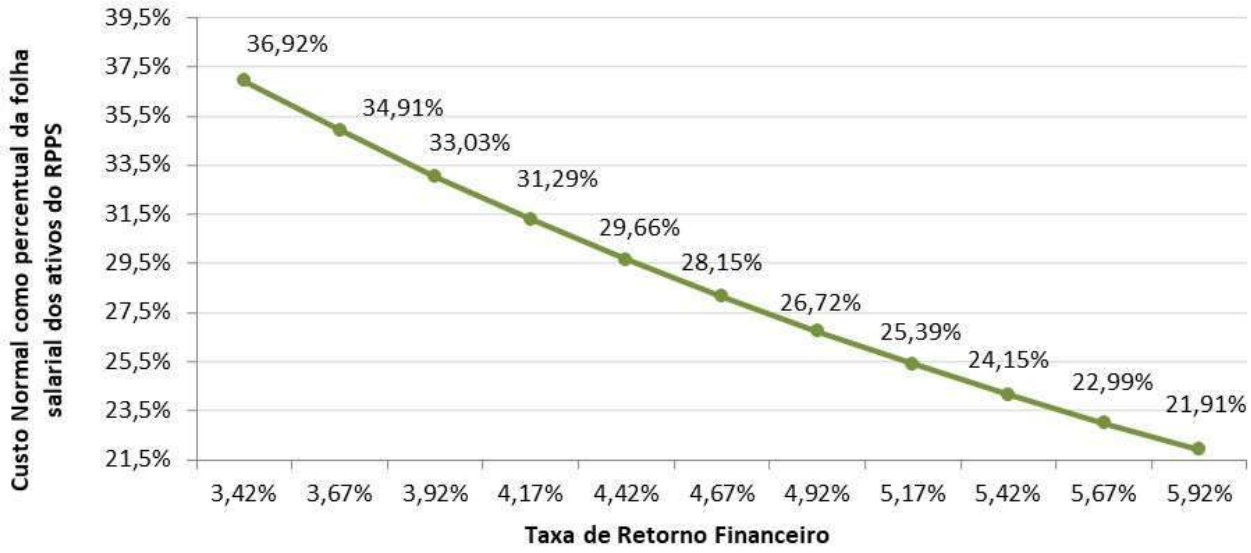
Variação da Folha de Salários	Folha Salarial	RMBaC	Variação RMBaC
-15%	R$ 2.647.056,76	R$ 136.842.482,13	-14,41%
-10%	R$ 2.802.765,98	R$ 144.555.303,12	-9,59%
-5%	R$ 2.958.475,20	R$ 152.241.998,41	-4,78%
0%	**R$ 3.114.184,42**	**R$ 159.887.343,77**	**0,00%**
5%	R$ 3.269.893,64	R$ 167.443.564,08	4,73%
10%	R$ 3.425.602,86	R$ 174.938.530,73	9,41%
15%	R$ 3.581.312,08	R$ 182.325.697,84	14,03%

Conforme observado no quadro anterior, ao variarmos a folha salarial dos servidores ativos, observa-se um impacto na Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC). Aumentando-se a Folha Salarial em 5,00%, por exemplo, a RMBaC sofrerá um aumento na proporção de 4,73%.

8.2. Impacto da Variação da Taxa de Juros Real no Custo Normal

Considerando a taxa de retorno financeiro de 4,67% ao ano (taxa de juros real), foi apurado um Custo Normal para equilíbrio do plano previdenciário de 28,15%. Entretanto, as oscilações positivas e negativas em torno desta taxa de 4,67%, como pode ser observado no gráfico a seguir, provocam variações do custo apurado, elevando-o ou reduzindo-o. Fica evidente, desta forma, a importância de se buscar uma boa rentabilidade para os ativos financeiros da entidade de previdência.

Gráfico 10: Variação do Custo Normal em Função da Taxa de Juros Real



8.3. Impacto da Taxa de Crescimento Salarial no Custo Normal

Considerando a taxa de crescimento salarial de 1,00% ao ano, foi apurado um Custo Normal para equilíbrio do plano previdenciário de 28,15%. Tal qual nas taxas de juros, as oscilações ocorridas em torno da taxa de crescimento salarial de 1,00%, como pode ser observado no gráfico a seguir, provocam variações do custo apurado, elevando-o ou reduzindo-o.

Gráfico 11: Variação do Custo Normal em Função do Crescimento Salarial



Pode-se perceber que uma oscilação positiva em relação ao crescimento real médio dos salários dos servidores públicos, faz com que o custo previdenciário se eleve, ao passo que uma oscilação negativa provocará uma redução do custo previdenciário.

Vale lembrar que o crescimento salarial é fortemente influenciado pelas incorporações (anuênios, triênios, quinquênios, funções, etc.), pelas progressões no quadro funcional e pelos reajustes salariais concedidos aos servidores ativos, isto é, política de recursos humanos peculiar a cada ente da Federação.

8.4. Impacto das Tábuas de Mortalidade no Custo Normal

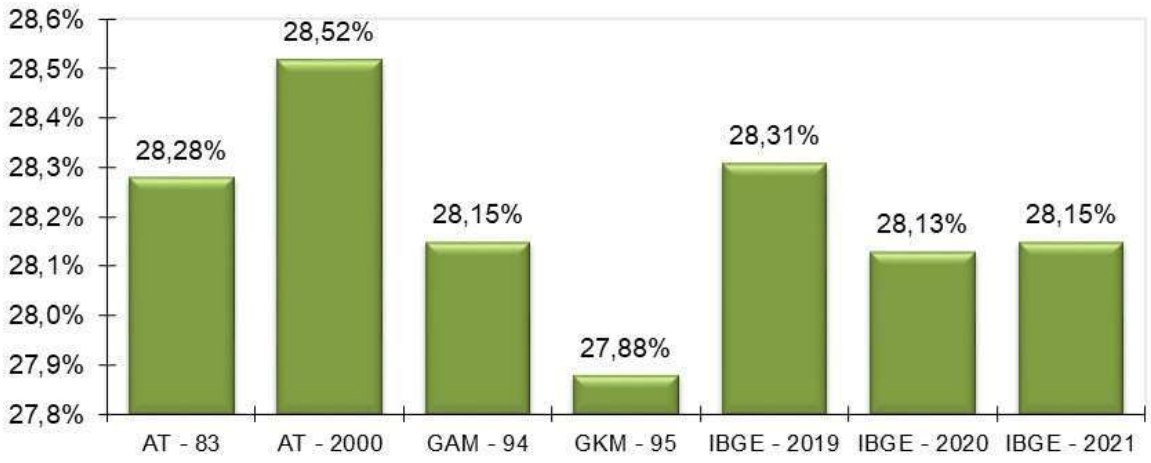
As tábuas de mortalidade são tabelas estatísticas que determinam a probabilidade de um indivíduo falecer por qualquer que seja a causa. É por meio delas que o atuário estima por quanto tempo, em média, um benefício de aposentadoria ou pensão será pago. Quanto maior a expectativa de sobrevida da tábua de mortalidade utilizada, maior será o montante dos encargos previdenciários depositados no sistema, ou seja, maior será o valor da Reserva Matemática. Nesta avaliação atuarial, as Provisões foram calculadas utilizando-se a tábua IBGE - 2021 tanto para o evento sobrevivência quanto para o evento mortalidade.

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, a tábua IBGE - 2021 é utilizada como limite máximo de taxa de mortalidade para o evento sobrevivência e como limite mínimo de taxa de

mortalidade para o evento mortalidade. Desta forma a IBGE - 2021 torna-se a única tábua que pode ser utilizada para ambos os eventos. O gráfico a seguir apresenta a variação no Custo Normal, considerando as seguintes tábuas para o evento Sobrevivência, utilizando a tábua IBGE - 2021 para o evento Morte:

- AT - 83 (*segregada por sexo*);
- AT - 2000 (*segregada por sexo*);
- GAM - 94 (*segregada por sexo*);
- GKM - 95 (*segregada por sexo*);
- IBGE - 2019 (*segregada por sexo*);
- IBGE - 2020 (*segregada por sexo*); e,
- IBGE - 2021 (*segregada por sexo*).

Gráfico 12: Variação do Custo Normal em função da Tábua de Mortalidade selecionada



O ideal é que seja utilizado no cálculo atuarial uma tábua de mortalidade que efetivamente reflita as características demográficas da população em questão, de forma a não superestimar, ou o que é muito pior, subestimar os gastos do sistema. Na ausência de um estudo específico acerca da mortalidade do RPPS em questão, utilizou-se a tábua IBGE - 2021 para o cálculo das Provisões, mas sugere-se que seja feito, o mais rápido possível, um trabalho com o objetivo de aferição do verdadeiro padrão de mortalidade dos participantes deste RPPS. Este estudo tem o objetivo de comparar as probabilidades de morte observadas na população em questão com diversas tábuas de

mortalidade, para que seja escolhida aquela que apresentar menores desvios em relação à mortalidade observada.

8.5. Impacto da Variação da Idade Média Atual

Variações na idade média atual geram impacto **mínimo** no Custo Normal do benefício de aposentadoria, pois o método de financiamento (**Idade de Entrada Normal – IEN**) para apuração deste Custo Previdenciário tem a característica de **minimizar** as variações do Custo Normal ao longo do tempo. Entretanto os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte) variam conforme a idade média, uma vez que o risco de entrada em invalidez e morte aumenta conforme a idade média do grupo cresce.

Por outro lado, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de Provisões de Benefícios a Conceder. Isto porque a reserva financeira garantidora do pagamento dos benefícios previdenciários futuros apurada na idade de aposentadoria é financiada entre a idade de admissão no Município e a idade de aposentadoria, sendo que a RMBaC representa o saldo deste financiamento que deve estar coberto na idade atual.

Tabela 26: Variação de CN e Provisões em Função da Idade Média Atual

Variação da Idade Média Atual	Custo Normal				RMBaC
	Aposentadoria	Invalidez	Pensão	Total	
41	22,46%	2,10%	0,90%	27,46%	R$ 105.584.549,41
42	22,46%	2,25%	0,96%	27,67%	R$ 122.769.100,49
43	22,46%	2,41%	1,02%	27,89%	R$ 140.827.425,54
44	**22,47%**	**2,60%**	**1,08%**	**28,15%**	**R$ 159.887.343,77**
45	22,47%	2,80%	1,14%	28,41%	R$ 179.941.721,20
46	22,48%	2,97%	1,19%	28,64%	R$ 198.166.654,15
47	22,50%	3,15%	1,25%	28,90%	R$ 216.461.125,41

8.6. Impacto da Variação da Idade Média de Aposentadoria

Da mesma forma que há variação da idade média atual, ao se alterar a idade média de aposentadoria elevando-se o tempo futuro de contribuição, a Reserva Matemática se reduz.

Por outro lado, ao se alterar a idade média de aposentadoria, o Custo Normal de Aposentadoria tem forte impacto. Isso porque o Custo Normal é financiado entre a idade média de admissão e a idade média de aposentadoria e, portanto, ao se alterar este parâmetro, tem-se alteração no tempo total de financiamento e consequente impacto nos valores de contribuição ao Plano conforme quadro a seguir. Já o Custo Normal dos benefícios de risco, bem como os auxílios, não sofre variação.

O quadro abaixo revela que variações na idade média de aposentadoria têm forte impacto no Custo Normal e na RMBaC. Desta forma, é de grande importância que o cálculo desta estatística seja consistente, caso contrário, corre-se o risco de se incorrer em significativo erro destas contas.

Tabela 27: Variação de CN e RMBaC em Função da Idade Média de Aposentadoria

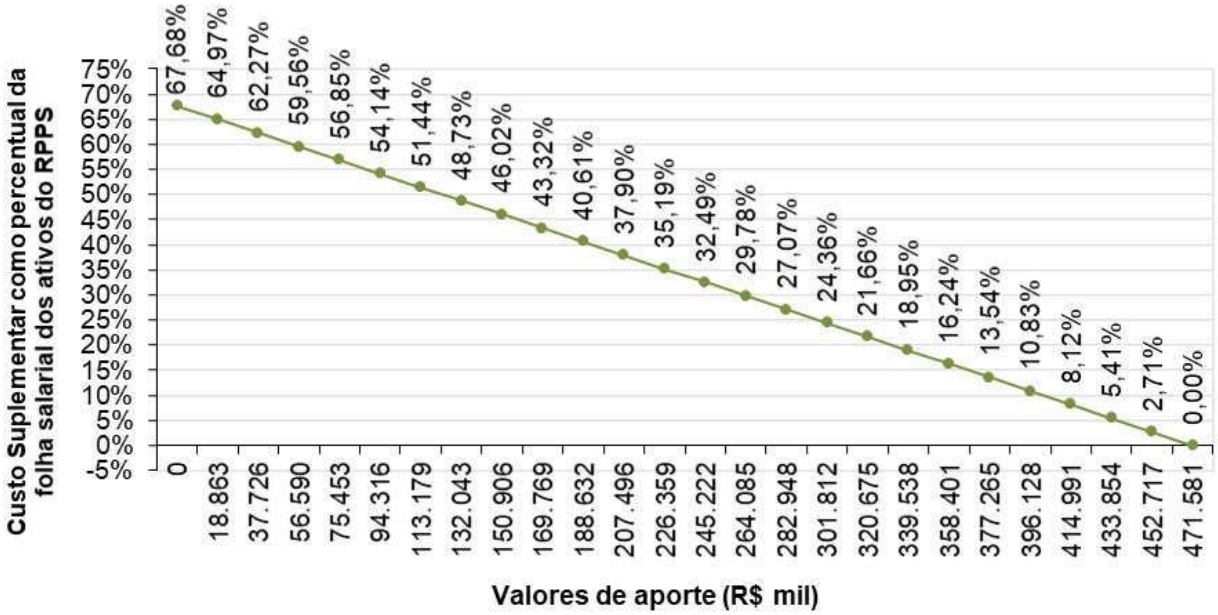
Varia Id Apos.	CN	RMBaC
55	34,68%	R$ 220.464.977,59
56	32,42%	R$ 203.955.797,69
57	30,29%	R$ 184.547.603,69
58	**28,15%**	**R$ 159.887.343,77**
59	26,19%	R$ 136.514.976,62
60	24,39%	R$ 114.375.249,25
61	22,74%	R$ 93.423.296,29

8.7. Impacto de Aportes Financeiros no Custo Suplementar

A análise de sensibilidade sobre o impacto provocado pelo aporte de recursos financeiros ao regime previdenciário é de fundamental importância para a tomada de decisão dos administradores do Plano.

Os aportes poderão ser integralizados por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, desde que avaliado em conformidade com a Lei n° 4.320/64.

Gráfico 13: Variação do Custo Suplementar em Função de Aportes Financeiros



Na análise realizada verificou-se que a cada R$ 18,9 milhões aportados ao Fundo, o Custo Suplementar é reduzido em 2,71 pontos percentuais. Note-se que se for aportado o equivalente ao total do déficit atuarial, R$ 471.580.690,34, este Custo Suplementar deixará de existir, estando as Provisões totalmente integralizadas.

9. Parecer Atuarial

O Regime Próprio de Previdência Social/PR - RPPS-Palmeira, buscando verificar a adequação do atual plano de custeio previdenciário de seu Regime Próprio de Previdência Social, contratou a **Brasilis Consultoria Atuarial** a fim de elaborar a avaliação atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2023.

Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, contemplando as normas vigentes e a Nota Técnica Atuarial do Plano, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2022.

9.1. Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados

A composição da população de servidores de Palmeira demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 69,60% da massa de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma proporção de 1,44 servidores ativos para cada benefício concedido.

Considerando que a massa de servidores ativos tende a uma certa estabilidade, e considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Neste ínterim, torna-se essencial a constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

9.2. Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados

Procedemos à Avaliação Atuarial com o intuito de avaliar as alíquotas de contribuições com base nos dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município de Palmeira, na data base de 31 de dezembro de 2022. Após o processamento das informações, consideramos os dados suficientes para a elaboração da presente Avaliação Atuarial.

A inconsistência referente a alta proporção do Tempo de Serviço Anterior à admissão no Município para o RGPS igual a zero (maior que 20,00%) foi suprida pela premissa de que o servidor entrou no mercado de trabalho aos 25 anos.

9.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios

Para o benefício de aposentadoria voluntária ou compulsória com reversão aos dependentes adotou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de financiamento o Idade de Entrada Normal – IEN. O cálculo do custo é realizado de forma individualizada e seu somatório é dividido pelo valor da folha de salários. Esse procedimento aponta um percentual de contribuição constante ao longo do tempo que deverá ser rateado entre os servidores e o Município.

Para os benefícios de Pensões por Morte e Aposentadoria por Invalidez com reversão aos dependentes, adotou-se o Regime de Capitais de Cobertura.

9.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados

As bases técnicas utilizadas foram eleitas devido às características da massa de participantes e particularidades do Plano:

- ✓ Taxa de Juros Reais: 4,67%;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE - 2021 (segregada por sexo);
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE - 2021 (segregada por sexo);
- ✓ Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE - 2021 (segregada por sexo);
- ✓ Crescimento Salarial: 1,00% a.a.;
- ✓ Rotatividade: 1,00% a.a.;
- ✓ Despesa Administrativa correspondente a 2% calculado do total da remuneração de contribuição dos servidores ativos do Município.

Utilizou-se o fator de capacidade dos benefícios dos assistidos de 100%. O fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes.

Segundo o artigo 35 da Portaria MTP nº 1.467/2022, deverá ser elaborado Relatório de Análise das Hipóteses para comprovação de sua adequação às características da massa de beneficiários do regime, devendo conter os resultados dos estudos técnicos de aderência e de acompanhamento, no mínimo, das seguintes hipóteses: taxa atuarial de juros, crescimento real das remunerações e probabilidades de ocorrência de morte e invalidez.

Ainda, segundo o artigo 18 da Portaria MTP nº 1.467/2022, se identificada a não aderência das hipóteses avaliadas neste relatório, sua alteração deverá ser implementada na avaliação atuarial do exercício seguinte ao de elaboração do referido relatório, ou seja, os resultados apurados em 2022 devem ser aplicados na Avaliação Atuarial 2023.

Diante do exposto e em atendimento à Portaria MTP nº 1.467/2022, utilizou-se nesta Avaliação Atuarial a taxa de juros real de 4,67% ao ano (conforme a duração do passivo do Cálculo Atuarial 2022), taxa de crescimento salarial real mínima de 1,00% ao ano, tábua IBGE - 2021 segregada por sexo (sobrevivência de válidos e inválidos) e tábua ALVARO VINDAS (entrada em invalidez).

A meta atuarial estabelecida para 2022 é de 10,82% (IPCA + 5,04%). A rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios em 2022 foi de 3,00%, sendo a rentabilidade líquida no período de -2,63%, considerando como índice de correção o IPCA. O IPCA acumulado no período de jan. a dez/2022 foi de 5,78%. A meta atuarial 2023 estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS é igual a 4,67%, o máximo permitido pela legislação (conforme o cálculo da duração do passivo).

9.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados

Considerou-se ainda o montante de R$ 38.392.518,85, referente ao Valor Presente da Compensação Previdenciária a Receber.

Para efeito de estimativa da Compensação Previdenciária referente aos Benefícios Concedidos, calculou-se o percentual da folha de aposentados e pensionistas que retorna ao RPPS como Compensação Previdenciária e aplicou-se tal percentual (4,68%) sobre o Valor Presente de Benefícios Futuros dos aposentados e pensionistas. Para a estimativa referente aos Benefícios a Conceder, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores

anteriormente à admissão no Município para o RGPS, sendo esta estimativa de 7,00% sobre o Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022.

9.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios

Os Ativos Garantidores do Plano estão posicionados em 31/12/2022, tendo a seguinte composição:

- Renda Fixa: R$ 26.231.926,76;
- Renda Variável: R$ 10.282.998,48;
- Investimentos no exterior: R$ 1.243.165,97;
- Segmento Imobiliário - Fundos imobiliários: R$ 1.116.750,12;
- Saldo dos Acordos de Parcelamento: R$ 40.207.154,72;
- **TOTAL: R$ 79.081.996,05.**

O valor de renda fixa informado foi de R$ 27.056.356,20, porém, descontamos deste montante o valor referente a reserva administrativa, que segundo os gestores corresponde a R$ 824.429,44.

9.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF)

Confrontando-se o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF do Plano em relação ao exercício anterior, observa-se que o VABF relativo aos benefícios concedidos teve um aumento de 46,24%, motivado pela concessão de benefícios de aposentadoria e pensão, bem como pelo aumento dos benefícios médios.

Já em relação aos benefícios a conceder, observa-se um aumento do VABF de 12,16%, decorrente do aumento do salário médio dos servidores ativos em 26,17%.

Ainda, o Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF apresentou um aumento de 7,20%.

9.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – RMBC, fixadas, com base nas informações individuais dos servidores aposentados e pensionistas, são determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventuais contribuições de aposentados e pensionistas. Assim, as RMBC perfaziam, na data-base da Avaliação Atuarial, o montante de R$ 390.775.342,62.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – RMBaC foram avaliadas em R$ 159.887.343,77, na data de 31 de dezembro de 2022.

Sendo o Ativo Líquido de cobertura das obrigações do passivo atuarial no montante de R$ 38.874.841,33, e o Valor Presente dos Créditos de R$ 40.207.154,72, atestamos que o plano de benefícios previdenciários do RPPS-Palmeira apresentou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R$ 471.580.690,34, que deverá ser financiado em 32 anos, período restante ao plano de equacionamento em vigor. OU prazo máximo estabelecido legalmente.

9.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial

As contribuições normais atualmente vertidas ao RPPS-Palmeira somam 31,36% (14,00% para o servidor e 17,36% para o Município). A avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 28,15% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Conforme definido na Emenda Constitucional nº 103/2019, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS.

Assim, caso se mantenha a alíquota de contribuição dos servidores de forma linear, deverá majorá-la, por meio de lei, para, no mínimo, 14,00%. Portanto, o Custo Normal sugerido é de 31,36% (14,00% para o servidor e 17,36% para o Município – sendo 15,36% de Custo Normal e 2% de taxa de administração. O patamar desta contribuição excedente ao Custo Normal apurado (3,21%) foi destinado à composição do Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF.

Plano de Custeio do Custo Normal sugerido

Discriminação		Alíquota
Contribuição do Município	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	17,36%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	---
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	---
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado*	14,00%
	Pensionista*	14,00%

* A contribuição dos aposentados e pensionistas incide sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.

O Município de Palmeira, através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. Como o montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é inferior às Reservas a Amortizar, **recomenda-se a alteração do mesmo**, conforme a tabela a seguir:

Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)	% DA FOLHA DE SALÁRIOS
2023	471.580.690,34	**12.301.010,47**	481.302.498,11	30,15%
2024	481.302.498,11	**14.986.329,36**	488.792.995,41	36,94%
2025	488.792.995,41	**22.830.145,84**	488.789.482,46	56,12%
2026	488.789.482,46	**23.818.376,63**	487.797.574,66	58,49%
2027	487.797.574,66	**24.770.371,39**	485.807.350,00	60,86%
2028	485.807.350,00	**25.688.374,64**	482.806.178,60	63,23%
2029	482.806.178,60	**26.529.571,22**	478.823.655,93	65,60%
2030	478.823.655,93	**27.438.300,33**	473.746.420,33	67,97%
2031	473.746.420,33	**28.408.060,95**	467.462.317,21	70,34%
2032	467.462.317,21	**29.343.671,67**	459.949.135,76	72,71%
2033	459.949.135,76	**30.191.262,53**	451.237.497,87	75,08%
2034	451.237.497,87	**31.145.838,57**	441.164.450,45	77,45%
2035	441.164.450,45	**31.984.825,12**	429.782.005,18	79,82%
2036	429.782.005,18	**33.004.288,39**	416.848.536,42	82,19%
2037	416.848.536,42	**33.982.203,41**	402.333.159,66	84,56%
2038	402.333.159,66	**34.923.711,75**	386.198.406,47	86,93%
2039	386.198.406,47	**34.915.557,18**	369.318.314,87	86,93%
2040	369.318.314,87	**34.889.919,61**	351.675.560,57	86,93%
2041	351.675.560,57	**34.934.857,00**	333.163.952,25	86,93%

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)	% DA FOLHA DE SALÁRIOS
2042	333.163.952,25	**34.939.385,15**	313.783.323,67	86,93%
2043	313.783.323,67	**34.950.887,02**	293.486.117,86	86,93%
2044	293.486.117,86	**34.863.702,58**	272.328.216,99	86,93%
2045	272.328.216,99	**34.826.705,97**	250.219.238,75	86,93%
2046	250.219.238,75	**34.840.691,95**	227.063.785,25	86,93%
2047	227.063.785,25	**34.770.251,45**	202.897.412,57	86,93%
2048	202.897.412,57	**34.632.348,36**	177.740.373,38	86,93%
2049	177.740.373,38	**34.659.532,63**	151.381.316,18	86,93%
2050	151.381.316,18	**34.637.177,06**	123.813.646,59	86,93%
2051	123.813.646,59	**34.656.200,59**	94.939.543,30	86,93%
2052	94.939.543,30	**34.698.157,22**	64.675.062,75	86,93%
2053	64.675.062,75	**34.759.604,33**	32.935.783,85	86,93%
2054	32.935.783,85	**34.886.286,54**	0,00	86,93%

A tabela a seguir apresenta a segmentação dos aportes suplementares por Órgão do Município, proporcionalmente à folha salarial dos servidores ativos.

Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aportes crescentes – por Órgão

ANO	APORTE TOTAL	APORTE PREFEITURA	APORTE CAMARA	APORTE RPPS
2023	**12.301.010,47**	12.038.289,72	159.338,15	103.382,61
2024	**14.986.329,36**	14.666.256,49	194.121,77	125.951,10
2025	**22.830.145,84**	22.342.547,43	295.724,74	191.873,67
2026	**23.818.376,63**	23.309.671,93	308.525,55	200.179,15
2027	**24.770.371,39**	24.241.334,32	320.856,98	208.180,10
2028	**25.688.374,64**	25.139.731,17	332.748,11	215.895,36
2029	**26.529.571,22**	25.962.961,76	343.644,34	222.965,12
2030	**27.438.300,33**	26.852.282,54	355.415,35	230.602,44
2031	**28.408.060,95**	27.801.331,35	367.976,90	238.752,69
2032	**29.343.671,67**	28.716.959,62	380.096,11	246.615,94
2033	**30.191.262,53**	29.546.447,92	391.075,17	253.739,43
2034	**31.145.838,57**	30.480.636,46	403.440,04	261.762,07
2035	**31.984.825,12**	31.301.704,22	414.307,65	268.813,25
2036	**33.004.288,39**	32.299.394,15	427.513,02	277.381,23
2037	**33.982.203,41**	33.256.423,20	440.180,20	285.600,01
2038	**34.923.711,75**	34.177.823,12	452.375,80	293.512,83
2039	**34.915.557,18**	34.169.842,71	452.270,17	293.444,29
2040	**34.889.919,61**	34.144.752,70	451.938,08	293.228,82
2041	**34.934.857,00**	34.188.730,33	452.520,17	293.606,49
2042	**34.939.385,15**	34.193.161,78	452.578,82	293.644,55
2043	**34.950.887,02**	34.204.417,99	452.727,81	293.741,22
2044	**34.863.702,58**	34.119.095,61	451.598,49	293.008,48
2045	**34.826.705,97**	34.082.889,16	451.119,26	292.697,55
2046	**34.840.691,95**	34.096.576,43	451.300,42	292.815,09
2047	**34.770.251,45**	34.027.640,37	450.387,99	292.223,08

ANO	APORTE TOTAL	APORTE PREFEITURA	APORTE CAMARA	APORTE RPPS
2048	**34.632.348,36**	33.892.682,58	448.601,70	291.064,09
2049	**34.659.532,63**	33.919.286,25	448.953,82	291.292,56
2050	**34.637.177,06**	33.897.408,14	448.664,24	291.104,67
2051	**34.656.200,59**	33.916.025,37	448.910,66	291.264,56
2052	**34.698.157,22**	33.957.085,91	449.454,14	291.617,18
2053	**34.759.604,33**	34.017.220,65	450.250,08	292.133,60
2054	**34.886.286,54**	34.141.197,23	451.891,02	293.198,29

Observação: a aplicação de Aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial não impacta a LRF do Ente como Despesa de Pessoal, haja vista que a despesa será empenhada na origem dentro do Grupo 3.3. (Vide Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN).

Cumpre observar, segundo o parágrafo 1º da Portaria MPS nº 746, de 27 de novembro de 2011, para que os Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial não impactem a LRF do Ente Federativo como Despesa de Pessoal, **deverão ser controlados separadamente dos demais recursos e permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 anos**.

Não obstante, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 no caput do artigo 54:

> "Art. 54. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições, implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à SPREV e ser exigível até 31 de dezembro do exercício seguinte."

E o parágrafo 6º do artigo 55:

> "Art. 55 (...)
>
> § 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54."

Juntamente com o parágrafo 4º do artigo 50:

> "Art. 50(...)
>
> § 4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e dos dirigentes da unidade gestora do RPPS."

Ainda, o parágrafo 2º do artigo 52:

> "Art. 52 (...)
>
> § 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, que serão encaminhadas aos

órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS."

Portanto, o Município deverá analisar a viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido para o período previsto (até 2054).

Ainda, o art. 58 da Portaria MTP nº 1.467/2022 possibilita a implementação de uma segregação de massa, que deverá ser apresentada com base em um novo estudo atuarial, acompanhada de novo estudo de Viabilidade Financeira e Orçamentária.

9.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas Avaliações Atuariais

Em relação às alterações da Avaliação Atuarial realizada em 2022 para esta Reavaliação Atuarial de 2023, houve um aumento de 0,21 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria Programada, devido à mudança da tábua de mortalidade, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.

Houve aumento de 0,82 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria por Invalidez, devido ao aumento da idade média dos servidores ativos em 0,56 anos.

O Custo da Pensão por Morte apresentou redução de 0,79 pontos percentuais, devido à mudança da tábua de mortalidade, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.

A Reserva Matemática de Benefícios a Conceder apresentou um aumento de 14,89%, decorrente do crescimento natural desta conta, impactado pelo aumento do salário médio dos participantes ativos em 26,17%.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos apresentou um aumento de 44,67%, consequência do aumento do quantitativo de aposentados e pensionistas e do aumento dos seus benefícios médios em, respectivamente, 34,24% e 14,43%.

Ainda, as alterações nas premissas e metodologias, estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, também afetam a estrutura do cálculo, podendo provocar oscilações no Custo Normal e Provisões Matemáticas deste exercício, quais sejam:

- Redução da taxa de juros (conforme taxa de juros parâmetro); e,
- Atualização da tábua, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.

9.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios

Os riscos atuariais aos quais o Plano de Benefícios está submetido decorrem principalmente da inadequação das hipóteses e premissas atuariais, as quais apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios, sendo que para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras.

Contudo, cabe ressaltar que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados estão em acordo com as práticas atuariais aceitas, bem como em consonância com a legislação em vigor que parametriza às Avaliações e Reavaliações Atuariais dos RPPS.

Ademais, reafirmamos, de modo especial, a importância da regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente ou Segurados deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros, a partir da data em que foram devidas. Isto decorre do fato de que sendo as contribuições partes integrantes do plano de custeio, a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação às Provisões Técnicas, além de inviabilizar o RPPS em médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível. Ressaltamos que as contribuições referentes aos servidores ativos deverão ser repassadas integralmente, conforme determina a legislação vigente e pertinente.

9.12. Considerações Finais

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social/PR - RPPS-Palmeira, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial, sendo necessário a alteração do plano vigente de equacionamento para a amortização do Déficit Técnico. Entretanto, recomenda-se a manutenção do Custo Normal praticado.

No caso da aplicação deste modelo, o plano de custeio deverá ter a seguinte configuração:

- **Contribuições mensais dos servidores ativos: 14,00%**, incidentes sobre a remuneração de contribuição;
- **Contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 14,00%** incidentes sobre a parcela dos proventos que exceder o teto de benefício do RGPS;
- **Contribuições mensais da patronal de 17,36%** sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de **Custo Normal**; já inclusas **Contribuições mensais da patronal de 2,00%** sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de **Taxa de Administração**; e,
    - **Aportes mensais da patronal de R$ 1.025.084,21**, no ano de 2023, a título de **Aporte Suplementar**.

Para tanto, é necessário primeiramente adequar à legislação municipal referente a:

- **Custo Suplementar** conforme Tabela 23 deste relatório.

Ainda, recomendamos a contínua manutenção da legislação municipal quanto às alterações técnicas estabelecidas e/ou permitidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, no que couber. Destacamos:

- **A necessidade de contínua atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios, bem como dos seus dependentes;**

- **A elaboração de estudos complementares necessários à boa prática atuarial que afetem as premissas e hipóteses previstas neste estudo e, consequentemente, o equilíbrio atuarial do plano.**

Este é o nosso parecer.

Thiago Costa Fernandes
Diretor Técnico
MIBA 100.002

Vanessa Pinheiro Diniz
Atuária
MIBA 1.562

10. Referências Bibliográficas

- **AITKEN, William H. (1996)** "*A Problem-Solving Approach to Pension Funding and Valuation" Second Edition*
- **BOOTH, Philip, CHADBURN, Robert, HABERMAN, Steven, JAMES, Dewi, KHORASANEE, Zaki, PLUMB, Robert H. and RICKAYZEN, Ben (2005)** "*Modern Actuarial Theory and Practice*" *Second Edition* – Chapman & Hall / CRC.
- **BOWERS, Newton L., GERBER, Hans U., HICKMAN, James C., SONES, Donald A. and NESBIT, Cecil J. (1986)** "*Actuarial Mathematics*", First Edition, published by SOA – Society of Actuaries, 1986**.**
- **FERREIRA, Weber J. (1985**) "Coleção introdução à Ciência Atuarial", Rio de Janeiro, IRB, 1985, 4v.
- **IYER, Subramaniam (1999)** "*Actuarial Mathematics of Social Security* Pensions" - *International Labour Office (December 1, 1999).*
- **SCOTT, Elaine A. (1989)** "*Simple Defined Benefit Plans: Methods of Actuarial Funding*"
- **WINKLEVOSS, Howard E. (1993)** "Pension mathematics *with numerial illustrations" Second edition. Pension Research Concil of the Wharton School of the University of Pennsylvania*.

ANEXO A – Glossário de Termos Técnicos Atuariais e Siglas

Abono anual - prestação pecuniária anual, de pagamento único, correspondente a 1/12 (um doze avos) do total das aposentadorias e pensões pagas pelo RPPS durante o ano. É o 13º salário, também chamado de gratificação natalina.

Acidente Pessoal - é o evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física, que por si só e independente de toda e qualquer causa tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do servidor.

Anuidade - série de pagamentos ou recebimentos sucessivos, de valor geralmente constante, efetuado no começo do período (antecipada) ou no fim de cada período (postecipada). Quando a série de pagamentos é anual denomina-se especificamente de anuidade.

Aportes – Aplicações feitas ao plano objetivando diminuir o prazo de contribuição sem diminuir o benefício estimado.

Aposentadoria Normal - aposentadoria gerada por eventos que não invalidez. Por convenção, chama-se de aposentadoria normal voluntária por idade e/ou por tempo de contribuição e a aposentadoria compulsória.

Assistidos - são todas as pessoas que recebem benefícios previdenciários de prestação continuada. No caso dos RPPS são assistidos os servidores aposentados, os pensionistas dos servidores aposentados e os pensionistas dos servidores ativos, definidos nos termos da legislação vigente.

Atuária – É a ciência que utiliza as técnicas específicas de análise de riscos e expectativas para a elaboração de planos de previdência e seguros em geral, por meio de conhecimentos de economia, estatística e matemática financeira. É usada para garantir que os riscos sejam cuidadosamente avaliados, que os prêmios sejam estabelecidos adequadamente e para que se faça a adequada provisão para os pagamentos futuros.

Atuário - técnico especializado em matemática superior que atua no mercado econômico-financeiro, promovendo pesquisas e estabelecendo planos e políticas de investimentos e amortizações e, em seguro privado e social, calculando probabilidades de eventos, avaliando riscos e fixando prêmios, indenizações, benefícios e Provisões matemáticas[9].

Avaliação Atuarial - estudo realizado anualmente pelo atuário, considerando o levantamento de dados estatísticos e biométricos da população em risco, as bases técnicas atuariais e o plano de benefícios oferecido. Em função dessas 3 bases o atuário avalia o valor dos compromissos e mensura os recursos necessários à garantia da solvência e equilíbrio do sistema.

Base de cálculo - limite preestabelecido de uma grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica a alíquota para obter o valor que será pago ou recebido, sendo o limite desta, preestabelecido[10].

Bases Técnicas - são as hipóteses ou premissas demográficas, biométricas, financeiras e econômicas, utilizados pelo Atuário no bojo da avaliação atuarial e verossímeis às características e especificidades do conjunto de indivíduos expostos ao risco e ao plano (regulamento) de benefícios considerado.

Beneficiário - é a pessoa física indicada pelo segurado para receber o pagamento do benefício garantido no plano, em decorrência do seu falecimento e segundo à legislação vigente.

Benefício - valor pecuniário pago sob a forma de renda ou pecúlio ao participante do plano ou ao seu(s) pensionista(s).

[9] Definição de atuário constante no art1º do Decreto n° 66.408, de 3 de abril de 1970 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Atuário, de acordo com o Decreto-lei n° 806, de 4 de setembro de 1969.

[10] Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Social – Estudos – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

Benefício de Prestação Continuada - benefício de caráter previdenciário pago periodicamente, sob a forma de renda mensal ou anuidade, até a morte do participante ou de seu beneficiário.

Benefício de Risco - benefícios decorrentes dos eventos não previsíveis como a morte ou a invalidez. São benefícios de risco: a Pensão por Morte de servidor ativo e a Aposentadoria por Invalidez.

Benefício Programado: benefícios decorrentes dos ditos eventos programados, ou seja, eventos em que a data de início é previsível e pode ser previamente calculada. São benefícios programados: a Aposentadoria Normal e sua reversão em pensão.

Carência - tempo mínimo de contribuição ao RPPS definido nos termos da legislação vigente, para que o indivíduo se torne elegível de receber o benefício previdenciário.

Carteira de Investimentos - conjunto de ativos patrimoniais, ativos financeiros e bens, ligados aos segmentos de imóveis, renda fixa e renda variável, conforme legislação vigente.

Contribuições - são os recolhimentos previstos nos planos de custeio dos RPPS para os Patrocinadores e para os participantes, com o objetivo de garantir o pagamento de todos os compromissos e obrigações a ele atribuídos por força dos planos de benefícios vigentes.

Composição Familiar - conjunto de beneficiários considerados na apuração das obrigações decorrentes da morte ou reclusão do servidor.

Comprev – É a sigla do Sistema Informatizado de Compensação Previdenciária, que tem como objetivo operacionalizar toda a compensação previdenciária entre o RGPS e o RPPS. Esse mecanismo permite preservar em um Regime de Previdência, pelo seu caráter contributivo, a responsabilidade pelo pagamento de um benefício previdenciário: frente às contribuições efetuadas; frente a outros Regimes; frente às mudanças da relação de trabalho[11].

Crescimento Real do Salário ou do Benefício - representa o acréscimo médio anual que será incorporado, ao longo do tempo, aos salários dos servidores ativos ou benefícios dos assistidos do RPPS. Esse crescimento não considera a inflação.

CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária. É um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo regime próprio de previdência social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados[12].

Custo Normal - corresponde ao somatório das parcelas necessárias para a formação das Provisões para o pagamento dos benefícios de risco e das Provisões para o pagamento dos benefícios programados. Em um plano equilibrado, o Custo Normal é aquele que será suficiente cobrar de patrocinadores e participantes para a composição das Provisões Matemáticas necessárias ao pagamento dos benefícios.

Custo Suplementar - corresponde ao financiamento, em um prazo determinado, da diferença entre o patrimônio constituído pelo plano previdenciário e o somatório das Provisões necessárias para arcar com o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão de cada servidor e/ou dependente. Quando é realizado o cálculo atuarial e encontra-se que as

[11] Definição dada pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM (www.abipem.org.br).

[12] Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Social – Estudos – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

Provisões Matemáticas não estão completamente integralizadas, ou seja, existe o déficit técnico ou passivo atuarial, necessita-se inserir um Custo Suplementar no sistema para que o mesmo venha a equilibrar-se no tempo.

Custo Total - corresponde à soma do Custo Normal com o Custo Suplementar do sistema.

Déficit Técnico – (ver Passivo Atuarial).

Dependentes - são os beneficiários dos servidores ativos ou aposentados, definidos nos termos da lei.

Diferimento - período de espera para início dos pagamentos ou recebimentos.

DRAA - Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial. É um documento preparado pelo atuário que contém informações relativas às avaliações atuariais do plano previdenciário[13].

Elegível - servidor ou dependente que reúne as condições ou pré-requisitos necessários ao recebimento do benefício previdenciário.

Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) - acontece quando o patrimônio constituído pelo Sistema Previdenciário equivale à soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, ou seja, o sistema possui os recursos acumulados necessários à garantia do cumprimento de suas obrigações.

Evento Gerador - é a ocorrência da morte ou invalidez do participante durante o período de cobertura ou sua sobrevivência até o cumprimento de todas as elegibilidades necessárias para sua aposentadoria.

Fator de Capacidade - calculado em função do nível esperado de inflação de longo prazo e da frequência de reajustes no período, a fim de refletir os ganhos financeiros pela perda do poder aquisitivo em termos reais.

Geração Atual - conjunto dos servidores e assistidos do RPPS considerados na avaliação atuarial.

Geração Futura - conjunto projetado dos servidos que deverão entrar para o RPPS nos exercícios seguintes aos da avaliação atuarial.

Hipóteses Atuariais – (ver Premissas Atuariais).

Invalidez Total e Permanente - é a moléstia do participante que gera definitiva impossibilidade para qualquer trabalho, remunerado ou não, a partir de informação médica idônea sobre a impossibilidade de recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis.

Liquidez - existência, em dado momento, de ativos realizáveis capazes de fazer face aos compromissos do plano de benefícios no curto prazo.

Método de Financiamento - metodologia adotada pelo atuário para garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo sistema, face às características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas dos participantes.

Mínimo Atuarial - parâmetro mínimo desejado para o retorno dos investimentos no segmento de em renda fixa, renda variável e imóveis. O Mínimo Atuarial é normalmente fixado como sendo a taxa real de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com um indexador inflacionário, por exemplo, INPC/IBGE ou IGPM/FGV.

Nota Técnica Atuarial - documento elaborado pelo atuário contendo a formulação matemática utilizada nos cálculos e considerando as premissas atuariais, os regimes financeiros, os métodos de financiamento, bem como a descrição e o equacionamento técnico dos benefícios e garantias do plano de benefícios.

Novos Entrados - os novos entrados são os participantes fictícios que são repostos na base de dados dos servidores ativos, sempre que esses servidores se aposentam. Neste trabalho, considera-se que sempre que um servidor se aposenta,

[13] Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - www.fenae.org.br.

entra um novo servidor ativo no cálculo, com as mesmas características, quando de sua admissão, daquele que se aposentou.

Parecer Atuarial - documento elaborado pelo atuário considerando todos os fatores relevantes para os resultados da avaliação atuarial devendo constar o custo do plano avaliado, sua expectativa de evolução futura e as causas de superávit/déficit com indicação de possíveis soluções para equacionamento ou destinação e ocasionais mudanças de hipóteses ou métodos atuariais e suas justificativas[14].

Participante - no caso do RPPS, são todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados por lei ao sistema previdenciário em questão.

Passivo Atuarial - acontece quando o patrimônio constituído pelo Regime Previdenciário é inferior ao montante das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder. Neste caso o sistema possui menos recursos acumulados do que os necessários para a garantia do cumprimento das obrigações. Também é chamado de Déficit Técnico ou Reserva Matemática à Amortizar.

Patrocinador - no caso dos RPPS é o ente governamental, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias e fundações. Neste caso o governo contribui, em parceria com o servidor, na formação do recurso necessário para sustentar a sua aposentadoria e/ou a pensão de seus dependentes, quando do seu falecimento.

Pensão - Benefício pago mensalmente pelo RPPS ao(s) pensionista(s) do servidor.

Pensionista - dependente que recebe benefícios de renda continuada, em decorrência do falecimento do servidor ativo ou aposentado.

Plano de Benefícios - conjunto dos benefícios previdenciários a que têm direito os participantes do Regime Previdenciário, nos termos da legislação vigente. Fazem parte do plano de benefícios dos servidores públicos: Aposentadoria Normal, Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Salário Família, Salário Maternidade, Auxílio Doença e Auxílio Reclusão.

Plano de Benefício Definido (Plano BD) - é aquele em que o valor do benefício é conhecido quando da adesão ao plano (no caso dos servidores públicos o último salário) e a contribuição necessária para se garantir o pagamento desse benefício é desconhecida e será definida no cálculo atuarial. Um plano BD possui como principais características: é um plano mutualista, o valor do benefício é conhecido, mas o valor da contribuição é uma incógnita, a conta do plano é uma conta coletiva, o benefício independe das variações nas Provisões geradas e os lucros ou prejuízos que porventura possam ocorrer são riscos coletivos.

Plano de contas- Relação sistemática das contas utilizadas por uma entidade, onde estão delineadas as diretrizes técnicas para o registro dos seus atos e fatos[15].

Plano de Contribuição Definida (Plano CD) - é aquele em que a contribuição é previamente determinada e o benefício alcançado será função do montante gerado por essa contribuição investida e capitalizada. Um plano CD possui como principais características: é um plano individualista, o valor da contribuição é conhecido, mas o valor do benefício é uma incógnita, cada participante possui uma conta individual, o benefício é função das Provisões geradas e os lucros ou prejuízos que porventura possam ocorrer são riscos assumidos individualmente.

[14] Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - www.fenae.org.br.

[15] Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Social – Estudos – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

Plano de Custeio - determina o nível das contribuições dos Patrocinadores, participantes e dos assistidos, necessários à manutenção do EFA.

Premissas Atuariais - são os parâmetros adotados pelo atuário e utilizados no cálculo atuarial anual, em concordância com os gestores do Regime Previdenciário. Essas premissas baseiam-se na legislação vigente e consideram as características biométricas da massa de participantes, os objetivos pretendidos e os benefícios previdenciários oferecidos. São premissas atuariais: Regimes Financeiros, Métodos de Financiamento, Taxas de Juros, Tábuas de Mortalidade, Tábuas de Sobrevivência, Tábuas de Entrada em Invalidez, Tábuas de Mortalidade de Inválidos, Tábuas de Rotatividade, Composição do Grupo Familiar, Taxas de Crescimento de Salários, Taxas de Crescimento de Benefícios, dentre outras.

Reavaliação atuarial - atualização da Avaliação Atuarial**.**

Recursos Garantidores - equivalente ao patrimônio de cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano.

Regime Financeiro de Capitalização (*Full Funding*) - Regime Financeiro em que as contribuições previdenciárias são determinadas de modo a gerar receitas que serão capitalizadas durante a vida laborativa do participante do Regime Previdenciário. Essa capitalização das contribuições deverá produzir montantes equivalentes aos valores atuais dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e seus beneficiários indicados. No Regime Financeiro de Capitalização existe a composição total de Provisões para os eventos gerados no passado, no presente e no futuro.

Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (*Terminal Funding*) - Regime Financeiro em que as contribuições previdenciárias pagas por todos os participantes do Regime Previdenciário, em um determinado período, deverão ser suficientes para gerar receitas que serão capitalizadas e formarão uma reserva que será capaz de arcar com benefícios decorrentes dos eventos ocorridos nesse mesmo período. No Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura existe a composição parcial de Provisões, ou seja, a reserva será composta apenas para os benefícios gerados naquele período.

Regime Financeiro de Repartição Simples (*Pay as You Go*) - Regime Financeiro em que as contribuições previdenciárias pagas por todos os participantes do Regime Previdenciário, em um determinado período, deverão ser suficientes para pagar todos os benefícios decorrentes dos eventos ocorridos nesse mesmo período. No Regime Financeiro de Repartição Simples não existe a composição de Provisões, ou seja, tudo o que é arrecadado no período é também gasto.

Reserva Matemática - valor calculado atuarialmente que quantifica a necessidade do recurso financeiro necessário ao pagamento dos benefícios previstos no Plano.

Reserva Matemática à Amortizar - corresponde ao valor necessário para a amortização do déficit técnico atuarial**.**

Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) - é o recurso financeiro necessário à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários aos assistidos do plano, ou seja, àqueles que já estão recebendo suas aposentadorias e pensões. No método chamado de Prospectivo equivale à diferença entre o valor atual do fluxo de benefícios a ser pago ao participante já aposentado e/ou seu pensionista e o valor atual do fluxo de contribuições a ser realizado pelos mesmos.

Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC) - é o recurso financeiro necessário à garantia do pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores ativos do plano quando os mesmos estiverem aposentados e aos seus beneficiários quando de seu falecimento. No método chamado de Prospectivo equivale à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Regime Previdenciário para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras vertidas pelo mesmo participante quando ativo, quando aposentado, e depois de seu falecimento por seus pensionistas.

Regulamento do Plano de Benefícios - documento em que consta o conjunto de direitos e obrigações que regem as relações entre os participantes ativos, assistidos e patrocinadores.

Reversão em Pensão - transformação do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do servidor aposentado, em decorrência do seu falecimento, segundo as normas legais.

Risco Iminente - acontece quando o servidor ativo já completou todas as elegibilidades necessárias à concessão do seu benefício de aposentadoria programada, mas ainda não requereu o mesmo.

Rotatividade - hipótese adotada pelo Atuário que indica o nível de desligamento obtido por experiência.

Serviço Passado - tempo serviço privado anterior à admissão do servidor no governo federal, estadual ou municipal.

Solvência - acontece quando os ativos realizáveis são capazes de fazer face aos compromissos do plano de benefícios não apenas no curto prazo, mas também no médio e longo prazos. Nesta situação o plano é considerado equilibrado sob os aspectos atuariais.

Superávit Técnico - acontece quando o patrimônio constituído pelo Regime Previdenciário é superior à soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder. Neste caso o sistema possui os recursos acumulados superiores ao necessário para garantir o cumprimento de suas obrigações.

Tábua Biométrica - tabela ordenada por idade com as respectivas probabilidades de morte por qualquer que seja a causa, de morbidez, de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos, resultante da observação das ocorrências em grupos populacionais específicos.

Taxa de administração - Limite de gastos permitido pela legislação previdenciária para cobrir despesas com a manutenção das atividades administrativas dos RPPS[16].

Taxa de Juros - taxa utilizada para desconto atuarial no cálculo dos valores atuais ou presentes.

Taxa de Retorno dos Investimentos - taxa de retorno esperada de ser obtida pelo investimento do patrimônio do plano.

Teto do INSS - valor máximo do benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

***Turnover* -** o mesmo que rotatividade.

Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) - representa em valores atuais, quanto vale o fluxo futuro de benefícios previdenciários a serem pagos aos participantes ativos, aposentados e pensionistas.

Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) - representa em valores atuais, quanto vale o fluxo futuro de contribuições previdenciárias a serem pagas pelos participantes ativos, aposentados e pensionistas.

SIGLAS

CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária

DRAA - Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MPS - Ministério da Previdência Social

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

[16] Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Social – Estudos – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

ANEXO B – Relatório Estatístico

a) RESUMO ESTATÍSTICO DOS ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Tabela 28: Ativos

Discriminação	Valores
Quantitativo	704
Idade média atual	44
Idade média de admissão no serviço público	30
Idade média de aposentadoria projetada	58
Salário médio	R$ 4.423,56
Salário médio dos servidores ativos do sexo masculino	R$ 4.035,56
Salário médio dos servidores ativos do sexo feminino	R$ 4.568,02
Total da folha de salários mensal	**R$ 3.114.184,42**

Tabela 29: Aposentados

Discriminação	Valores
Quantitativo	422
Idade média atual	62
Benefício médio	R$ 5.033,49
Total da folha de benefícios mensal	**R$ 2.124.130,82**

Tabela 30: Pensionistas

Discriminação	Valores
Quantitativo	68
Idade média atual	65
Benefício médio	R$ 2.260,90
Total da folha de benefícios mensal	**R$ 153.741,35**

Tabela 31: Total de participantes

Discriminação	Valores
Quantitativo	1.194
Total da folha de salários e benefícios mensal	R$ 5.392.056,59

Gráfico 14: Pirâmide Populacional dos Servidores Ativos

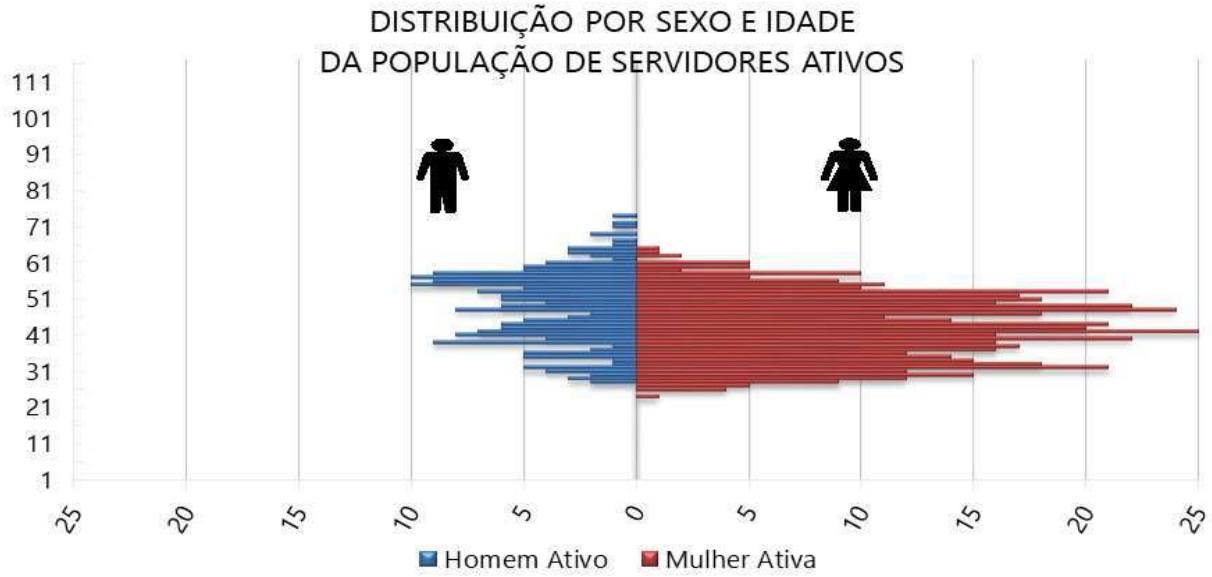


Tabela 32: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

Intervalo - Anos	Quantitativo	Frequência	Frequência acumulada
Até 25	5	0,71%	0,71%
26 a 30	64	9,09%	9,80%
31 a 35	97	13,78%	23,58%
36 a 40	111	15,77%	39,35%
41 a 45	118	16,76%	56,11%
46 a 50	124	17,61%	73,72%
51 a 55	105	14,91%	88,64%
56 a 60	60	8,52%	97,16%
61 a 65	14	1,99%	99,15%
66 a 70	4	0,57%	99,72%
71 a 75	2	0,28%	100,00%
Acima de 75	0	0,00%	100,00%
Total	**704**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 15: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

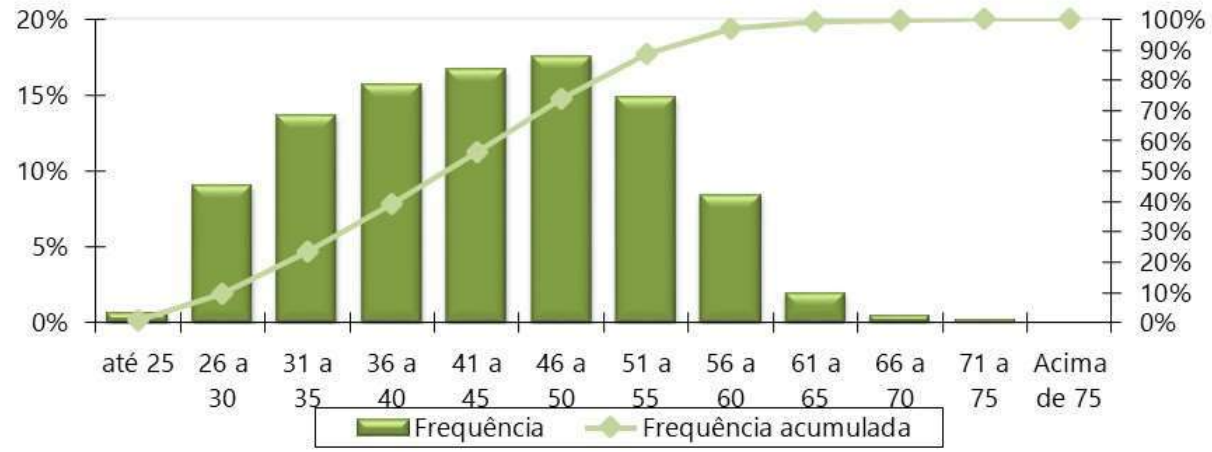


Tabela 33: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

Intervalo - Anos	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
Até 25	237	33,66%	33,66%
26 a 30	160	22,73%	56,39%
31 a 35	154	21,88%	78,27%
36 a 40	83	11,79%	90,06%
41 a 45	40	5,68%	95,74%
46 a 50	22	3,13%	98,86%
51 a 55	7	0,99%	99,86%
56 a 60	1	0,14%	100,00%
61 a 65	0	0,00%	100,00%
66 a 70	0	0,00%	100,00%
71 a 75	0	0,00%	100,00%
Acima de 75	0	0,00%	100,00%
Total	**704**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 16: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

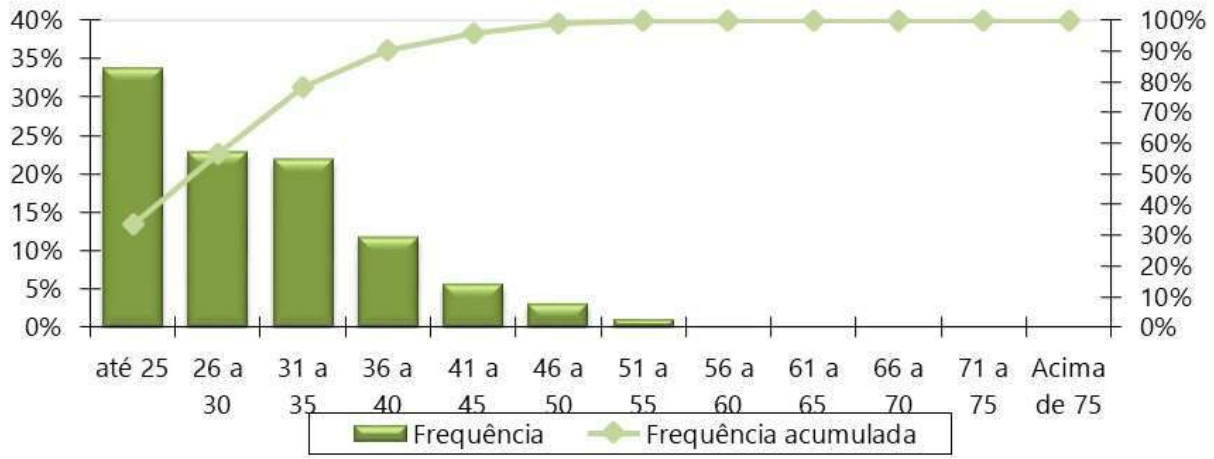
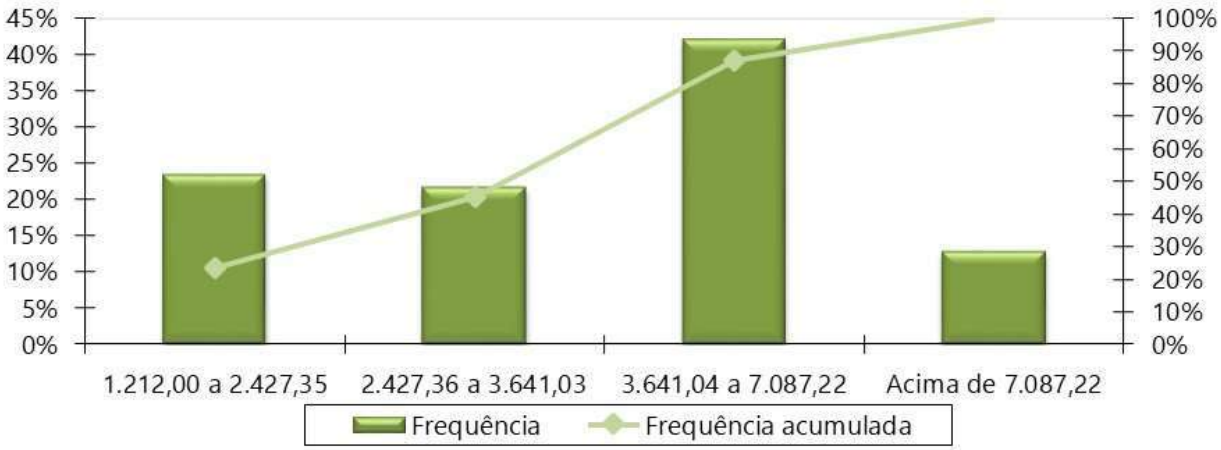


Tabela 34: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial

Intervalo - R$	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
1.212,00 a 2.427,35	165	23,44%	23,44%
2.427,36 a 3.641,03	152	21,59%	45,03%
3.641,04 a 7.087,22	296	42,05%	87,07%
acima de 7.087,22	91	12,93%	100,00%
Total	**704**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 17: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial



Obs. A tabela e o gráfico de distribuição dos salários estão apresentados segundo as atuais faixas de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social.

Tabela 35: Distribuição dos Servidores Ativos por Tempo de Serviço

Intervalo - Anos	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
0 a 5	146	20,74%	20,74%
6 a 10	223	31,68%	52,41%
11 a 15	91	12,93%	65,34%
16 a 20	83	11,79%	77,13%
21 a 25	91	12,93%	90,06%
26 a 30	48	6,82%	96,88%
31 a 35	18	2,56%	99,43%
Acima de 35	4	0,57%	100,00%
Total	**704**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 18: Distribuição dos Servidores Ativos por Tempo de Serviço

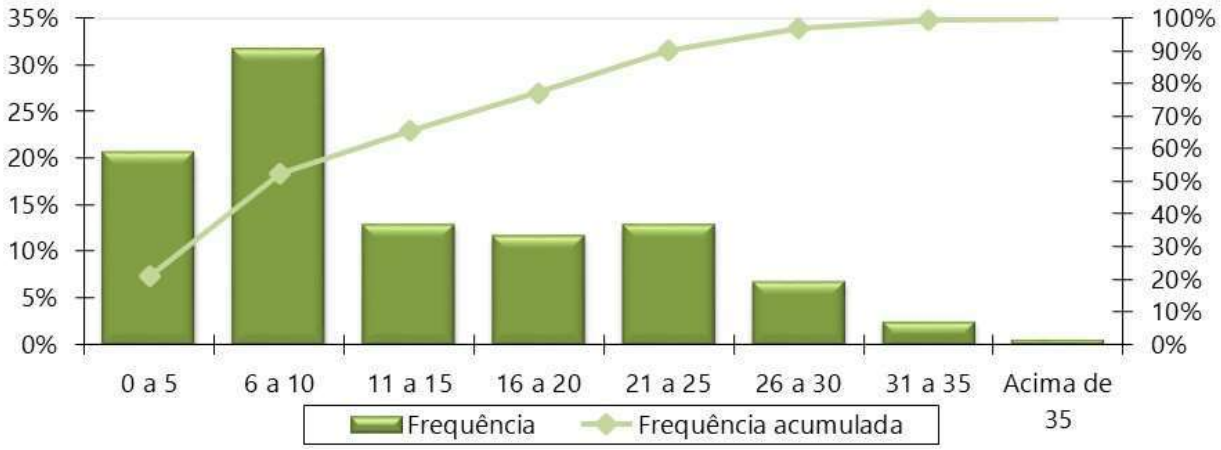


Tabela 36: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria

Intervalo	Feminino	Masculino
Até 50 anos	0	0
50 a 55	256	0
56 a 60	245	9
61 a 65	12	175
66 a 70	0	4
71 a 75	0	3
Acima de 75	0	0
Total	**513**	**191**

Gráfico 19: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria

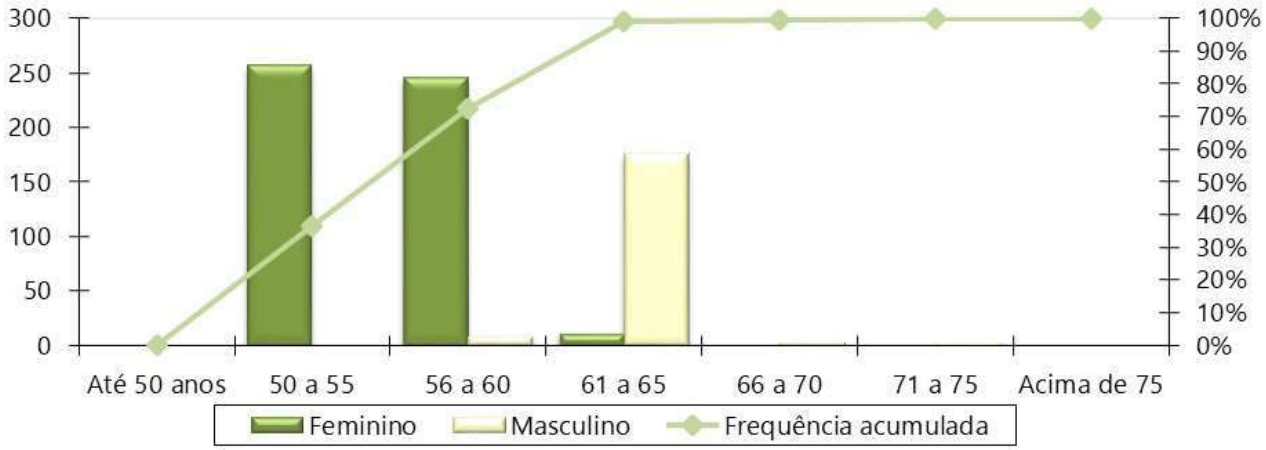


Tabela 37: Distribuição dos Servidores Ativos por Situação de Cônjuge

Ativo com Cônjuge	Quantitativo	Frequência
Casados	157	22,30%
Não casados	547	77,70%
Total	**704**	**100,00%**

Gráfico 20: Distribuição dos Servidores Ativos por Situação de Cônjuge

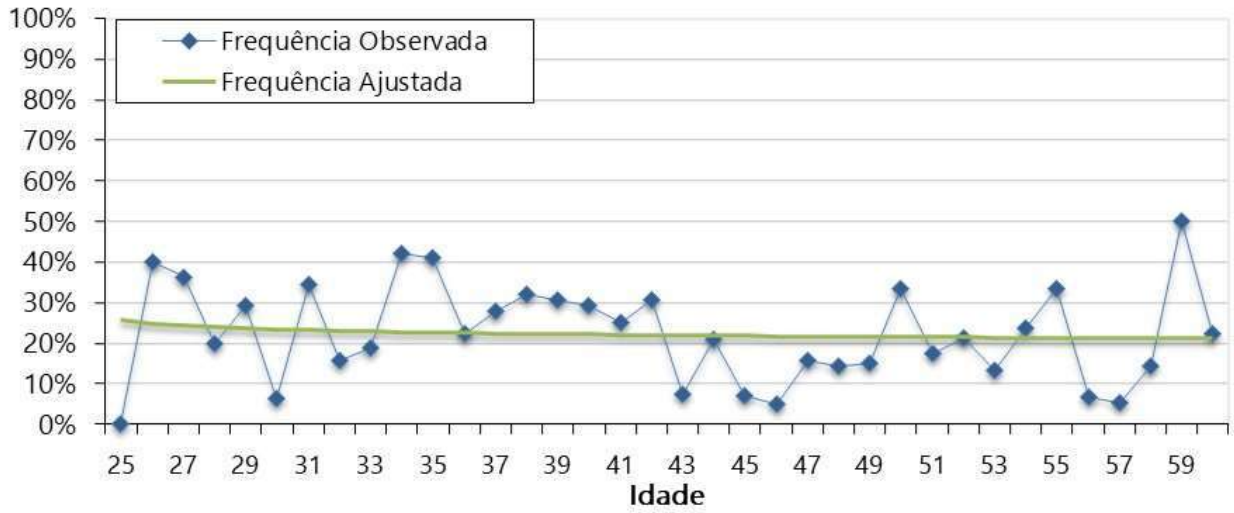


Gráfico 21: Pirâmide Etária dos Aposentados

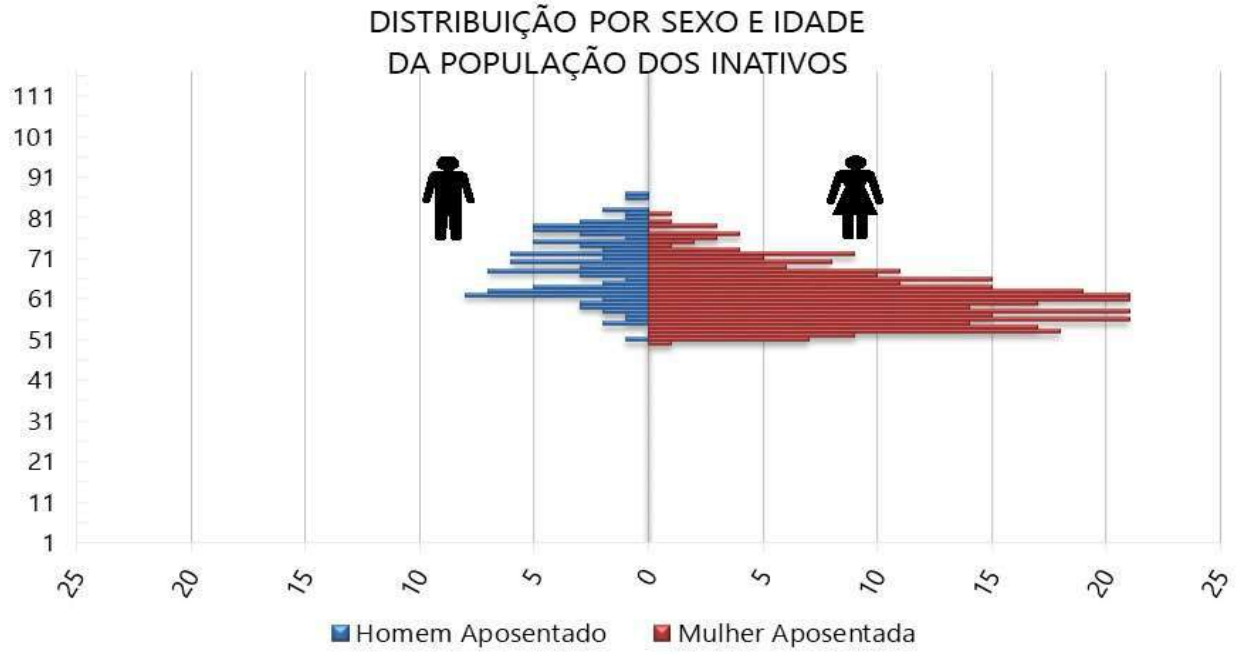


Tabela 38: Distribuição Dos Servidores Aposentados Por Faixa Etária

Intervalo - Anos	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
45 a 50	9	2,13%	2,13%
50 a 55	82	19,43%	21,56%
55 a 60	99	23,46%	45,02%
60 a 65	104	24,64%	69,67%
65 a 70	61	14,45%	84,12%
70 a 75	36	8,53%	92,65%
75 a 80	25	5,92%	98,58%
80 a 85	5	1,18%	99,76%
Acima de 85	1	0,24%	100,00%
Total	**422**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 22: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa Etária

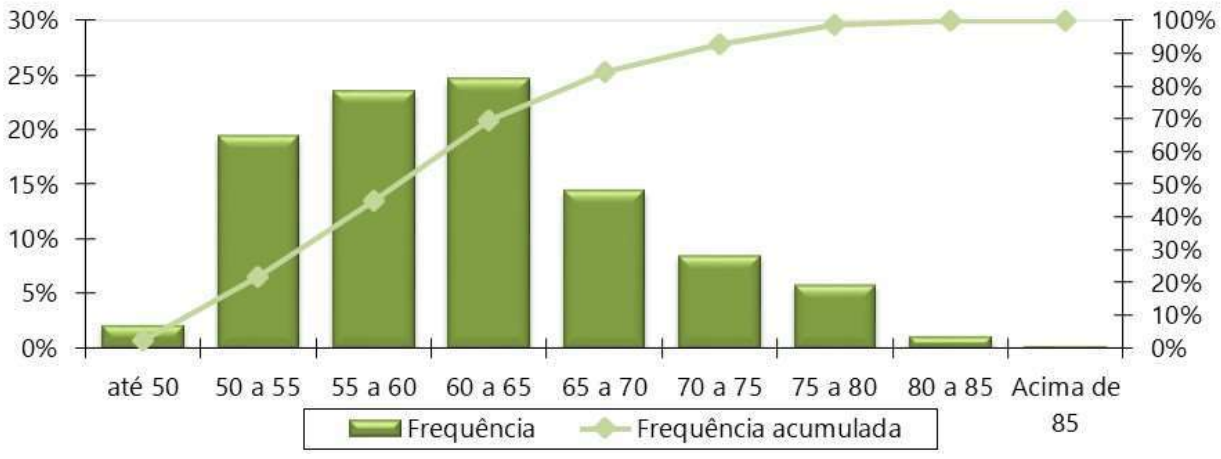


Tabela 39: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa de Benefício

Intervalo - R$	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
1.212,00 a 2.427,35	131	31,04%	31,04%
2.427,36 a 3.641,03	60	14,22%	45,26%
3.641,04 a 7.087,22	70	16,59%	61,85%
acima de 7.087,22	161	38,15%	100,00%
Total	**422**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 23: Distribuição dos Servidores Aposentados por Faixa de Benefício

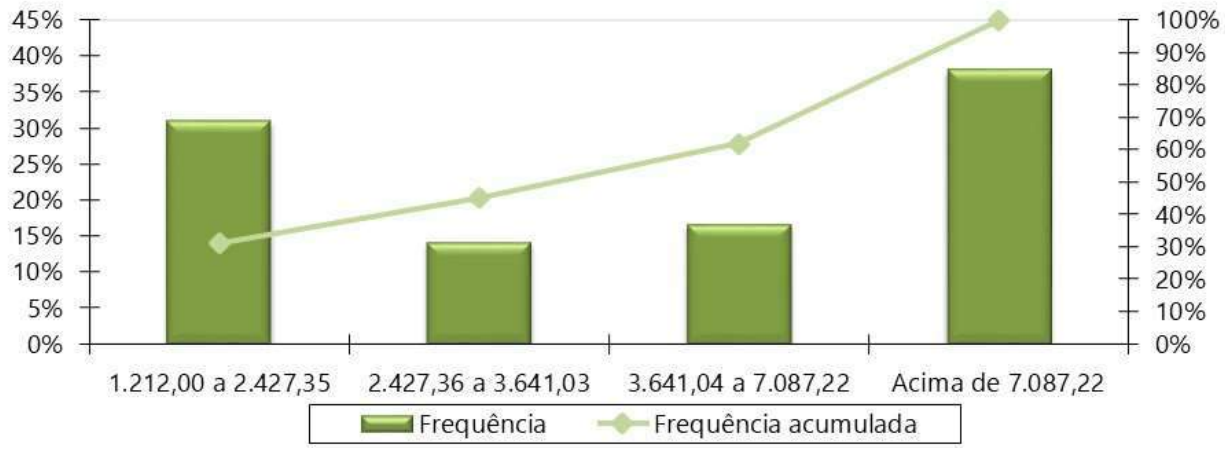


Gráfico 24: Pirâmide Etária dos Pensionistas

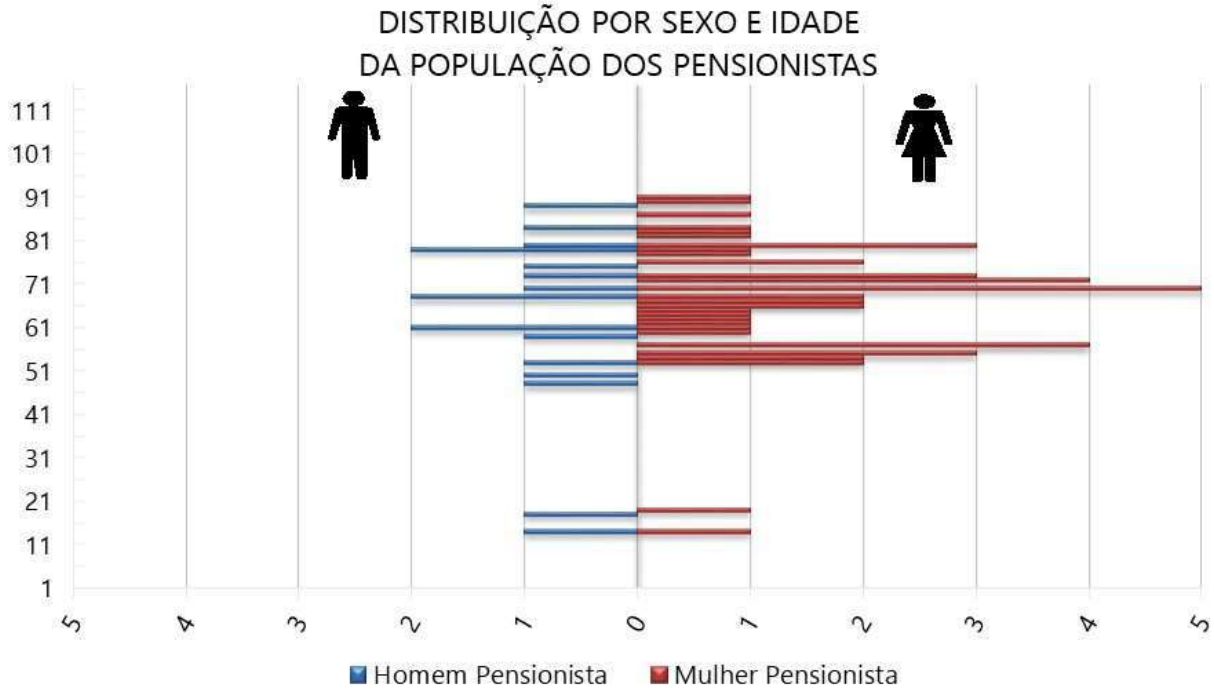


Tabela 40: Distribuição dos Pensionistas por Faixa Etária

Intervalo - Anos	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
Até 25	4	5,88%	5,88%
26 a 30	0	0,00%	5,88%
31 a 35	0	0,00%	5,88%
36 a 40	0	0,00%	5,88%
41 a 45	0	0,00%	5,88%
46 a 50	2	2,94%	8,82%
51 a 55	8	11,76%	20,59%
56 a 60	9	13,24%	33,82%
Acima de 60	45	66,18%	100,00%
Total	**68**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 25: Distribuição dos Pensionistas por Faixa Etária

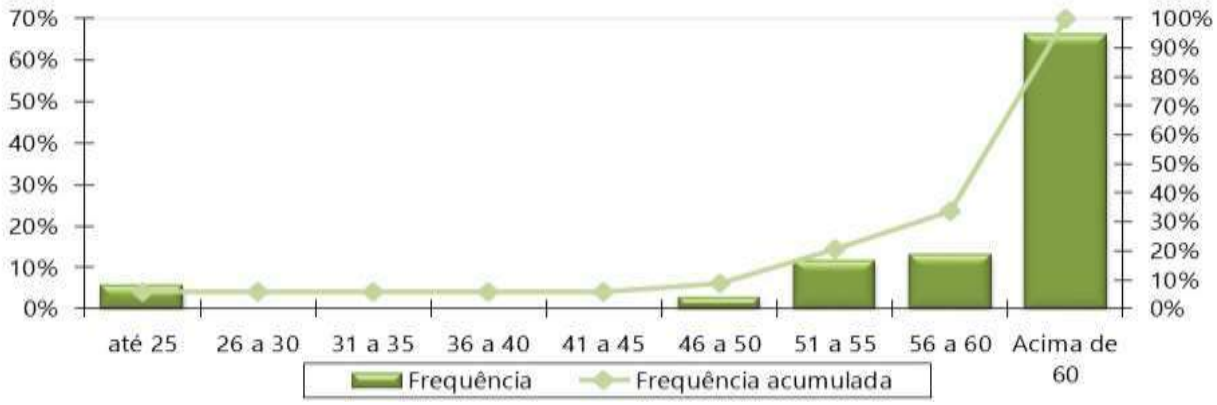
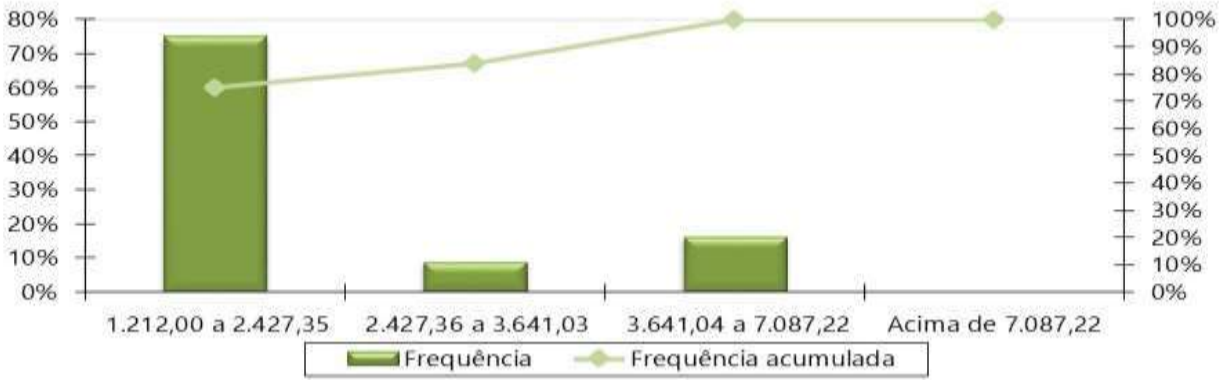


Tabela 41: Distribuição dos Pensionistas por Faixa de Benefício

Intervalo - R$	Quantitativo	Frequência	Frequência Acumulada
1.212,00 a 2.427,35	51	75,00%	75,00%
2.427,36 a 3.641,03	6	8,82%	83,82%
3.641,04 a 7.087,22	11	16,18%	100,00%
acima de 7.087,22	0	0,00%	100,00%
Total	**68**	**100,00%**	**100,00%**

Gráfico 26: Distribuição Dos Pensionistas Por Faixa De Benefício



ANEXO C – Análise Crítica da Base de Dados Cadastrais

A base de dados enviada pelo Município de Palmeira/PR possui qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores.

Tabela 42: Atualização da base de dados cadastral

Massa de segurados:	Data do Último Recenseamento Previdenciário :	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário :
Segurados Ativos	07/07/2022	95,00%
Aposentados	07/07/2022	100,00%
Pensionistas	07/07/2022	100,00%

Determinado pela Portaria MTP nº 1.467/2022, a SPREV disponibilizará, a cada exercício, o layout mínimo para apresentação dos dados cadastrais a serem adotados no cálculo atuarial.

Devido à exigência deste preenchimento, também relacionamos abaixo as informações não declaradas, ou declaradas com alto índice de incompletude, mas que não foram adotadas premissas pois não afetam o resultado do cálculo atuarial devido à metodologia adotada neste estudo.

O banco de dados cadastral foi analisado e as inconsistências encontradas foram corrigidas, utilizando as seguintes premissas para cálculo:

a) Servidores Ativos

As tabelas a seguir apresentam: (a) o resumo da base de dados apresentada para o cálculo comparada com as informações constantes no DIPR da data-base do mesmo; e, (b) a quantidade de registros inconsistentes para servidores ativos, em função da inconsistência encontrada quando da depuração dos dados.

Tabela 43: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Prefeitura

Resumo do Banco de Dados	
Data-Base do banco:	31/12/2022
Quantidade de servidores Ativos:	419
Valor da Remuneração Total:	R$ 962.166,74
Percentual de Cônjuges:	70,41%
Percentual de Dependentes:	0,00%
Percentual de Professores (Cód.2):	36,04%

Tabela 44: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Prefeitura

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
Servidores ativos admitidos no serviço público com menos de 18 anos, após a CF 88	1	0,24%	Adotar data de admissão no Ente com idade igual à 18 anos
Remuneração de contribuição inferior ao Salário Mínimo Nacional	9	2,15%	Adotar o salário médio apurado no próprio banco de dados
Tempo de contribuição anterior à admissão no ente inconsistente - Idade de entrada no mercado de trabalho inferior a 14 anos	1	0,24%	Ajustar o tempo de serviço / contribuição anterior admitindo que o servidor ingressou no mercado de trabalho aos 18 anos de idade
Servidores casados, em união estável ou com estado civil "outros", sem a respectiva data de nascimento do cônjuge	295	70,41%	Admitir que o homem é três anos mais velho que a mulher caso não informado data ou idade menor que 18 anos.
Baixo índice de dependentes (0%)	419	100,00%	Adotar a Estatística da Média Nacional
Remuneração de contribuição de valor superior a R$ 21.692,83	1	0,24%	Manter o dado original como correto
Critério de aposentadoria incompatível com a carreira	14	3,34%	Classificar segundo a carreira
Alta proporção de tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no ente para o RGPS igual a zero (maior que 20,00%)	149	35,56%	Admitir que o servidor entrou no mercado de trabalho aos 25 anos.
Tempo de contribuição do servidor ativo em outro RPPS não informado - Esfera Municipal	412	98,33%	Não adotar premissa.
Número de dependentes do servidor ativo não informado	79	18,85%	Classificar conforme o número de dependentes declarado
Data de casamento não informada	295	70,41%	Adotar no máximo 2 anos de casado, condicionado ao servidor possuir 18 anos
Data da situação funcional não informada ou inconsistente	1	0,24%	Não adotar premissa.
Quantidade de dependentes informada diferente da quantidade encontrada na aba de dependentes	340	81,15%	Utilizar a quantidade encontrada na aba de dependentes
Tempo de contribuição do servidor ativo para o mesmo RPPS em vínculos anteriores não informado	419	100,00%	Informar zero
Piso remuneratório específico da carreira não informado	419	100%	Adotar o Salário Mínimo Nacional
Servidores ativos admitidos no serviço público com menos de 18 anos, antes da CF 88	3	0,72%	Adotar data de admissão no Ente com idade igual à 18 anos

Tabela 45: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Câmara

Resumo do Banco de Dados	
Data-Base do banco:	31/12/2022
Quantidade de servidores Ativos:	8
Valor da Remuneração Total:	R$ 45.083,46
Percentual de Cônjuges:	50,00%
Percentual de Dependentes:	25,00%
Percentual de Professores (Cód.2):	0,00%

Tabela 46: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Câmara

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
Data de posse no cargo atual anterior à data de admissão	1	12,50%	Adotar que a data de posse no cargo atual é a mesma data que a de admissão
Servidores casados, em união estável ou com estado civil "outros", sem a respectiva data de nascimento do cônjuge	2	25,00%	Admitir que o homem é três anos mais velho que a mulher caso não informado data ou idade menor que 18 anos.
Alta proporção de tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no ente para o RGPS igual a zero (maior que 20,00%)	4	50,00%	Admitir que o servidor entrou no mercado de trabalho aos 25 anos.
Baixo índice de dependentes (Menor que 40%)	2	25,00%	Para os servidores casados, em união estável ou com estado civil "outros", considerar a existência de um filho 30 anos mais novo que o homem ou 27 anos mais novo que a mulher.
Data de casamento não informada	1	12,50%	Adotar no máximo 2 anos de casado, condicionado ao servidor possuir 18 anos
Quantidade de dependentes informada diferente da quantidade encontrada na aba de dependentes	1	12,50%	Utilizar a quantidade encontrada na aba de dependentes

Tabela 47: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores ativos - Instituto

Resumo do Banco de Dados	
Data-Base do banco:	31/12/2022
Quantidade de servidores Ativos:	3
Valor da Remuneração Total:	R$ 20.621,75
Percentual de Cônjuges:	66,67%
Percentual de Dependentes:	66,67%
Percentual de Professores (Cód.2):	0,00%

Tabela 48: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores ativos - Instituto

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
Tempo de contribuição do servidor ativo em outro RPPS não informado - Esfera Municipal	3	100,00%	Não adotar premissa.
Tempo de contribuição do servidor ativo em outro RPPS não informado - Esfera Estadual	2	66,67%	Não adotar premissa.
Tempo de contribuição do servidor ativo em outro RPPS não informado - Esfera Federal	3	100,00%	Não adotar premissa.
Tempo de contribuição do servidor ativo para o mesmo RPPS em vínculos anteriores não informado	3	100,00%	Informar zero
Piso remuneratório específico da carreira não informado	3	100,00%	Adotar o Salário Mínimo Nacional

b) Aposentados

As tabelas a seguir apresentam: (a) o resumo da base de dados apresentada para o cálculo comparada com as informações constantes no DIPR da data-base do mesmo; e, (b) a quantidade de registros inconsistentes para os aposentados, em função da inconsistência encontrada quando da depuração dos dados.

Tabela 49: Quadro resumo do Banco de Dados dos servidores aposentados

Resumo do Banco de Dados	
Data-Base do Banco:	31/12/2022
Quantidade de Servidores Aposentados:	175
Folha Total dos Proventos:	R$ 422.941,15
Percentual de Cônjuges:	61,14%
Percentual de Aposentadorias por Invalidez (tipo 4):	12,57%

Tabela 50: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para servidores inativos

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
Aposentados casados, em união estável ou com estado civil "outros, sem a respectiva data de nascimento do cônjuge	3	1,71%	Admitir que o homem é três anos mais velho que a mulher caso não informado data ou idade menor que 18 anos.
Aposentados solteiros, viúvos ou divorciados com data nasc. do cônjuge informada	5	2,86%	Admitir que estes servidores são casados
Tempo de contribuição do aposentado anterior à admissão no ente para o RGPS não informado	175	100,00%	Ajustar o tempo de contribuição anterior à admissão para o RGPS admitindo que o servidor ingressou no mercado de trabalho aos 25 anos de idade.
Matrícula do aposentado enquanto ativo não informada	11	6,29%	Não adotar premissa.
Servidor aposentado após EC n° 20/98 com idade inferior à permitida (53 anos para homem e 48 anos para mulher)	2	1,14%	Assumir que o servidor foi aposentado por invalidez
Tipo de dependência do dependente 2 classificado como filho válido ou irmão, também válido, com idade maior que 21 anos	3	1,71%	Excluir da Base de dados
Dependente com idade inferior a 18 anos e tipo de dependência do dependente 3 não informada	3	1,71%	Considerar que esse dependente receberá uma renda temporária caso não seja assumido que o mesmo é o cônjuge
Tempo de contribuição do servidor aposentado anterior à admissão no ente para outros RPPS não informado	175	100,00%	Assumir que o tempo é zero
Dependente com idade superior a 18 anos e tipo de dependência do dependente 3 não informada	3	1,71%	Considerar que esse dependente receberá uma renda vitalícia
Valor pró-rata mensal recebido de compensação previdenciária não informado	149	85,14%	Informar zero

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
condição do dependente 3 não informada	2	1,14%	Classificar conforme o tipo de dependente ou, na ausência desse, considerar tipo 1 - válido
Sexo do dependente 3 não informado	7	4,00%	Caso seja cônjuge, classificar como o sexo oposto ao do servidor, caso não seja cônjuge, classificar como Feminino.
Duração do benefício do dependente 3 não informado	7	4,00%	Classificar de acordo com a condição do dependente. Na ausência deste, se menor de 18 anos considerar temporário, senão considerar vitalício.
Aposentado solteiro com data de casamento informada	12	6,86%	Considerar casado
Tempo de contribuição do servidor ativo para o mesmo RPPS em vínculos anteriores não informado	175	100,00%	Informar zero

c) Pensionistas

As tabelas a seguir apresentam: (a) o resumo da base de dados apresentada para o cálculo comparada com as informações constantes no DIPR da data-base do mesmo; e, (b) a quantidade de registros inconsistentes para os pensionistas, em função da inconsistência encontrada quando da depuração dos dados.

Tabela 51: Quadro resumo do Banco de Dados dos pensionistas

Resumo do Banco de Dados	
Data-Base do Banco:	31/12/2022
Quantidade de cotas de pensões:	43
Quantidade de Pensões (cotas consolidadas):	38
Folha Total dos Benefícios:	R$ 82.906,96
Percentual de Pensões Vitalícias:	90,70%

Tabela 52: Quantidade de registros inconsistentes, incompletos ou não declarados para pensionistas

INCONSISTÊNCIA	QTD REGISTROS	% DO TOTAL	HIPÓTESE
PIS/PASEP do segurado instituidor da pensão não informado	7	16,28%	Informar 111.11111.11-1
Valor pró-rata mensal recebido de compensação previdenciária não informado	43	100,00%	Não adotar premissa.
Tempo de contribuição do instituidor da pensão anterior à admissão no ente para o RGPS não informado	43	100,00%	Assumir que é zero
Tempo de contribuição do instituidor da pensão anterior à admissão no ente para outros RPPS não informado	43	100,00%	Assumir que é zero
Data do casamento do instituidor da pensão não informada	36	83,72%	Não adotar premissa.
Data de nascimento do instituidor da pensão inferior a 18 anos da data de admissão no ente	1	2,33%	Não adotar premissa.

ANEXO D – Projeções Atuariais da Massa de Participantes, Receitas e Despesas.

Tabela D 1 - Projeção Atuarial do quantitativo de participantes

Ano	Ativos Existentes	Ativos Futuros	Total de Ativos	Aposentados Atuais	Pensionistas Atuais	Aposentados Futuros	Pensionistas Futuros	Total de Aposentados e Pensionistas	Total de Participantes
2023	693	11	704	416	66	1	4	488	1.192
2024	637	67	704	410	65	48	8	531	1.235
2025	614	90	704	403	63	62	13	541	1.245
2026	584	120	704	397	60	84	17	558	1.262
2027	555	149	704	389	57	104	21	573	1.277
2028	523	181	704	382	56	128	26	591	1.295
2029	484	220	704	374	54	158	30	616	1.320
2030	446	258	704	365	52	188	34	639	1.343
2031	417	287	704	357	48	210	38	652	1.356
2032	390	314	704	348	46	229	42	664	1.368
2033	359	345	704	338	44	253	45	680	1.384
2034	330	374	704	329	42	276	49	695	1.399
2035	301	403	704	318	40	301	52	711	1.415
2036	285	419	704	308	38	314	55	715	1.419
2037	264	440	704	297	36	331	57	722	1.426
2038	242	462	704	286	34	353	60	733	1.437
2039	220	484	704	275	32	369	62	739	1.443
2040	199	505	704	263	30	391	64	749	1.453
2041	182	522	704	252	29	403	65	748	1.452
2042	164	540	704	240	27	419	67	752	1.456
2043	147	557	704	227	25	430	68	750	1.454
2044	124	580	704	215	23	453	68	759	1.463
2045	106	598	704	203	22	466	69	760	1.464
2046	89	615	704	191	20	481	69	761	1.465
2047	73	631	704	179	19	496	68	762	1.466

Ano	Ativos Existentes	Ativos Futuros	Total de Ativos	Aposentados Atuais	Pensionistas Atuais	Aposentados Futuros	Pensionistas Futuros	Total de Aposentados e Pensionistas	Total de Participantes
2048	55	649	704	166	17	517	68	768	1.472
2049	46	658	704	154	16	522	67	760	1.464
2050	34	670	704	143	14	531	66	755	1.459
2051	23	681	704	131	13	538	65	748	1.452
2052	15	689	704	120	12	544	64	739	1.443
2053	10	694	704	109	11	544	63	726	1.430
2054	8	696	704	99	10	546	61	715	1.419
2055	5	699	704	89	8	545	59	702	1.406
2056	4	700	704	79	8	546	58	690	1.394
2057	3	701	704	70	7	546	56	678	1.382
2058	1	703	704	62	6	547	55	669	1.373
2059	0	704	704	54	5	547	53	659	1.363
2060	0	704	704	46	4	548	51	650	1.354
2061	0	704	704	40	4	549	50	643	1.347
2062	0	704	704	34	3	549	48	634	1.338
2063	0	704	704	28	3	545	47	623	1.327
2064	0	704	704	23	2	542	46	614	1.318
2065	0	704	704	19	2	538	45	603	1.307
2066	0	704	704	15	2	535	44	595	1.299
2067	0	704	704	12	1	530	43	586	1.290
2068	0	704	704	9	1	525	42	577	1.281
2069	0	704	704	7	1	523	41	571	1.275
2070	0	704	704	5	1	514	40	561	1.265
2071	0	704	704	4	0	507	40	551	1.255
2072	0	704	704	3	0	502	39	544	1.248
2073	0	704	704	2	0	498	39	538	1.242
2074	0	704	704	1	0	492	38	532	1.236
2075	0	704	704	1	0	486	38	525	1.229
2076	0	704	704	0	0	483	37	520	1.224
2077	0	704	704	0	0	475	37	512	1.216

Ano	Ativos Existentes	Ativos Futuros	Total de Ativos	Aposentados Atuais	Pensionistas Atuais	Aposentados Futuros	Pensionistas Futuros	Total de Aposentados e Pensionistas	Total de Participantes
2078	0	704	704	0	0	467	36	503	1.207
2079	0	704	704	0	0	463	36	499	1.203
2080	0	704	704	0	0	461	35	496	1.200
2081	0	704	704	0	0	454	35	488	1.192
2082	0	704	704	0	0	448	34	482	1.186
2083	0	704	704	0	0	441	34	475	1.179
2084	0	704	704	0	0	435	33	468	1.172
2085	0	704	704	0	0	427	33	460	1.164
2086	0	704	704	0	0	421	32	453	1.157
2087	0	704	704	0	0	414	32	446	1.150
2088	0	704	704	0	0	406	32	438	1.142
2089	0	704	704	0	0	400	31	432	1.136
2090	0	704	704	0	0	393	31	424	1.128
2091	0	704	704	0	0	387	31	417	1.121
2092	0	704	704	0	0	379	30	410	1.114
2093	0	704	704	0	0	372	30	402	1.106
2094	0	704	704	0	0	365	30	395	1.099
2095	0	704	704	0	0	359	29	388	1.092
2096	0	704	704	0	0	352	29	381	1.085
2097	0	704	704	0	0	347	29	375	1.079

Tabela D 2 - Projeção Atuarial das receitas e despesas (em R$)

Ano	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Atuais	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Futuros	Total das Remunerações dos Servidores Ativos	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Atuais	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Futuros	Total de Benefícios Futuros de Ativos	Benefícios dos Aposentados Atuais	Benefícios dos Pensionistas Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. (Atuais e Futuros)	Total
2023	40.271.308,46	526.250,79	40.797.559,24	81.529,25	0,00	81.529,25	27.512.101,30	1.953.955,71	29.466.057,00	29.547.586,25	70.345.145,49
2024	37.269.776,55	3.299.604,51	40.569.381,05	2.642.003,42	1.825,61	2.643.829,03	27.394.576,62	1.907.500,55	29.302.077,17	31.945.906,21	72.515.287,26
2025	36.153.382,97	4.527.561,14	40.680.944,11	3.548.233,86	6.789,20	3.555.023,06	27.259.341,11	1.859.448,90	29.118.790,01	32.673.813,07	73.354.757,19
2026	34.642.808,17	6.079.326,61	40.722.134,78	4.799.677,00	13.407,73	4.813.084,73	27.104.597,23	1.774.391,41	28.878.988,63	33.692.073,36	74.414.208,14
2027	33.009.249,07	7.691.328,31	40.700.577,38	6.138.104,93	22.150,79	6.160.255,73	26.926.682,25	1.700.406,26	28.627.088,51	34.787.344,24	75.487.921,61
2028	31.155.330,48	9.471.547,02	40.626.877,50	7.704.788,41	33.018,78	7.737.807,19	26.722.742,59	1.648.097,89	28.370.840,48	36.108.647,67	76.735.525,17
2029	28.880.181,13	11.561.238,40	40.441.419,54	9.624.392,42	46.608,39	9.671.000,82	26.496.262,13	1.594.593,83	28.090.855,97	37.761.856,79	78.203.276,32
2030	26.998.906,30	13.369.344,88	40.368.251,18	11.124.820,06	63.076,94	11.187.897,01	26.237.121,75	1.540.002,79	27.777.124,55	38.965.021,56	79.333.272,74
2031	25.604.543,05	14.782.236,81	40.386.779,85	12.204.907,00	82.217,46	12.287.124,46	25.944.994,18	1.401.685,48	27.346.679,66	39.633.804,12	80.020.583,98
2032	23.973.563,28	16.383.570,08	40.357.133,36	13.405.795,29	106.642,58	13.512.437,88	25.627.560,70	1.345.319,12	26.972.879,82	40.485.317,70	80.842.451,06
2033	21.901.307,67	18.310.816,10	40.212.123,77	14.979.057,73	220.487,15	15.199.544,88	25.268.470,65	1.288.317,02	26.556.787,67	41.756.332,56	81.968.456,32
2034	20.419.299,20	19.794.824,20	40.214.123,40	16.011.027,97	348.703,06	16.359.731,04	24.881.373,42	1.230.911,15	26.112.284,57	42.472.015,61	82.686.139,00
2035	18.338.265,41	21.732.926,16	40.071.191,58	17.492.739,61	600.891,60	18.093.631,21	24.457.541,44	1.173.308,02	25.630.849,46	43.724.480,67	83.795.672,25
2036	17.380.543,89	22.775.543,70	40.156.087,60	18.061.147,67	905.183,32	18.966.330,99	23.981.936,10	1.115.748,72	25.097.684,82	44.064.015,81	84.220.103,40
2037	16.156.913,98	24.030.176,15	40.187.090,13	18.792.137,42	1.194.093,75	19.986.231,17	23.477.850,43	1.058.439,76	24.536.290,19	44.522.521,36	84.709.611,49
2038	14.842.931,28	25.331.590,46	40.174.521,74	19.602.588,29	1.556.651,69	21.159.239,98	22.935.194,21	1.001.579,31	23.936.773,52	45.096.013,50	85.270.535,24
2039	13.591.448,99	26.573.692,13	40.165.141,12	20.345.331,02	1.780.112,28	22.125.443,30	22.352.297,84	945.347,39	23.297.645,23	45.423.088,53	85.588.229,65
2040	12.160.625,03	27.975.023,89	40.135.648,92	21.168.534,28	2.233.025,67	23.401.559,95	21.729.206,59	889.895,78	22.619.102,38	46.020.662,32	86.156.311,25
2041	11.225.399,05	28.961.943,63	40.187.342,69	21.577.252,92	2.495.096,48	24.072.349,40	21.066.437,35	835.357,86	21.901.795,22	45.974.144,61	86.161.487,30
2042	10.118.527,45	30.074.024,21	40.192.551,66	22.116.977,62	2.926.600,74	25.043.578,36	20.365.056,88	781.872,01	21.146.928,89	46.190.507,25	86.383.058,91
2043	9.161.801,79	31.043.981,04	40.205.782,84	22.496.205,79	3.137.838,23	25.634.044,02	19.626.645,60	729.623,65	20.356.269,25	45.990.313,28	86.196.096,11
2044	7.657.338,85	32.448.151,30	40.105.490,14	23.278.290,07	3.595.904,45	26.874.194,52	18.853.311,33	678.763,11	19.532.074,43	46.406.268,96	86.511.759,10
2045	6.519.089,85	33.543.841,21	40.062.931,06	23.739.830,96	3.946.897,41	27.686.728,37	18.047.900,50	629.455,65	18.677.356,15	46.364.084,52	86.427.015,59
2046	5.623.373,51	34.455.646,33	40.079.019,84	23.978.645,37	4.548.681,60	28.527.326,97	17.213.697,95	581.819,33	17.795.517,28	46.322.844,25	86.401.864,09
2047	4.583.133,19	35.414.855,36	39.997.988,55	24.303.280,08	5.154.700,66	29.457.980,74	16.354.569,38	535.966,80	16.890.536,18	46.348.516,92	86.346.505,47
2048	3.377.512,84	36.461.838,78	39.839.351,62	24.731.061,99	5.811.645,00	30.542.706,99	15.474.763,84	491.988,08	15.966.751,92	46.509.458,91	86.348.810,53
2049	2.805.955,07	37.064.667,99	39.870.623,06	24.620.441,28	6.271.654,65	30.892.095,93	14.578.885,36	449.904,98	15.028.790,34	45.920.886,27	85.791.509,33
2050	1.967.544,77	37.877.361,54	39.844.906,32	24.692.286,41	6.742.104,88	31.434.391,29	13.671.922,26	409.700,48	14.081.622,74	45.516.014,03	85.360.920,34

Ano	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Atuais	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Futuros	Total das Remunerações dos Servidores Ativos	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Atuais	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Futuros	Total de Benefícios Futuros de Ativos	Benefícios dos Aposentados Atuais	Benefícios dos Pensionistas Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. (Atuais e Futuros)	Total
2051	1.290.141,31	38.576.648,74	39.866.790,05	24.604.229,20	7.163.923,20	31.768.152,40	12.759.544,04	371.416,80	13.130.960,84	44.899.113,24	84.765.903,29
2052	806.999,58	39.108.055,31	39.915.054,89	24.330.316,31	7.888.306,19	32.218.622,50	11.847.965,88	335.128,88	12.183.094,76	44.401.717,27	84.316.772,16
2053	525.248,32	39.460.492,31	39.985.740,63	23.865.094,66	8.402.994,57	32.268.089,24	10.943.621,97	300.919,14	11.244.541,11	43.512.630,34	83.498.370,97
2054	424.937,92	39.706.531,70	40.131.469,62	23.224.897,59	9.159.803,30	32.384.700,88	10.052.778,74	268.864,70	10.321.643,44	42.706.344,32	82.837.813,95
2055	321.636,34	39.893.629,62	40.215.265,97	22.558.651,68	9.889.849,01	32.448.500,69	9.181.378,38	239.024,78	9.420.403,16	41.868.903,85	82.084.169,81
2056	271.694,75	40.058.748,13	40.330.442,89	21.822.693,53	10.742.740,71	32.565.434,24	8.335.120,03	211.442,89	8.546.562,92	41.111.997,16	81.442.440,05
2057	164.830,26	40.192.331,07	40.357.161,33	21.107.427,12	11.712.631,04	32.820.058,16	7.519.688,07	186.116,03	7.705.804,10	40.525.862,26	80.883.023,58
2058	62.521,78	40.258.998,65	40.321.520,43	20.366.012,93	12.780.998,14	33.147.011,07	6.740.486,02	162.994,23	6.903.480,25	40.050.491,32	80.372.011,75
2059	0,00	40.289.827,58	40.289.827,58	19.573.071,41	13.735.794,91	33.308.866,31	6.002.318,64	141.941,19	6.144.259,83	39.453.126,14	79.742.953,72
2060	0,00	40.288.618,12	40.288.618,12	18.713.203,88	14.781.722,38	33.494.926,26	5.309.180,43	122.753,96	5.431.934,38	38.926.860,65	79.215.478,76
2061	0,00	40.270.792,24	40.270.792,24	17.839.694,73	15.917.391,26	33.757.085,98	4.664.315,03	105.267,49	4.769.582,52	38.526.668,50	78.797.460,74
2062	0,00	40.178.858,98	40.178.858,98	16.956.102,66	16.937.211,59	33.893.314,25	4.070.274,98	89.378,67	4.159.653,65	38.052.967,90	78.231.826,88
2063	0,00	40.130.203,67	40.130.203,67	16.066.266,10	17.690.857,25	33.757.123,35	3.528.866,36	75.019,73	3.603.886,09	37.361.009,44	77.491.213,11
2064	0,00	40.154.850,27	40.154.850,27	15.174.144,34	18.544.634,12	33.718.778,46	3.040.975,27	62.154,87	3.103.130,14	36.821.908,60	76.976.758,87
2065	0,00	40.128.787,04	40.128.787,04	14.283.849,77	19.222.632,02	33.506.481,79	2.606.417,33	50.747,91	2.657.165,24	36.163.647,03	76.292.434,07
2066	0,00	40.150.556,14	40.150.556,14	13.399.446,93	19.924.220,96	33.323.667,89	2.224.048,82	40.747,83	2.264.796,65	35.588.464,54	75.739.020,68
2067	0,00	40.160.642,53	40.160.642,53	12.525.035,77	20.460.440,59	32.985.476,35	1.891.907,88	32.094,20	1.924.002,08	34.909.478,43	75.070.120,96
2068	0,00	40.197.453,58	40.197.453,58	11.664.662,96	21.000.086,82	32.664.749,78	1.607.261,34	24.710,97	1.631.972,31	34.296.722,09	74.494.175,66
2069	0,00	40.181.205,37	40.181.205,37	10.822.138,90	21.667.756,37	32.489.895,27	1.366.728,49	18.509,74	1.385.238,23	33.875.133,50	74.056.338,87
2070	0,00	40.145.005,50	40.145.005,50	10.000.912,99	22.044.996,75	32.045.909,74	1.166.414,33	13.403,43	1.179.817,77	33.225.727,51	73.370.733,01
2071	0,00	40.213.142,99	40.213.142,99	9.204.173,46	22.425.372,22	31.629.545,68	1.001.928,81	9.301,56	1.011.230,36	32.640.776,04	72.853.919,03
2072	0,00	40.226.576,75	40.226.576,75	8.434.853,73	22.812.386,81	31.247.240,54	868.720,32	6.116,72	874.837,04	32.122.077,58	72.348.654,32
2073	0,00	40.273.847,45	40.273.847,45	7.695.688,03	23.297.774,16	30.993.462,19	762.298,96	3.763,34	766.062,30	31.759.524,49	72.033.371,93
2074	0,00	40.238.410,53	40.238.410,53	6.989.170,46	23.666.220,80	30.655.391,25	678.285,99	2.144,50	680.430,50	31.335.821,75	71.574.232,28
2075	0,00	40.227.783,49	40.227.783,49	6.317.489,90	24.054.592,41	30.372.082,31	612.478,62	1.122,15	613.600,76	30.985.683,07	71.213.466,56
2076	0,00	40.236.837,02	40.236.837,02	5.682.472,24	24.566.926,97	30.249.399,21	560.967,65	525,04	561.492,70	30.810.891,91	71.047.728,93
2077	0,00	40.188.498,68	40.188.498,68	5.085.426,31	24.768.631,62	29.854.057,93	520.112,29	209,18	520.321,47	30.374.379,40	70.562.878,08
2078	0,00	40.226.989,77	40.226.989,77	4.527.094,72	24.866.687,19	29.393.781,92	486.641,81	67,95	486.709,76	29.880.491,67	70.107.481,45
2079	0,00	40.285.272,32	40.285.272,32	4.007.758,30	25.183.103,77	29.190.862,06	457.575,84	17,67	457.593,51	29.648.455,57	69.933.727,90

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Ano	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Atuais	Remuneração Integral dos Servidores Ativos Futuros	Total das Remunerações dos Servidores Ativos	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Atuais	Benefícios Futuros dos Servidores Ativos Futuros	Total de Benefícios Futuros de Ativos	Benefícios dos Aposentados Atuais	Benefícios dos Pensionistas Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. Atuais	Total de Benefícios de Apos. e Pens. (Atuais e Futuros)	Total
2080	0,00	40.225.551,96	40.225.551,96	3.527.263,33	25.505.268,61	29.032.531,93	430.655,57	3,12	430.658,69	29.463.190,62	69.688.742,58
2081	0,00	40.092.633,50	40.092.633,50	3.085.137,53	25.552.063,05	28.637.200,58	404.488,81	0,18	404.488,99	29.041.689,57	69.134.323,06
2082	0,00	40.131.227,79	40.131.227,79	2.680.598,75	25.563.458,69	28.244.057,43	378.475,97	0,00	378.475,97	28.622.533,40	68.753.761,19
2083	0,00	40.114.894,49	40.114.894,49	2.312.475,60	25.610.076,64	27.922.552,24	352.507,84	0,00	352.507,84	28.275.060,07	68.389.954,56
2084	0,00	40.056.431,76	40.056.431,76	1.979.273,05	25.561.816,67	27.541.089,72	326.755,64	0,00	326.755,64	27.867.845,36	67.924.277,12
2085	0,00	40.056.997,33	40.056.997,33	1.679.513,05	25.415.742,01	27.095.255,06	301.329,21	0,00	301.329,21	27.396.584,27	67.453.581,60
2086	0,00	40.114.949,42	40.114.949,42	1.411.898,62	25.327.245,95	26.739.144,58	276.347,84	0,00	276.347,84	27.015.492,42	67.130.441,84
2087	0,00	40.043.253,11	40.043.253,11	1.175.072,44	25.153.279,53	26.328.351,96	251.926,66	0,00	251.926,66	26.580.278,62	66.623.531,73
2088	0,00	40.045.058,77	40.045.058,77	967.356,37	24.849.165,05	25.816.521,42	228.164,50	0,00	228.164,50	26.044.685,93	66.089.744,69
2089	0,00	40.095.301,14	40.095.301,14	786.757,00	24.644.071,04	25.430.828,04	205.140,89	0,00	205.140,89	25.635.968,93	65.731.270,08
2090	0,00	40.065.285,64	40.065.285,64	631.128,39	24.325.549,95	24.956.678,35	182.934,59	0,00	182.934,59	25.139.612,94	65.204.898,58
2091	0,00	40.089.177,69	40.089.177,69	498.378,11	24.010.869,51	24.509.247,62	161.647,59	0,00	161.647,59	24.670.895,21	64.760.072,90
2092	0,00	40.112.161,19	40.112.161,19	386.571,42	23.655.542,41	24.042.113,83	141.389,46	0,00	141.389,46	24.183.503,30	64.295.664,49
2093	0,00	40.040.952,11	40.040.952,11	293.749,73	23.286.797,18	23.580.546,91	122.263,43	0,00	122.263,43	23.702.810,35	63.743.762,45
2094	0,00	40.062.936,92	40.062.936,92	217.918,54	22.920.834,99	23.138.753,53	104.364,49	0,00	104.364,49	23.243.118,02	63.306.054,94
2095	0,00	40.126.423,47	40.126.423,47	157.158,39	22.560.813,26	22.717.971,65	87.778,42	0,00	87.778,42	22.805.750,07	62.932.173,54
2096	0,00	40.067.707,05	40.067.707,05	109.669,82	22.192.421,60	22.302.091,42	72.580,75	0,00	72.580,75	22.374.672,17	62.442.379,22
2097	0,00	40.150.757,89	40.150.757,89	73.722,90	21.846.268,69	21.919.991,59	58.835,44	0,00	58.835,44	21.978.827,03	62.129.584,92

Tabela D 3 – Fluxo de Caixa - Plano de Custeio Vigente (em R$)

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Vigente						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2023	19.383.466,75	6.090.648,47	1.385.132,43	3.272.155,98	1.815.455,09	31.946.858,73	29.547.586,25	815.951,18	30.363.537,44	1.583.321,29	40.458.162,62
2024	25.830.813,81	6.075.610,66	1.556.816,86	3.438.135,02	1.889.396,19	38.790.772,54	31.945.906,21	811.387,62	32.757.293,83	6.033.478,71	46.491.641,33
2025	26.210.753,43	6.099.387,45	1.612.020,02	3.612.533,29	2.171.159,65	39.705.853,84	32.673.813,07	813.618,88	33.487.431,96	6.218.421,88	52.710.063,21
2026	26.583.809,04	6.111.371,17	1.688.858,27	3.795.777,85	2.461.559,95	40.641.376,27	33.692.073,36	814.442,70	34.506.516,06	6.134.860,22	58.844.923,43
2027	26.951.374,83	6.122.800,38	1.771.367,77	3.988.317,43	2.748.057,92	41.581.918,34	34.787.344,24	814.011,55	35.601.355,78	5.980.562,56	64.825.485,98
2028	27.315.363,41	6.132.430,47	1.869.800,37	4.190.623,52	3.027.350,20	42.535.567,97	36.108.647,67	812.537,55	36.921.185,22	5.614.382,76	70.439.868,74
2029	27.665.497,86	6.116.844,50	1.992.016,71	4.403.191,52	3.289.541,87	43.467.092,47	37.761.856,79	808.828,39	38.570.685,18	4.896.407,29	75.336.276,03
2030	28.040.746,14	6.105.824,36	2.083.512,41	4.626.541,96	3.518.204,09	44.374.828,97	38.965.021,56	807.365,02	39.772.386,58	4.602.442,39	79.938.718,42
2031	28.437.607,54	6.108.362,74	2.140.307,47	4.861.221,78	3.733.138,15	45.280.637,68	39.633.804,12	807.735,60	40.441.539,72	4.839.097,96	84.777.816,38
2032	28.831.875,35	6.101.641,70	2.208.580,32	5.107.805,65	3.959.124,02	46.209.027,05	40.485.317,70	807.142,67	41.292.460,37	4.916.566,68	89.694.383,07
2033	29.211.961,77	6.103.636,53	2.307.198,85	5.366.897,41	4.188.727,69	47.178.422,25	41.756.332,56	804.242,48	42.560.575,03	4.617.847,22	94.312.230,29
2034	29.623.491,59	6.101.935,41	2.367.602,90	5.639.131,52	4.404.381,15	48.136.542,58	42.472.015,61	804.282,47	43.276.298,08	4.860.244,50	99.172.474,79
2035	30.015.861,87	6.091.321,99	2.466.437,98	3.420.675,36	4.631.354,57	46.625.651,77	43.724.480,67	801.423,83	44.525.904,50	2.099.747,27	101.272.222,06
2036	30.453.862,49	6.096.224,02	2.502.567,37	0,00	4.729.412,77	43.782.066,65	44.064.015,81	803.121,75	44.867.137,56	(1.085.070,91)	100.187.151,15
2037	30.888.666,50	6.093.975,55	2.547.679,23	0,00	4.678.739,96	44.209.061,23	44.522.521,36	803.741,80	45.326.263,17	(1.117.201,93)	99.069.949,22
2038	31.322.146,75	6.087.284,88	2.601.724,04	0,00	4.626.566,63	44.637.722,31	45.096.013,50	803.490,43	45.899.503,93	(1.261.781,63)	97.808.167,59
2039	31.762.502,44	6.083.312,13	2.639.438,10	0,00	4.567.641,43	45.052.894,09	45.423.088,53	803.302,82	46.226.391,35	(1.173.497,27)	96.634.670,33
2040	32.205.771,64	6.070.737,41	2.697.000,92	0,00	4.512.839,10	45.486.349,08	46.020.662,32	802.712,98	46.823.375,30	(1.337.026,22)	95.297.644,10
2041	32.669.623,53	6.070.552,93	2.710.376,13	0,00	4.450.399,98	45.900.952,57	45.974.144,61	803.746,85	46.777.891,47	(876.938,89)	94.420.705,21
2042	33.131.979,40	6.067.036,33	2.743.023,81	0,00	4.409.446,93	46.351.486,47	46.190.507,25	803.851,03	46.994.358,29	(642.871,82)	93.777.833,39
2043	33.602.387,64	6.067.091,30	2.747.342,43	0,00	4.379.424,82	46.796.246,19	45.990.313,28	804.115,66	46.794.428,93	1.817,26	93.779.650,65
2044	34.059.834,91	6.040.644,57	2.795.569,07	0,00	4.379.509,69	47.275.558,24	46.406.268,96	802.109,80	47.208.378,76	67.179,48	93.846.830,13
2045	34.534.139,63	6.021.525,49	2.812.433,62	0,00	4.382.646,97	47.750.745,71	46.364.084,52	801.258,62	47.165.343,15	585.402,57	94.432.232,69
2046	35.025.549,72	6.018.934,44	2.829.993,07	0,00	4.409.985,27	48.284.462,50	46.322.844,25	801.580,40	47.124.424,65	1.160.037,86	95.592.270,55
2047	35.507.114,19	5.999.405,52	2.852.773,01	0,00	4.464.159,03	48.823.451,75	46.348.516,92	799.959,77	47.148.476,69	1.674.975,06	97.267.245,62
2048	35.982.312,17	5.965.159,58	2.885.457,77	0,00	4.542.380,37	49.375.309,89	46.509.458,91	796.787,03	47.306.245,94	2.069.063,95	99.336.309,57

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Vigente						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2049	36.497.676,64	5.956.724,52	2.866.005,22	0,00	4.639.005,66	49.959.412,04	45.920.886,27	797.412,46	46.718.298,73	3.241.113,31	102.577.422,87
2050	37.010.440,07	5.942.010,23	2.859.625,14	0,00	4.790.365,65	50.602.441,08	45.516.014,03	796.898,13	46.312.912,15	4.289.528,93	106.866.951,80
2051	37.538.853,87	5.930.289,24	2.838.484,09	0,00	4.990.686,65	51.298.313,85	44.899.113,24	797.335,80	45.696.449,04	5.601.864,81	112.468.816,62
2052	38.079.330,39	5.923.932,19	2.825.643,55	0,00	5.252.293,74	52.081.199,87	44.401.717,27	798.301,10	45.200.018,37	6.881.181,50	119.349.998,12
2053	38.631.279,34	5.918.748,73	2.785.168,73	0,00	5.573.644,91	52.908.841,71	43.512.630,34	799.714,81	44.312.345,15	8.596.496,55	127.946.494,67
2054	39.203.767,60	5.930.258,76	2.750.126,97	0,00	5.975.101,30	53.859.254,62	42.706.344,32	802.629,39	43.508.973,71	10.350.280,91	138.296.775,58
2055	6.981.370,17	5.926.857,51	2.712.402,25	0,00	6.458.459,42	22.079.089,34	41.868.903,85	804.305,32	42.673.209,16	(20.594.119,82)	117.702.655,76
2056	7.001.364,89	5.932.131,92	2.679.679,60	0,00	5.496.714,02	21.109.890,43	41.111.997,16	806.608,86	41.918.606,02	(20.808.715,59)	96.893.940,17
2057	7.006.003,21	5.929.072,22	2.658.143,95	0,00	4.524.947,01	20.118.166,39	40.525.862,26	807.143,23	41.333.005,48	(21.214.839,10)	75.679.101,07
2058	6.999.815,95	5.920.794,40	2.643.470,63	0,00	3.534.214,02	19.098.295,00	40.050.491,32	806.430,41	40.856.921,73	(21.758.626,74)	53.920.474,33
2059	6.994.314,07	5.913.991,41	2.619.258,31	0,00	2.518.086,15	18.045.649,94	39.453.126,14	805.796,55	40.258.922,69	(22.213.272,75)	31.707.201,58
2060	6.994.104,11	5.905.321,08	2.598.935,67	0,00	1.480.726,31	16.979.087,17	38.926.860,65	805.772,36	39.732.633,01	(22.753.545,84)	8.953.655,74
2061	6.991.009,53	5.894.073,74	2.586.279,48	0,00	418.135,72	15.889.498,47	38.526.668,50	805.415,84	39.332.084,34	(23.442.585,87)	(14.488.930,13)
2062	6.975.049,92	5.874.057,12	2.567.262,22	0,00	0,00	15.416.369,26	38.052.967,90	803.577,18	38.856.545,08	(23.440.175,82)	(37.929.105,95)
2063	6.966.603,36	5.857.183,52	2.531.711,13	0,00	0,00	15.355.498,00	37.361.009,44	802.604,07	38.163.613,51	(22.808.115,51)	(60.737.221,46)
2064	6.970.882,01	5.850.531,35	2.505.584,57	0,00	0,00	15.326.997,93	36.821.908,60	803.097,01	37.625.005,61	(22.298.007,67)	(83.035.229,13)
2065	6.966.357,43	5.838.417,41	2.469.846,39	0,00	0,00	15.274.621,23	36.163.647,03	802.575,74	36.966.222,77	(21.691.601,55)	(104.726.830,68)
2066	6.970.136,55	5.830.698,90	2.438.681,05	0,00	0,00	15.239.516,50	35.588.464,54	803.011,12	36.391.475,66	(21.151.959,16)	(125.878.789,84)
2067	6.971.887,54	5.822.272,63	2.399.053,67	0,00	0,00	15.193.213,84	34.909.478,43	803.212,85	35.712.691,28	(20.519.477,44)	(146.398.267,28)
2068	6.978.277,94	5.818.783,14	2.362.931,71	0,00	0,00	15.159.992,80	34.296.722,09	803.949,07	35.100.671,16	(19.940.678,36)	(166.338.945,64)
2069	6.975.457,25	5.811.499,22	2.339.141,28	0,00	0,00	15.126.097,75	33.875.133,50	803.624,11	34.678.757,61	(19.552.659,86)	(185.891.605,49)
2070	6.969.172,95	5.801.362,14	2.298.445,73	0,00	0,00	15.068.980,83	33.225.727,51	802.900,11	34.028.627,62	(18.959.646,79)	(204.851.252,29)
2071	6.981.001,62	5.806.611,91	2.261.407,98	0,00	0,00	15.049.021,52	32.640.776,04	804.262,86	33.445.038,90	(18.396.017,38)	(223.247.269,67)
2072	6.983.333,72	5.802.974,44	2.228.261,50	0,00	0,00	15.014.569,66	32.122.077,58	804.531,53	32.926.609,11	(17.912.039,45)	(241.159.309,12)
2073	6.991.539,92	5.807.148,62	2.205.404,83	0,00	0,00	15.004.093,36	31.759.524,49	805.476,95	32.565.001,44	(17.560.908,07)	(258.720.217,19)
2074	6.985.388,07	5.799.931,86	2.177.731,09	0,00	0,00	14.963.051,03	31.335.821,75	804.768,21	32.140.589,96	(17.177.538,94)	(275.897.756,13)
2075	6.983.543,21	5.794.055,29	2.154.770,90	0,00	0,00	14.932.369,40	30.985.683,07	804.555,67	31.790.238,74	(16.857.869,34)	(292.755.625,47)

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Vigente						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2076	6.985.114,91	5.798.533,98	2.143.743,69	0,00	0,00	14.927.392,58	30.810.891,91	804.736,74	31.615.628,65	(16.688.236,07)	(309.443.861,54)
2077	6.976.723,37	5.788.111,45	2.114.142,41	0,00	0,00	14.878.977,23	30.374.379,40	803.769,97	31.178.149,37	(16.299.172,14)	(325.743.033,68)
2078	6.983.405,42	5.790.393,35	2.080.349,59	0,00	0,00	14.854.148,36	29.880.491,67	804.539,80	30.685.031,47	(15.830.883,11)	(341.573.916,80)
2079	6.993.523,28	5.795.320,72	2.064.782,15	0,00	0,00	14.853.626,15	29.648.455,57	805.705,45	30.454.161,02	(15.600.534,87)	(357.174.451,67)
2080	6.983.155,82	5.787.208,40	2.052.438,11	0,00	0,00	14.822.802,33	29.463.190,62	804.511,04	30.267.701,66	(15.444.899,33)	(372.619.350,99)
2081	6.960.081,17	5.765.372,25	2.023.539,81	0,00	0,00	14.748.993,23	29.041.689,57	801.852,67	29.843.542,24	(15.094.549,00)	(387.713.900,00)
2082	6.966.781,14	5.767.222,19	1.994.802,01	0,00	0,00	14.728.805,35	28.622.533,40	802.624,56	29.425.157,96	(14.696.352,61)	(402.410.252,61)
2083	6.963.945,68	5.763.703,52	1.971.080,98	0,00	0,00	14.698.730,18	28.275.060,07	802.297,89	29.077.357,96	(14.378.627,79)	(416.788.880,40)
2084	6.953.796,55	5.752.386,39	1.943.173,03	0,00	0,00	14.649.355,98	27.867.845,36	801.128,64	28.668.973,99	(14.019.618,02)	(430.808.498,41)
2085	6.953.894,74	5.751.246,14	1.910.774,29	0,00	0,00	14.615.915,17	27.396.584,27	801.139,95	28.197.724,22	(13.581.809,05)	(444.390.307,46)
2086	6.963.955,22	5.756.075,30	1.884.677,08	0,00	0,00	14.604.707,61	27.015.492,42	802.298,99	27.817.791,41	(13.213.083,80)	(457.603.391,26)
2087	6.951.508,74	5.742.769,16	1.854.778,34	0,00	0,00	14.549.056,24	26.580.278,62	800.865,06	27.381.143,68	(12.832.087,44)	(470.435.478,70)
2088	6.951.822,20	5.739.921,98	1.817.837,80	0,00	0,00	14.509.581,99	26.044.685,93	800.901,18	26.845.587,10	(12.336.005,11)	(482.771.483,82)
2089	6.960.544,28	5.743.984,29	1.789.761,44	0,00	0,00	14.494.290,00	25.635.968,93	801.906,02	26.437.874,96	(11.943.584,95)	(494.715.068,77)
2090	6.955.333,59	5.736.810,65	1.755.531,39	0,00	0,00	14.447.675,63	25.139.612,94	801.305,71	25.940.918,65	(11.493.243,02)	(506.208.311,79)
2091	6.959.481,25	5.736.599,45	1.723.214,71	0,00	0,00	14.419.295,41	24.670.895,21	801.783,55	25.472.678,77	(11.053.383,36)	(517.261.695,15)
2092	6.963.471,18	5.737.123,56	1.689.566,98	0,00	0,00	14.390.161,72	24.183.503,30	802.243,22	24.985.746,52	(10.595.584,80)	(527.857.279,95)
2093	6.951.109,29	5.724.089,50	1.656.361,93	0,00	0,00	14.331.560,72	23.702.810,35	800.819,04	24.503.629,39	(10.172.068,67)	(538.029.348,62)
2094	6.954.925,85	5.724.790,82	1.624.598,47	0,00	0,00	14.304.315,14	23.243.118,02	801.258,74	24.044.376,76	(9.740.061,62)	(547.769.410,23)
2095	6.965.947,11	5.731.407,92	1.594.367,28	0,00	0,00	14.291.722,31	22.805.750,07	802.528,47	23.608.278,54	(9.316.556,23)	(557.085.966,47)
2096	6.955.753,94	5.721.001,44	1.564.544,20	0,00	0,00	14.241.299,58	22.374.672,17	801.354,14	23.176.026,31	(8.934.726,73)	(566.020.693,20)
2097	6.970.171,57	5.730.618,53	1.537.153,74	0,00	0,00	14.237.943,84	21.978.827,03	803.015,16	22.781.842,19	(8.543.898,35)	(574.564.591,55)

Tabela D 4 – Fluxo de Caixa - Plano de Custeio Apurado (em R$) – de equilíbrio

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Apurado						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2023	19.383.466,75	6.090.648,47	1.385.132,43	3.272.155,98	1.815.455,09	31.946.858,73	29.547.586,25	815.951,18	30.363.537,44	1.583.321,29	40.458.162,62
2024	22.029.173,91	6.075.610,66	1.556.816,86	3.438.135,02	1.889.396,19	34.989.132,64	31.945.906,21	811.387,62	32.757.293,83	2.231.838,81	42.690.001,43
2025	29.892.357,73	6.099.387,45	1.612.020,02	3.612.533,29	1.993.623,07	43.209.921,56	32.673.813,07	813.618,88	33.487.431,96	9.722.489,60	52.412.491,04
2026	30.887.739,23	6.111.371,17	1.688.858,27	3.795.777,85	2.447.663,33	44.931.409,85	33.692.073,36	814.442,70	34.506.516,06	10.424.893,79	62.837.384,82
2027	31.835.991,62	6.122.800,38	1.771.367,77	3.988.317,43	2.934.505,87	46.652.983,08	34.787.344,24	814.011,55	35.601.355,78	11.051.627,30	73.889.012,12
2028	32.741.200,58	6.132.430,47	1.869.800,37	4.190.623,52	3.450.616,87	48.384.671,81	36.108.647,67	812.537,55	36.921.185,22	11.463.486,59	85.352.498,71
2029	33.550.201,65	6.116.844,50	1.992.016,71	4.403.191,52	3.985.961,69	50.048.216,08	37.761.856,79	808.828,39	38.570.685,18	11.477.530,90	96.830.029,61
2030	34.446.228,73	6.105.824,36	2.083.512,41	4.626.541,96	4.521.962,38	51.784.069,85	38.965.021,56	807.365,02	39.772.386,58	12.011.683,27	108.841.712,87
2031	35.419.205,93	6.108.362,74	2.140.307,47	4.861.221,78	5.082.907,99	53.612.005,91	39.633.804,12	807.735,60	40.441.539,72	13.170.466,19	122.012.179,07
2032	36.349.670,02	6.101.641,70	2.208.580,32	5.107.805,65	5.697.968,76	55.465.666,46	40.485.317,70	807.142,67	41.292.460,37	14.173.206,09	136.185.385,15
2033	37.172.087,21	6.103.636,53	2.307.198,85	5.366.897,41	6.359.857,49	57.309.677,50	41.756.332,56	804.242,48	42.560.575,03	14.749.102,47	150.934.487,62
2034	38.127.010,39	6.101.935,41	2.367.602,90	5.639.131,52	7.048.640,57	59.284.320,79	42.472.015,61	804.282,47	43.276.298,08	16.008.022,72	166.942.510,34
2035	38.941.183,97	6.091.321,99	2.466.437,98	3.420.675,36	7.796.215,23	58.715.834,54	43.724.480,67	801.423,83	44.525.904,50	14.189.930,04	181.132.440,38
2036	39.975.385,20	6.096.224,02	2.502.567,37	0,00	8.458.884,97	57.033.061,56	44.064.015,81	803.121,75	44.867.137,56	12.165.924,00	193.298.364,38
2037	40.958.682,26	6.093.975,55	2.547.679,23	0,00	9.027.033,62	58.627.370,65	44.522.521,36	803.741,80	45.326.263,17	13.301.107,49	206.599.471,87
2038	41.898.008,72	6.087.284,88	2.601.724,04	0,00	9.648.195,34	60.235.212,98	45.096.013,50	803.490,43	45.899.503,93	14.335.709,05	220.935.180,91
2039	41.888.225,68	6.083.312,13	2.639.438,10	0,00	10.317.672,95	60.928.648,85	45.423.088,53	803.302,82	46.226.391,35	14.702.257,49	235.637.438,41
2040	41.857.468,26	6.070.737,41	2.697.000,92	0,00	11.004.268,37	61.629.474,96	46.020.662,32	802.712,98	46.823.375,30	14.806.099,66	250.443.538,07
2041	41.911.379,69	6.070.552,93	2.710.376,13	0,00	11.695.713,23	62.388.021,98	45.974.144,61	803.746,85	46.777.891,47	15.610.130,51	266.053.668,58
2042	41.916.812,12	6.067.036,33	2.743.023,81	0,00	12.424.706,32	63.151.578,58	46.190.507,25	803.851,03	46.994.358,29	16.157.220,30	282.210.888,88
2043	41.930.610,92	6.067.091,30	2.747.342,43	0,00	13.179.248,51	63.924.293,16	45.990.313,28	804.115,66	46.794.428,93	17.129.864,23	299.340.753,11
2044	41.826.015,67	6.040.644,57	2.795.569,07	0,00	13.979.213,17	64.641.442,48	46.406.268,96	802.109,80	47.208.378,76	17.433.063,72	316.773.816,83
2045	41.781.630,80	6.021.525,49	2.812.433,62	0,00	14.793.337,25	65.408.927,16	46.364.084,52	801.258,62	47.165.343,15	18.243.584,02	335.017.400,85
2046	41.798.409,79	6.018.934,44	2.829.993,07	0,00	15.645.312,62	66.292.649,92	46.322.844,25	801.580,40	47.124.424,65	19.168.225,28	354.185.626,13
2047	41.713.902,26	5.999.405,52	2.852.773,01	0,00	16.540.468,74	67.106.549,53	46.348.516,92	799.959,77	47.148.476,69	19.958.072,84	374.143.698,96

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Apurado						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2048	41.548.459,80	5.965.159,58	2.885.457,77	0,00	17.472.510,74	67.871.587,90	46.509.458,91	796.787,03	47.306.245,94	20.565.341,95	394.709.040,92
2049	41.581.072,79	5.956.724,52	2.866.005,22	0,00	18.432.912,21	68.836.714,74	45.920.886,27	797.412,46	46.718.298,73	22.118.416,01	416.827.456,93
2050	41.554.252,80	5.942.010,23	2.859.625,14	0,00	19.465.842,24	69.821.730,40	45.516.014,03	796.898,13	46.312.912,15	23.508.818,25	440.336.275,18
2051	41.577.075,34	5.930.289,24	2.838.484,09	0,00	20.563.704,05	70.909.552,73	44.899.113,24	797.335,80	45.696.449,04	25.213.103,69	465.549.378,86
2052	41.627.410,75	5.923.932,19	2.825.643,55	0,00	21.741.155,99	72.118.142,48	44.401.717,27	798.301,10	45.200.018,37	26.918.124,11	492.467.502,98
2053	41.701.128,90	5.918.748,73	2.785.168,73	0,00	22.998.232,39	73.403.278,74	43.512.630,34	799.714,81	44.312.345,15	29.090.933,59	521.558.436,56
2054	41.853.109,67	5.930.258,76	2.750.126,97	0,00	24.356.778,99	74.890.274,38	42.706.344,32	802.629,39	43.508.973,71	31.381.300,67	552.939.737,23
2055	6.981.370,17	5.926.857,51	2.712.402,25	0,00	25.822.285,73	41.442.915,65	41.868.903,85	804.305,32	42.673.209,16	(1.230.293,51)	551.709.443,72
2056	7.001.364,89	5.932.131,92	2.679.679,60	0,00	25.764.831,02	41.378.007,43	41.111.997,16	806.608,86	41.918.606,02	(540.598,59)	551.168.845,13
2057	7.006.003,21	5.929.072,22	2.658.143,95	0,00	25.739.585,07	41.332.804,45	40.525.862,26	807.143,23	41.333.005,48	(201,04)	551.168.644,09
2058	6.999.815,95	5.920.794,40	2.643.470,63	0,00	25.739.575,68	41.303.656,66	40.050.491,32	806.430,41	40.856.921,73	446.734,92	551.615.379,02
2059	6.994.314,07	5.913.991,41	2.619.258,31	0,00	25.760.438,20	41.288.001,99	39.453.126,14	805.796,55	40.258.922,69	1.029.079,30	552.644.458,31
2060	6.994.104,11	5.905.321,08	2.598.935,67	0,00	25.808.496,20	41.306.857,06	38.926.860,65	805.772,36	39.732.633,01	1.574.224,05	554.218.682,37
2061	6.991.009,53	5.894.073,74	2.586.279,48	0,00	25.882.012,47	41.353.375,22	38.526.668,50	805.415,84	39.332.084,34	2.021.290,87	556.239.973,24
2062	6.975.049,92	5.874.057,12	2.567.262,22	0,00	25.976.406,75	41.392.776,01	38.052.967,90	803.577,18	38.856.545,08	2.536.230,93	558.776.204,17
2063	6.966.603,36	5.857.183,52	2.531.711,13	0,00	26.094.848,73	41.450.346,74	37.361.009,44	802.604,07	38.163.613,51	3.286.733,22	562.062.937,39
2064	6.970.882,01	5.850.531,35	2.505.584,57	0,00	26.248.339,18	41.575.337,11	36.821.908,60	803.097,01	37.625.005,61	3.950.331,50	566.013.268,90
2065	6.966.357,43	5.838.417,41	2.469.846,39	0,00	26.432.819,66	41.707.440,88	36.163.647,03	802.575,74	36.966.222,77	4.741.218,11	570.754.487,01
2066	6.970.136,55	5.830.698,90	2.438.681,05	0,00	26.654.234,54	41.893.751,04	35.588.464,54	803.011,12	36.391.475,66	5.502.275,38	576.256.762,39
2067	6.971.887,54	5.822.272,63	2.399.053,67	0,00	26.911.190,80	42.104.404,64	34.909.478,43	803.212,85	35.712.691,28	6.391.713,37	582.648.475,76
2068	6.978.277,94	5.818.783,14	2.362.931,71	0,00	27.209.683,82	42.369.676,62	34.296.722,09	803.949,07	35.100.671,16	7.269.005,46	589.917.481,21
2069	6.975.457,25	5.811.499,22	2.339.141,28	0,00	27.549.146,37	42.675.244,13	33.875.133,50	803.624,11	34.678.757,61	7.996.486,52	597.913.967,73
2070	6.969.172,95	5.801.362,14	2.298.445,73	0,00	27.922.582,29	42.991.563,12	33.225.727,51	802.900,11	34.028.627,62	8.962.935,50	606.876.903,23
2071	6.981.001,62	5.806.611,91	2.261.407,98	0,00	28.341.151,38	43.390.172,90	32.640.776,04	804.262,86	33.445.038,90	9.945.134,00	616.822.037,23
2072	6.983.333,72	5.802.974,44	2.228.261,50	0,00	28.805.589,14	43.820.158,80	32.122.077,58	804.531,53	32.926.609,11	10.893.549,69	627.715.586,92
2073	6.991.539,92	5.807.148,62	2.205.404,83	0,00	29.314.317,91	44.318.411,27	31.759.524,49	805.476,95	32.565.001,44	11.753.409,84	639.468.996,75
2074	6.985.388,07	5.799.931,86	2.177.731,09	0,00	29.863.202,15	44.826.253,17	31.335.821,75	804.768,21	32.140.589,96	12.685.663,21	652.154.659,97

Ano	Receitas do Fundo – Plano de Custeio Apurado						Despesas			Total (Receitas - Despesas)	Saldo de Caixa
	Contribuições do Ente	Contribuições dos participantes	Compensação Previdenciária	Dívida para com o RPPS	Ganhos de Mercado	Total de Receitas	Benefícios de Inativos e Pensionistas	Despesas Administrativas	Total das despesas		
2075	6.983.543,21	5.794.055,29	2.154.770,90	0,00	30.455.622,62	45.387.992,02	30.985.683,07	804.555,67	31.790.238,74	13.597.753,28	665.752.413,24
2076	6.985.114,91	5.798.533,98	2.143.743,69	0,00	31.090.637,70	46.018.030,28	30.810.891,91	804.736,74	31.615.628,65	14.402.401,63	680.154.814,87
2077	6.976.723,37	5.788.111,45	2.114.142,41	0,00	31.763.229,85	46.642.207,08	30.374.379,40	803.769,97	31.178.149,37	15.464.057,71	695.618.872,58
2078	6.983.405,42	5.790.393,35	2.080.349,59	0,00	32.485.401,35	47.339.549,71	29.880.491,67	804.539,80	30.685.031,47	16.654.518,24	712.273.390,82
2079	6.993.523,28	5.795.320,72	2.064.782,15	0,00	33.263.167,35	48.116.793,50	29.648.455,57	805.705,45	30.454.161,02	17.662.632,48	729.936.023,30
2080	6.983.155,82	5.787.208,40	2.052.438,11	0,00	34.088.012,29	48.910.814,62	29.463.190,62	804.511,04	30.267.701,66	18.643.112,96	748.579.136,26
2081	6.960.081,17	5.765.372,25	2.023.539,81	0,00	34.958.645,66	49.707.638,89	29.041.689,57	801.852,67	29.843.542,24	19.864.096,66	768.443.232,92
2082	6.966.781,14	5.767.222,19	1.994.802,01	0,00	35.886.298,98	50.615.104,32	28.622.533,40	802.624,56	29.425.157,96	21.189.946,37	789.633.179,29
2083	6.963.945,68	5.763.703,52	1.971.080,98	0,00	36.875.869,47	51.574.599,65	28.275.060,07	802.297,89	29.077.357,96	22.497.241,69	812.130.420,97
2084	6.953.796,55	5.752.386,39	1.943.173,03	0,00	37.926.490,66	52.575.846,64	27.867.845,36	801.128,64	28.668.973,99	23.906.872,64	836.037.293,61
2085	6.953.894,74	5.751.246,14	1.910.774,29	0,00	39.042.941,61	53.658.856,78	27.396.584,27	801.139,95	28.197.724,22	25.461.132,56	861.498.426,18
2086	6.963.955,22	5.756.075,30	1.884.677,08	0,00	40.231.976,50	54.836.684,11	27.015.492,42	802.298,99	27.817.791,41	27.018.892,70	888.517.318,88
2087	6.951.508,74	5.742.769,16	1.854.778,34	0,00	41.493.758,79	56.042.815,03	26.580.278,62	800.865,06	27.381.143,68	28.661.671,35	917.178.990,23
2088	6.951.822,20	5.739.921,98	1.817.837,80	0,00	42.832.258,84	57.341.840,83	26.044.685,93	800.901,18	26.845.587,10	30.496.253,73	947.675.243,96
2089	6.960.544,28	5.743.984,29	1.789.761,44	0,00	44.256.433,89	58.750.723,90	25.635.968,93	801.906,02	26.437.874,96	32.312.848,94	979.988.092,90
2090	6.955.333,59	5.736.810,65	1.755.531,39	0,00	45.765.443,94	60.213.119,57	25.139.612,94	801.305,71	25.940.918,65	34.272.200,92	1.014.260.293,82
2091	6.959.481,25	5.736.599,45	1.723.214,71	0,00	47.365.955,72	61.785.251,13	24.670.895,21	801.783,55	25.472.678,77	36.312.572,36	1.050.572.866,18
2092	6.963.471,18	5.737.123,56	1.689.566,98	0,00	49.061.752,85	63.451.914,57	24.183.503,30	802.243,22	24.985.746,52	38.466.168,05	1.089.039.034,23
2093	6.951.109,29	5.724.089,50	1.656.361,93	0,00	50.858.122,90	65.189.683,62	23.702.810,35	800.819,04	24.503.629,39	40.686.054,23	1.129.725.088,46
2094	6.954.925,85	5.724.790,82	1.624.598,47	0,00	52.758.161,63	67.062.476,77	23.243.118,02	801.258,74	24.044.376,76	43.018.100,01	1.172.743.188,48
2095	6.965.947,11	5.731.407,92	1.594.367,28	0,00	54.767.106,90	69.058.829,21	22.805.750,07	802.528,47	23.608.278,54	45.450.550,67	1.218.193.739,15
2096	6.955.753,94	5.721.001,44	1.564.544,20	0,00	56.889.647,62	71.130.947,20	22.374.672,17	801.354,14	23.176.026,31	47.954.920,89	1.266.148.660,03
2097	6.970.171,57	5.730.618,53	1.537.153,74	0,00	59.129.142,42	73.367.086,26	21.978.827,03	803.015,16	22.781.842,19	50.585.244,08	1.316.733.904,11

ANEXO E – Projeção da evolução das Provisões Matemáticas para os próximos doze meses

A tabela abaixo apresenta a evolução das reservas matemáticas para os próximos 12 meses.

Mês	VASF	VABF concedidos	VACF concedidos	PMBC	VABF a conceder	VACF ente	VACF Servidores	PMBaC	VACompF a receber	VACompF a pagar
0	350.077.305,13	415.788.100,16	5.548.033,79	410.240.066,37	270.397.072,79	49.765.989,47	41.815.944,45	178.815.138,87	48.032.962,11	0,00
1	350.302.969,91	415.712.334,74	5.547.022,82	410.165.311,92	270.571.374,57	49.798.069,33	41.842.899,60	178.930.405,64	48.039.859,65	0,00
2	350.528.634,69	415.636.569,32	5.546.011,85	410.090.557,47	270.745.676,35	49.830.149,19	41.869.854,75	179.045.672,41	48.046.757,20	0,00
3	350.754.299,48	415.560.803,91	5.545.000,88	410.015.803,02	270.919.978,12	49.862.229,05	41.896.809,90	179.160.939,17	48.053.654,74	0,00
4	350.979.964,26	415.485.038,49	5.543.989,91	409.941.048,57	271.094.279,90	49.894.308,91	41.923.765,05	179.276.205,94	48.060.552,29	0,00
5	351.205.629,04	415.409.273,07	5.542.978,94	409.866.294,13	271.268.581,68	49.926.388,77	41.950.720,20	179.391.472,71	48.067.449,83	0,00
6	351.431.293,83	415.333.507,65	5.541.967,97	409.791.539,68	271.442.883,46	49.958.468,63	41.977.675,35	179.506.739,48	48.074.347,38	0,00
7	351.656.958,61	415.257.742,23	5.540.957,00	409.716.785,23	271.617.185,24	49.990.548,50	42.004.630,50	179.622.006,25	48.081.244,92	0,00
8	351.882.623,39	415.181.976,81	5.539.946,03	409.642.030,78	271.791.487,01	50.022.628,36	42.031.585,64	179.737.273,01	48.088.142,47	0,00
9	352.108.288,17	415.106.211,40	5.538.935,06	409.567.276,33	271.965.788,79	50.054.708,22	42.058.540,79	179.852.539,78	48.095.040,01	0,00
10	352.333.952,96	415.030.445,98	5.537.924,09	409.492.521,88	272.140.090,57	50.086.788,08	42.085.495,94	179.967.806,55	48.101.937,56	0,00
11	352.559.617,74	414.954.680,56	5.536.913,13	409.417.767,43	272.314.392,35	50.118.867,94	42.112.451,09	180.083.073,32	48.108.835,10	0,00
12	352.785.282,52	414.878.915,14	5.535.902,16	409.343.012,98	272.488.694,13	50.150.947,80	42.139.406,24	180.198.340,09	48.115.732,65	0,00

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefone: (31) 3466-3552 – site: www.brasilisconsultoria.com.br

ANEXO F - Ganhos e perdas atuariais

O balanço de ganho e perdas atuariais demonstra o ajuste entre os valores realizados e a projeção que se tinha quando da formulação do Plano de Custeio na Avaliação Atuarial, tendo em vista o comportamento das hipóteses e premissas atuariais.

Tabela F 1 – Balanço de ganhos e perdas atuariais

Descrição	Passivo Atuarial	
	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder
Valor presente da obrigação atuarial em 1° de janeiro	266.506.551,03	136.360.496,76
Custo dos juros	13.431.930,17	6.872.569,04
Custo da atualização monetária	15.416.982,79	7.888.239,23
Contribuições arrecadadas	0,00	10.489.507,38
Benefícios pagos	29.612.340,31	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro	390.775.342,62	159.887.343,77
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial no início do exercício (valores apurados por diferença)	**125.032.218,94**	**(1.723.468,64)**

ANEXO G - Demonstrativo de Reserva Matemática (Portaria MTP nº 1.467/2022)

A tabela seguinte apresenta as Provisões Matemáticas para registro das provisões matemáticas previdenciárias nas demonstrações contábeis.

Importante registrar que o § 3º do artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467/202, determina que para registro das provisões matemáticas previdenciárias nas demonstrações contábeis deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.

Assim sendo, com base na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público, bem como na Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14), as provisões matemáticas que constarão em balanço patrimonial devem ser calculadas com base no método de financiamento denominado **Crédito Unitário Projetado (CUP)**.

Desta forma, a tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas considerando o plano de custeio com base no método de financiamento Crédito Unitário Projetado (CUP), exclusivamente para fins de registros contábeis, e as Provisões Matemáticas considerando o método de financiamento definido na Nota Técnica Atuarial para apuração do plano de custeio de equilíbrio, qual seja, **Idade de Entrada Normal – IEN**.

Tabela G 1 – Valores a serem lançados no balancete contábil

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS NOME DO MUNICÍPIO: PALMEIRA ESTADO: PR DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2022		
ATIVO		
CÓDIGO DA CONTA	**NOME**	**VALORES (R$)**
(APF)	**(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO**	**0,00**
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	0,00
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	0,00
(APP)	**(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO**	**38.874.841,33**
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	3.272.155,98
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	36.934.998,74
	TOTAL DO ATIVO	**79.081.996,05**
PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5) + (6) - (7) + (8) + (9)	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS**	**164.796.559,72**
PLANO FINANCEIRO		
2.2.7.2.1.01.00	**(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**	**0,00**
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS		
NOME DO MUNICÍPIO: PALMEIRA ESTADO: PR		
DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2022		
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.02.00	**(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER**	**0,00**
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÔES DO SERVIDOR	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	**(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**	**15.340.595,13**
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	415.788.100,16
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	5.548.033,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÔES DO PENSIONISTA	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	19.464.723,75
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	375.434.747,49
2.2.7.2.1.04.00	**(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER**	**149.455.964,59**
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	270.397.072,79
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	55.540.502,95
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	46.472.810,15
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	18.927.795,10
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.1.05.00	**(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO**	**0,00**
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	0,00
2.2.7.2.1.06.00	**(8) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO**	**0,00**
2.2.7.2.1.06.01	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.00	**(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO**	**0,00**
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.02	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.03	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	0,00
2.2.7.2.1.07.04	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	0,00
2.2.7.2.1.07.98	(+) OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	0,00
SITUAÇÃO ATUARIAL		
(1) - (3) - (4)	**PLANO FINANCEIRO - EQUILÍBRIO TÉCNICO ATUARIAL**	**0,00**
(2) - (5) - (6) + (7) - (9)	**PLANO PREVIDENCIÁRIO - DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL**	**(85.714.563,67)**
NOTAS EXPLICATIVAS:	O Município de Palmeira através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R$ 375.434.747,49 e foi alocado na conta contábil "Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial".	

Tabela G 2 – Valores a serem lançados no balancete contábil – padrão PCASP 2023

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS		
NOME DO MUNICÍPIO: PALMEIRA ESTADO: PR DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2022		
ATIVO		
CÓDIGO DA CONTA	**NOME**	**VALORES (R$)**
(APP)	**ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO**	**38.874.841,33**
1.2.1.1.2.06.04	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	40.207.154,72
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	375.434.747,49
	(2) TOTAL DO ATIVO – PLANO PREVIDENCIÁRIO	**454.516.743,54**
PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00 (5) + (6) - (7)	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS**	**540.231.307,21**
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	**(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**	**390.775.342,62**
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	415.788.100,16
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	5.548.033,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÔES DO PENSIONISTA	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	19.464.723,75
2.2.7.2.1.04.00	**(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER**	**149.455.964,59**
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	270.397.072,79
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	55.540.502,95
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	46.472.810,15
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	18.927.795,10
SITUAÇÃO ATUARIAL		
(2) - (5) - (6) + (7)	**PLANO PREVIDENCIÁRIO - DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL**	**(85.714.563,67)**
NOTAS EXPLICATIVAS:	O Município de Palmeira através do Decreto nº 14.676, de 13/09/2021, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R$ 375.434.747,49 e foi alocado na conta contábil "Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial".	

ANEXO H – Projeção para Relatório de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R$ 1,00)
LRF Art. 53, § 1º, inciso II (R$ 1,00)
Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 3º, § 5º

Tabela H 1 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PROJEÇÕES ATUARIAIS

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2022	30.711.290,27	29.608.347,69	1.102.942,58	39.699.270,77
2023	31.946.858,73	30.363.537,44	1.583.321,29	41.282.592,06
2024	35.381.665,00	32.757.293,83	2.624.371,18	43.906.963,24
2025	45.075.093,35	33.487.431,96	11.587.661,40	55.494.624,64
2026	48.371.242,90	34.506.516,06	13.864.726,84	69.359.351,48
2027	51.584.094,87	35.601.355,78	15.982.739,08	85.342.090,56
2028	54.682.988,93	36.921.185,22	17.761.803,72	103.103.894,28
2029	57.504.387,16	38.570.685,18	18.933.701,98	122.037.596,26
2030	60.358.289,07	39.772.386,58	20.585.902,49	142.623.498,74
2031	63.348.668,14	40.441.539,72	22.907.128,42	165.530.627,17
2032	66.200.549,29	41.292.460,37	24.908.088,92	190.438.716,09
2033	68.750.823,81	42.560.575,03	26.190.248,78	216.628.964,87
2034	71.554.978,18	43.276.298,08	28.278.680,10	244.907.644,97
2035	71.407.167,94	44.525.904,50	26.881.263,43	271.788.908,41
2036	70.610.750,80	44.867.137,56	25.743.613,24	297.532.521,64
2037	72.882.160,41	45.326.263,17	27.555.897,25	325.088.418,89
2038	75.027.445,81	45.899.503,93	29.127.941,88	354.216.360,77
2039	76.207.171,37	46.226.391,35	29.980.780,02	384.197.140,79
2040	77.167.611,44	46.823.375,30	30.344.236,14	414.541.376,93
2041	78.461.476,49	46.777.891,47	31.683.585,02	446.224.961,95
2042	79.555.344,38	46.994.358,29	32.560.986,10	478.785.948,04
2043	80.705.921,67	46.794.428,93	33.911.492,74	512.697.440,78
2044	81.219.756,22	47.208.378,76	34.011.377,46	546.708.818,25
2045	81.995.363,22	47.165.343,15	34.830.020,07	581.538.838,32
2046	83.031.753,61	47.124.424,65	35.907.328,97	617.446.167,28
2047	83.769.506,64	47.148.476,69	36.621.029,95	654.067.197,23
2048	84.175.445,99	47.306.245,94	36.869.200,05	690.936.397,28
2049	85.390.457,83	46.718.298,73	38.672.159,10	729.608.556,37
2050	86.262.298,82	46.312.912,15	39.949.386,67	769.557.943,04
2051	87.356.550,81	45.696.449,04	41.660.101,76	811.218.044,81
2052	88.762.469,38	45.200.018,37	43.562.451,01	854.780.495,82
2053	90.481.107,87	44.312.345,15	46.168.762,71	900.949.258,53
2054	92.648.002,71	43.508.973,71	49.139.028,99	950.088.287,53
2055	60.414.345,35	42.673.209,16	17.741.136,18	967.829.423,71
2056	61.175.943,29	41.918.606,02	19.257.337,27	987.086.760,98
2057	61.904.095,45	41.333.005,48	20.571.089,97	1.007.657.850,95

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2058	62.681.813,33	40.856.921,73	21.824.891,60	1.029.482.742,54
2059	63.565.907,01	40.258.922,69	23.306.984,32	1.052.789.726,86
2060	64.625.140,25	39.732.633,01	24.892.507,24	1.077.682.234,10
2061	65.760.622,23	39.332.084,34	26.428.537,88	1.104.110.771,99
2062	66.939.841,45	38.856.545,08	28.083.296,38	1.132.194.068,36
2063	68.190.460,14	38.163.613,51	30.026.846,63	1.162.220.914,99
2064	69.564.213,81	37.625.005,61	31.939.208,20	1.194.160.123,19
2065	71.003.398,13	36.966.222,77	34.037.175,35	1.228.197.298,54
2066	72.557.829,48	36.391.475,66	36.166.353,83	1.264.363.652,37
2067	74.200.495,55	35.712.691,28	38.487.804,27	1.302.851.456,64
2068	75.964.654,97	35.100.671,16	40.863.983,81	1.343.715.440,45
2069	77.839.107,97	34.678.757,61	43.160.350,36	1.386.875.790,81
2070	79.797.579,40	34.028.627,62	45.768.951,78	1.432.644.742,59
2071	81.915.030,14	33.445.038,90	48.469.991,24	1.481.114.733,84
2072	84.144.126,88	32.926.609,11	51.217.517,77	1.532.332.251,60
2073	86.525.508,66	32.565.001,44	53.960.507,22	1.586.292.758,82
2074	89.004.422,01	32.140.589,96	56.863.832,05	1.643.156.590,87
2075	91.629.281,34	31.790.238,74	59.839.042,59	1.702.995.633,46
2076	94.418.787,81	31.615.628,65	62.803.159,16	1.765.798.792,62
2077	97.303.279,99	31.178.149,37	66.125.130,62	1.831.923.923,24
2078	100.366.494,72	30.685.031,47	69.681.463,25	1.901.605.386,49
2079	103.620.096,84	30.454.161,02	73.165.935,82	1.974.771.322,31
2080	107.006.122,23	30.267.701,66	76.738.420,57	2.051.509.742,88
2081	110.515.997,37	29.843.542,24	80.672.455,13	2.132.182.198,01
2082	114.263.213,14	29.425.157,96	84.838.055,18	2.217.020.253,20
2083	118.195.075,15	29.077.357,96	89.117.717,18	2.306.137.970,38
2084	122.307.498,34	28.668.973,99	93.638.524,34	2.399.776.494,72
2085	126.646.976,62	28.197.724,22	98.449.252,40	2.498.225.747,13
2086	131.233.349,14	27.817.791,41	103.415.557,73	2.601.641.304,86
2087	136.007.204,32	27.381.143,68	108.626.060,64	2.710.267.365,50
2088	141.040.567,10	26.845.587,10	114.194.980,00	2.824.462.345,50
2089	146.358.180,68	26.437.874,96	119.920.305,73	2.944.382.651,23
2090	151.911.844,59	25.940.918,65	125.970.925,94	3.070.353.577,17
2091	157.766.306,61	25.472.678,77	132.293.627,84	3.202.647.205,01
2092	163.915.285,34	24.985.746,52	138.929.538,82	3.341.576.743,83
2093	170.344.693,80	24.503.629,39	145.841.064,41	3.487.417.808,24
2094	177.128.225,93	24.044.376,76	153.083.849,17	3.640.501.657,41
2095	184.264.648,85	23.608.278,54	160.656.370,31	3.801.158.027,72
2096	191.716.878,62	23.176.026,31	168.540.852,31	3.969.698.880,03
2097	199.584.380,68	22.781.842,19	176.802.538,49	4.146.501.418,53

ANEXO I - Análise de Variação dos Resultados das últimas Avaliações Atuariais

Neste anexo estão descritas as principais variações entre os resultados apurados neste estudo e os das últimas avaliações atuariais realizadas pela **Brasilis Consultoria Atuarial** e/ou disponibilizadas pelo RPPS.

a) VARIAÇÃO NA BASE DE DADOS CADASTRAIS

As tabelas a seguir apresentam respectivamente as variações no quantitativo de participantes, nas folhas de salários e benefícios e nos salários e benefícios médios calculados.

Tabela I 1 - Variações do Quantitativo de participantes

AVALIAÇÃO ATUARIAL	Quantitativo de Participantes					
	Ativos	Variação %	Inativos	Variação %	Pensionistas	Variação %
2020	959		341		74	
2021	787	-17,94%	371	8,80%	69	-6,76%
2022	737	-6,35%	397	7,01%	67	-2,90%
2023	704	-4,48%	422	6,30%	68	1,49%

Tabela I 2 - Variações das Folhas de Salários e Benefícios

AVALIAÇÃO ATUARIAL	Folha de Salários e benefícios (R$)					
	Ativos	Variação %	Inativos	Variação %	Pensionistas	Variação %
2020	2.749.663,98		1.112.338,59		127.805,40	
2021	2.581.958,12	-6,10%	1.376.298,70	23,73%	129.083,82	1,00%
2022	2.583.926,48	0,08%	1.488.623,76	8,16%	132.380,40	2,55%
2023	3.114.184,42	20,52%	2.124.130,82	42,69%	153.741,35	16,14%

Tabela I 3 - Variações dos Salários e Benefícios Médios

AVALIAÇÃO ATUARIAL	Salários e Benefícios Médios (R$)					
	Ativos	Variação %	Inativos	Variação %	Pensionistas	Variação %
2020	2.867,22		3.261,99		1.727,10	
2021	3.280,76	14,42%	3.709,70	13,73%	1.870,78	8,32%
2022	3.506,01	6,87%	3.749,68	1,08%	1.975,83	5,62%
2023	4.423,56	26,17%	5.033,49	34,24%	2.260,90	14,43%

Comparando os quantitativos da avaliação atuarial de 2023 com a de 2022, tem-se que os ativos obtiveram variação de -4,48%, os aposentados de 6,30% e os pensionistas de 1,49%.

Com relação aos salários/benefícios médios, tem-se que os ativos obtiveram variação de 26,17%, os aposentados de 34,24% e os pensionistas de 14,43%.

b) VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO

No estudo atual, foi utilizado o Método de Financiamento conhecido como Idade de Entrada Normal – IEN. Neste método, considerando o cenário de confirmação das premissas adotadas, o Custo Normal de aposentadoria programada não varia em função da variação da idade média do grupo, ao contrário do que acontece com outros métodos.

As tabelas a seguir apresentam as variações nos custos normais, nos valores das Provisões e ativos financeiros e nos custos totais, respectivamente.

Tabela I 4 - Variações nos Custos Normais

CUSTO NORMAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL			
	2020	2021	2022	2023
Aposentadorias com reversão ao dependente	0,00%	0,00%	22,26%	22,47%
Invalidez com reversão ao dependente	0,00%	0,00%	1,78%	2,60%
Pensão de ativos	0,00%	0,00%	1,87%	1,08%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	**0,00%**	**0,00%**	**25,91%**	**26,15%**
Administração do Plano	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	**0,00%**	**0,00%**	**27,91%**	**28,15%**

Tabela I 5 - Variações nos valores das Provisões e Ativos Financeiros do Plano

SALDO DO SISTEMA (valores em R$)	AVALIAÇÃO ATUARIAL			
	2020	2021	2022	2023
(-) RM de Benefícios Concedidos (RMBC)*	233.313.652,00	305.087.343,91	283.565.834,22	410.240.066,37
(-) RM de Benefícios a Conceder (RMBaC)*	106.530.417,95	129.228.578,96	155.646.454,38	178.815.138,87
Provisões Matemáticas (RMBaC + RMBC)	**339.844.069,95**	**434.315.922,87**	**439.212.288,60**	**589.055.205,24**
(+) Ativo Líquido do Plano	75.451.548,61	70.236.897,34	40.253.123,32	38.874.841,33
(+) Saldo devedor de Acordo de Parcelamento	0,00	0,00	16.005.139,58	40.207.154,72
(+) Valor Presente da COMPREV a receber	41.566.277,86	47.051.118,43	36.345.240,81	38.392.518,85
Resultado Técnico Atuarial	**(222.826.243,48)**	**(317.027.907,10)**	**(346.608.784,89)**	**(471.580.690,34)**

* A Compensação Previdenciária foi desconsiderada no cômputo das Provisões Matemáticas

Dos dados dispostos nas tabelas anteriores, podem ser feitas as seguintes análises, comparando a avaliação atuarial de 2023 com a anterior em 2022:

- Houve um aumento de 0,21 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria Programada, devido à mudança da tábua de mortalidade, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.
- Houve aumento de 0,82 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria por Invalidez, devido ao aumento da idade média dos servidores ativos em 0,56 anos.
- O Custo da Pensão por Morte apresentou redução de 0,79 pontos percentuais, devido à mudança da tábua de mortalidade, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.
- A Reserva Matemática de Benefícios a Conceder apresentou um aumento de 14,89%, decorrente do crescimento natural desta conta, impactado pelo aumento do salário médio dos participantes ativos em 26,17%.
- A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos apresentou um aumento de 44,67%, consequência do aumento do quantitativo de aposentados e pensionistas e do aumento dos seus benefícios médios em, respectivamente, 34,24% e 14,43%.

Ainda, as alterações nas premissas e metodologias, estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, também afetam a estrutura do cálculo, podendo provocar oscilações no Custo Normal e Provisões Matemáticas deste exercício, quais sejam:

- Redução da taxa de juros (conforme taxa de juros parâmetro); e,
- Atualização da tábua, antes IBGE - 2020 e agora IBGE – 2021, ambas segregada por sexo.

ANEXO J - Demonstrativo de Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Considerando o Fluxo Atuarial do Plano de Benefícios do RPPS-Palmeira para cálculo da duração do passivo, em função dos resultados apurados nesta Avaliação Atuarial, obteve-se o valor de **15,36 anos**.

A tabela a seguir apresenta a evolução da duração do passivo entre a Avaliação Atuarial atual e a dos exercícios anteriores.

Tabela J 6 – Evolução da Duração do Passivo

AVALIAÇÃO ATUARIAL	Duração do Passivo	Variação
2022	15,82	---
2023	15,36	-2,95%

ANEXO K – Tábuas Biométricas

Idade	IBGE – 2021 Mulheres	IBGE - 2021 Homens	ALVARO VINDAS
0	0,010321	0,012045	0,000000
1	0,000686	0,000831	0,000000
2	0,000436	0,000550	0,000000
3	0,000329	0,000425	0,000000
4	0,000268	0,000353	0,000000
5	0,000229	0,000306	0,000000
6	0,000202	0,000273	0,000000
7	0,000183	0,000251	0,000000
8	0,000171	0,000237	0,000000
9	0,000165	0,000233	0,000000
10	0,000166	0,000238	0,000000
11	0,000175	0,000258	0,000000
12	0,000205	0,000298	0,000000
13	0,000239	0,000369	0,000000
14	0,000265	0,000486	0,000000
15	0,000319	0,000966	0,000575
16	0,000366	0,001235	0,000573
17	0,000403	0,001479	0,000572
18	0,000425	0,001678	0,000570
19	0,000437	0,001836	0,000569
20	0,000448	0,001995	0,000569
21	0,000463	0,002148	0,000569
22	0,000479	0,002248	0,000569
23	0,000495	0,002282	0,000570
24	0,000514	0,002265	0,000572
25	0,000533	0,002225	0,000575
26	0,000555	0,002192	0,000579
27	0,000583	0,002173	0,000583
28	0,000618	0,002183	0,000589
29	0,000660	0,002216	0,000596
30	0,000707	0,002254	0,000605
31	0,000758	0,002290	0,000615
32	0,000810	0,002336	0,000628
33	0,000860	0,002393	0,000643
34	0,000913	0,002462	0,000660
35	0,000972	0,002545	0,000681
36	0,001041	0,002641	0,000704
37	0,001119	0,002751	0,000732
38	0,001207	0,002876	0,000764
39	0,001307	0,003018	0,000801
40	0,001416	0,003178	0,000844
41	0,001537	0,003359	0,000893
42	0,001677	0,003566	0,000949
43	0,001840	0,003801	0,001014
44	0,002022	0,004065	0,001088
45	0,002221	0,004355	0,001174
46	0,002432	0,004671	0,001271
47	0,002651	0,005016	0,001383
48	0,002873	0,005393	0,001511
49	0,003105	0,005802	0,001657
50	0,003355	0,006243	0,001823
51	0,003627	0,006718	0,002014
52	0,003915	0,007227	0,002231
53	0,004220	0,007773	0,002479
54	0,004545	0,008358	0,002762
55	0,004903	0,008991	0,003089
56	0,005296	0,009669	0,003452
57	0,005720	0,010382	0,003872
58	0,006176	0,011127	0,004350
59	0,006673	0,011917	0,004895
60	0,007219	0,012770	0,005516
61	0,007828	0,013703	0,006223
62	0,008510	0,014724	0,007029
63	0,009277	0,015846	0,007947
64	0,010134	0,017080	0,008993
65	0,011071	0,018399	0,010183
66	0,012102	0,019842	0,011542
67	0,013255	0,021490	0,013087
68	0,014550	0,023388	0,014847
69	0,015988	0,025526	0,016852
70	0,017545	0,027839	0,019135
71	0,019238	0,030313	0,021734
72	0,021121	0,033015	0,024695
73	0,023225	0,035972	0,028066
74	0,025551	0,039191	0,031904
75	0,028051	0,042657	0,036275
76	0,030747	0,046387	0,041252
77	0,033736	0,050443	0,046919
78	0,037070	0,054866	0,055371
79	0,040755	0,059683	0,060718
80	0,044794	0,063961	0,069084
81	0,048986	0,068489	0,078608
82	0,053355	0,073301	0,089453
83	0,057927	0,078438	0,101800
84	0,062732	0,083948	0,115899
85	0,067804	0,089888	0,131865
86	0,073185	0,096327	0,190090
87	0,078921	0,103347	0,170840
88	0,085070	0,111048	0,194465
89	0,091696	0,119555	0,221363
90	0,098882	0,129022	0,251988
91	0,106724	0,139643	0,000000

Idade	IBGE – 2021 Mulheres	IBGE - 2021 Homens	ALVARO VINDAS
92	0,115342	0,151667	0,000000
93	0,124886	0,165416	0,000000
94	0,135543	0,181314	0,000000
95	0,147552	0,199931	0,000000
96	0,161221	0,222042	0,000000
97	0,176955	0,248730	0,000000
98	0,195296	0,281537	0,000000
99	0,216979	0,322704	0,000000
100	0,243028	0,375533	0,000000
101	0,274895	0,444872	0,000000
102	0,314683	0,537402	0,000000
103	0,365487	0,659933	0,000000

Idade	IBGE – 2021 Mulheres	IBGE - 2021 Homens	ALVARO VINDAS
104	0,445801	0,824382	0,000000
105	0,538851	0,951547	0,000000
106	0,661938	0,996961	0,000000
107	0,811089	0,999990	0,000000
108	0,943363	1,000000	0,000000
109	0,995762	1,000000	0,000000
110	0,999981	1,000000	0,000000
111	1,000000	1,000000	0,000000
112	1,000000	1,000000	0,000000
113	1,000000	1,000000	0,000000
114	1,000000	1,000000	0,000000
115	1,000000	1,000000	0,000000

Anexo L - Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio

Apresentamos, a seguir, os resultados da análise do impacto do plano de custeio do RPPS para a situação financeira e fiscal do ente federativo, segundo os indicadores de viabilidade do plano de custeio definidos na Instrução Normativa nº 10/2018:

I - Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL: resultado da divisão do valor da despesa com pessoal projetada para o exercício pelo valor da Receita Corrente Líquida (RCL) projetada, segundo as instruções do inciso IV do art. 3º da IN nº 10/2018.

Resultado: Atende aos requisitos.
Observado em 2022: 47,20%
Projeção 2023 a 2057:
Mínimo: 26,77%
Máximo: 46,82%

II - Percentual Acima do Limite Prudencial: resultado da divisão do valor apurado no inciso I do artigo art. 4º da IN nº 10/2018 pelos percentuais de despesas com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Resultado: Atende aos requisitos.

III- Impacto do Déficit Atuarial após a Inclusão no Quociente do Limite de Endividamento: quociente do limite de endividamento após inclusão do resultado atuarial de que trata a alínea "f" do inciso I do art. 3º da IN nº 10/2018.

Resultado: Atende aos requisitos.

IV- Resultado Financeiro do Fluxo Atuarial, conforme alínea "f" do inciso IV do art. 3º da IN nº 10/2018.

Resultado: Atende aos requisitos.

Conclusão

Conforme os resultados apresentados, entende-se que o Plano de Custeio apurado na Avaliação Atuarial de 2023 demonstra viabilidade financeira e orçamentária para sua aplicação.

Tabela L 7 – Extrato dos resultados do Estudo de Viabilidade

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Efetividade do Plano de Amortização
2022	0	44,01%	-22,79%	
2023	1	44,68%	-21,61%	-0,11%
2024	2	47,34%	-16,96%	18,25%
2025	3	46,82%	-17,85%	15,98%
2026	4	46,28%	-18,80%	14,04%
2027	5	45,71%	-19,81%	12,08%
2028	6	45,07%	-20,93%	9,83%
2029	7	44,50%	-21,93%	8,84%
2030	8	44,00%	-22,81%	8,87%
2031	9	43,47%	-23,74%	8,57%
2032	10	42,88%	-24,77%	7,82%
2033	11	42,38%	-25,65%	7,92%
2034	12	40,89%	-28,26%	5,19%
2035	13	39,92%	-29,97%	2,92%
2036	14	39,24%	-31,17%	3,42%
2037	15	38,59%	-32,30%	3,81%
2038	16	37,94%	-33,45%	3,54%
2039	17	37,32%	-34,53%	3,21%
2040	18	36,60%	-35,80%	3,34%
2041	19	35,93%	-36,97%	3,35%
2042	20	35,24%	-38,17%	3,51%
2043	21	34,68%	-39,16%	3,28%
2044	22	34,06%	-40,25%	3,35%
2045	23	33,41%	-41,39%	3,63%
2046	24	32,80%	-42,45%	3,79%
2047	25	32,25%	-43,43%	3,83%
2048	26	31,61%	-44,55%	4,33%
2049	27	31,03%	-45,56%	4,65%
2050	28	30,59%	-46,34%	5,05%
2051	29	30,17%	-47,07%	5,53%
2052	30	29,78%	-47,76%	6,06%
2053	31	29,41%	-48,41%	6,63%
2054	32	28,21%	-50,51%	-6,83%
2055	33	27,70%	-51,41%	-7,04%
2056	34	27,22%	-52,25%	-7,29%
2057	35	26,77%	-53,04%	-7,54%